

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROBERTA DOS SANTOS SODÓ

“QUANDO ENSAIAMOS LUTAR”: mulheres letradas, imprensa e feminismos em
Maceió-AL (1887-1903)

MACEIÓ-AL
2024

ROBERTA DOS SANTOS SODÓ

“QUANDO ENSAIAMOS LUTAR”: mulheres letradas, imprensa e feminismos em Maceió-AL (1887-1903)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do grau de Mestrado em História apresentado em 26/08/2024.

Orientador: Prof. Dr. Elias Ferreira Veras

Maceió-AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

S679q Sodó, Roberta dos Santos.

“Quando ensaiamos lutar” : mulheres letradas, imprensa e feminismos em Maceió-AL (1887-1903) / Roberta dos Santos Sodó. – 2024.
128 f. : il.

Orientador: Elias Ferreira Vera.

Dissertação (Mestrado em História.) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Maceió, 2024.

Bibliografia: f.112 -120.

Anexo: f 121-128.

1. Mulheres na imprensa - História - Alagoas. 2. Imprensa - Feminista. 3. Feminismo. 4. Feministas - Historiografia. 5. Imprensa periódica- feminista. I. Título.

CDU: 94 (813.5): 070-055.2


Folha de Aprovação

ROBERTA DOS SANTOS SODÓ


“Quando ensaiamos lutar”: mulheres, imprensa e feminismos em Maceió-AL (1887-1903)”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 26 de agosto de 2024.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ELIAS FERREIRA VERAS**
Data: 25/09/2024 07:22:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Elias Ferreira Veras (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **ANA CLAUDIA AYMORE MARTINS**
Data: 25/09/2024 10:15:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cláudia Aymoré Martins (Examinadora Interna)
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ARRIZETE CLEIDE LEMOS COSTA**
Data: 25/09/2024 00:46:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna: Prof^ª. Dr^ª. Arrizete Cleide de Lemos Costa
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ANA FLAVIA MAGALHAES PINTO**
Data: 25/09/2024 04:31:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia Magalhães Pinto (Examinadora Externa)
(Universidade de Brasília)

Às mulheres de Alagoas;
Ao meu pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Se cheguei até aqui, na entrega deste estudo acadêmico, certamente não segui sozinha. Chegam comigo também minha mãe e minhas irmãs, assim como outras mulheres que sequer tiveram a possibilidade de imaginar sentar em cadeiras de universidades como aprendentes. Por muitas razões nossas histórias estão cruzadas e este trabalho representa um reencontro comigo e com vocês, a quem sempre serei grata.

Agradeço também às amigas e aos amigos, pois o que seria da minha vida sem vocês? Corpos onde tenho o lugar da palavra sincera e da devoção a um trajeto que é compartilhado, vivido. Às amizades carregadas da cidade de Penedo, às conquistadas durante a graduação e também durante o mestrado, às parcerias que vieram de outras direções, às companheiras de Residência Universitária (RUA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade da UFAL, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), meu muito obrigada.

Agradeço ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) da Ufal e, especialmente, ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), ao seu corpo docente, por partilharem comigo as ferramentas do nosso ofício e a diligência profissional. Ninguém fez isso melhor, em consequência de nossa aproximação, do que o orientador desta dissertação, Elias Veras, a quem agradeço e celebro a amizade.

Agradeço às políticas públicas, na forma da Assistência Estudantil, que possibilitam aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, assim como eu, a permanecer e a insistir na realização de uma carreira acadêmica. É de extrema importância que essas políticas sejam mantidas e ampliadas, atuando sobre a imensa desigualdade manifesta em nosso país, em diferentes perspectivas. Às/aos funcionárias/os e servidoras/es da RUA, do Restaurante Universitário (RU), do Hospital Universitário e do Departamento de História da Ufal, meus agradecimentos.

Por fim, reconheço o financiamento deste estudo pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao tempo que agradeço a essas agências de fomento por contribuírem com a melhoria da produção do conhecimento nas universidades.

Quando ensaiamos lutar – ensaiamos, sim, porque os invencíveis obstáculos que por toda a parte se nos antolham, não nos permitem atualmente passar de tentativas – para reivindicar os nossos direitos?

[...]

Ride, não importa. Julgai-nos utopistas ou talvez, nada receando de nossa fraqueza, superficialidade e ignorância, causas que muito de propósito achais que não devemos remover, acreditais que o vosso domínio será para sempre absoluto. Aguardemos o futuro.

(Rita de Souza Abreu, *Rosal*, Maceió, 1903).

RESUMO

Neste trabalho, apresento uma análise de alguns periódicos femininos e feministas de Alagoas, modalidade da imprensa deste estado, cuja aparição remonta ao final da década de 1860. Entre essas fontes, em formato de jornal impresso, foi dispensada maior atenção aos três periódicos que evidenciam a ação política de mulheres letradas na imprensa periódica da capital, Maceió, (*Revista Alagoana*, 1887; *O Feminista*, 1902; *Rosal*, 1903). Elas foram responsáveis pela promoção da “consciência feminista” na cidade (Gerda Lerner, 2022). Em Alagoas, o apagamento sistemático das memórias relacionadas à atuação das mulheres é uma realidade compartilhada com outros estados do país, porém, quanto à recuperação de suas histórias, por aqui ainda se fez pouco (Izabel Brandão; Ivya Alves, 2002). Enfrentando a invisibilidade política que lhes foi legada e as poucas referências bibliográficas sobre o assunto, esta pesquisa historiciza o periodismo feminino e feminista a partir da utilização da crítica feminista e das categorias analítico-interpretativas de sexo, classe, raça e gênero (Lélia Gonzalez, 2022; Kimberlé Crenshaw, 2020; Cecília Sardenberg, 2007; Donna Haraway, 1995; Angela Davis, 2016), assim como busca capturar os “silêncios” que constituem e revelam a materialidade do poder sobre o corpo das/os sujeitas/os em Alagoas (Eni Orlandi, 2007; Michel Foucault, 1984). Com isso em vista, interessou mapear as principais reivindicações feitas por essas mulheres e a avaliação que faziam de sua própria condição social permeada por discursos que sinalizam a Modernidade capitalista, a feminização da cultura, a transformação do espaço rural em meio urbano e a persistência do patriarcado (Yuderkys Minõso, 2020; Durval Albuquerque Jr., 2013; Arrisete Costa, 2015). Desde as últimas décadas do século passado, há no Brasil uma crescente publicação de pesquisas que têm como foco a história das mulheres, dado que revela a tentativa de resgatar suas memórias, mas também o uso político do passado para contestar as desigualdades de gênero e seus entrecruzamentos precarizante das identidades femininas no tempo presente (Margareth Rago, 1995; Rachel Soihet; Joana Maria Pedro, 2007).

Palavras-chave: Imprensa Feminista; Mulheres letradas; Maceió; República.

ABSTRACT

In this work, I present an analysis of some women's and feminist newspapers from Alagoas, a type of press in this state, whose ownership dates back to the end of the 1860s. Among these sources, in printed newspaper format, greater attention was paid to the three newspapers that highlighted the political action of literate women in the periodical press of the capital, Maceió, (Revista Alagoana, 1887; O Feminista, 1902; Rosal, 1903). They were responsible for promoting “feminist consciousness” in the city (Gerda Lerner, 2022). In Alagoas, the systematic erasure of memories related to women's actions is a reality shared with other states in the country, however, regarding the recovery of their stories, little has been done here (Izabel Brandão; Ivia Alves, 2002). Facing the political invisibility that was bequeathed to them and the few bibliographical references on the subject, this research historicizes female and feminist journalism through the use of feminist criticism and the analytical-interpretive categories of sex, class, race and gender (Lélia Gonzalez, 2022; Kimberlé Crenshaw, 2020; Cecília Sardenberg, 2007; Donna Haraway, 1995; Angela Davis, 2016), as well as seeking to capture the “silences” that constitute and reveal the materiality of power over the bodies of subjects in Alagoas (Eni Orlandi, 2007; Michel Foucault, 1984). With this in mind, it was interesting to map the main demands made by these women and the assessment they made of their own social condition, permeated by discourses that signal capitalist Modernity, the feminization of culture and the transformation of rural space into an urban environment (Yuderkys Minõso, 2020; Durval Albuquerque Jr., 2013; Arrisete Costa, 2015). Since the last decades of the last century, there has been a growing publication of research in Brazil that focuses on women's history, which reveals the attempt to rescue their memories, but also the political use of the past to contest gender inequalities and their consequences. precarious intertwining of female identities in the present time (Margareth Rago, 1995; Rachel Soihet; Joana Maria Pedro, 2007).

Palavras-chave: Feminist Press; Literate Women; Maceió; Republic.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Edição vinte e sete do periódico feminino *Espelho das Brasileiras* (1831).

FIGURA 2: Primeira página de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens*, 2ª edição (1833).

FIGURA 3: Edição especial do jornal *A Família*, capa com fotografia litografada de sua redatora Josefina Álvares de Azevedo (1889).

FIGURA 4: Edição do jornal *A Família* de 09 de março de 1889.

FIGURA 5: Décimo quinto número de *A Palavra* (1889).

FIGURA 6: Primeira edição de *A Flor* (1909).

FIGURA 7: Primeira edição de *Alvorada* (1910).

FIGURA 8: Fotografia de Luiz Lavenère do carnaval de 1906.

FIGURA 9: Primeira edição da *Revista Alagoana* (1887).

FIGURA 10: Vista da Praça Dom Pedro II na primeira década do século XX.

FIGURA 11: Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres na Praça Dom Pedro II em 1905.

FIGURA 12: Fotografia de Maria Lucia.

FIGURA 13: Clube das Japonesas no carnaval de 1910.

FIGURA 14: Primeira edição de *O Feminista* (1902).

FIGURA 15: Rosália Sandoval.

FIGURA 16: Segunda edição do *Rosal* (1903).

FIGURA 17: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal (RN), 1928.

FIGURA 18: Fotografia de Lily Lages em cerimônia de posse como deputada na Assembleia Legislativa de Alagoas, 26 de maio de 1935.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BN	Fundação Biblioteca Nacional
CEMA	Centro da Mulher Alagoana
FAPF	Federação Alagoana para o Progresso Feminino
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GEPHGS	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
LGBTQIAPN+	Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros; Queer; Intersexuais; Assexuais; Pansexuais; Não-binarie
SEMUDH	Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos
UMMa	União das Mulheres de Maceió

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Imprensa Feminina Alagoana.....	17
1.2 Historiografia feminista.....	18
1.3 Os capítulos.....	23
2. MODERNIDADE FEMINISTA.....	26
2.1 Imprensa feminina e discursos feministas.....	28
2.2 Encontros e desencontros nos discursos da imprensa feminina de Alagoas.....	40
2.3 “Trabalhar, Vencer e Regenerar!”	50
3. ESCRITORAS, NORMALISTAS, FEMINISTAS E PERIODISTAS EM MACEIÓ..	57
3.1 Revista Alagoana.....	59
3.2 O Feminista: a mulher do século XX.....	74
3.3 Rosal.....	84
4. A PERSISTÊNCIA DO PATRIARCADO.....	90
4.1 Sobre feminismos.....	91
4.2 Violência patriarcal.....	96
4.3 Política: uma difícil inserção.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXO.....	121

1. INTRODUÇÃO

Desejos, costumes e políticas em torno do corpo socialmente constituído como “mulher”, emergem das páginas do periodismo feminino e feminista de Maceió, cidade litorânea do Nordeste brasileiro e capital de Alagoas. A pesquisa dessa modalidade de material impresso, presente nesse estado desde pelo menos 1869, é motivada pela esperança de ver, continuamente, serem tecidos os fios da história das mulheres de Alagoas, com algumas poucas exceções, ainda ignoradas em produções historiográficas sobre o estado. Desse modo, um dos pontos de partida para a pesquisa que realizei foi a constatação do silenciamento sobre as experiências das mulheres alagoanas (Eni Orlandi, 1995), assim como a busca de tornar compreensível para a história o passado dessas mulheresidades¹.

Vasculhando a Hemeroteca Digital (BNDigital), plataforma online administrada pela Fundação Biblioteca Nacional (BN), responsável pelo patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, encontrei impressos produzidos para o público feminino alagoano. cursando o 4º período da Licenciatura em História da Ufal, meu interesse estava voltado naquele momento ao ensino dessa disciplina, por isso não fui mais a fundo nos dois periódicos femininos da cidade de Penedo (AL) que tive contato, ainda que estivesse plantada a curiosidade.

Margeada pelo Rio São Francisco, a cidade de Penedo foi minha casa antes de ingressar na universidade. Lá realizei todo o Ensino Básico e talvez por essa razão, tenha achado estranho nunca ter ouvido falar sobre a imprensa feminina na cidade. Um único trabalho bastaria para saciar meu desejo de saber mais, porém, quando busquei por esses conhecimentos, dessa vez mais próxima de finalizar a graduação, descobri que existiram outros impressos femininos em Alagoas, mas sobre eles também eram poucas as referências.

Parte dessas informações estão no *ABC das Alagoas*, obra publicada pelo Senado Federal em 2005. Esse dicionário bibliográfico foi organizado por Francisco Reinaldo Amorim de Barros, um administrador público e também cientista político paulista, que viveu por longo tempo em Alagoas. Entre os verbetes, Barros listou os nomes de impressos femininos alagoanos, quem os criou e a tipografia na qual eram impressos.

¹ A ideia de mulheresidades foi extraída, sobretudo, da obra *Transfeminismo* (2021) de Leticia Nascimento, pedagoga negra brasileira, travesti e transfeminista. Quero através dessa categoria desnaturalizar e evidenciar o processo de fabricação do feminino. Apesar das normativas binarizantes, a experiência feminina não é restrita aos corpos de mulheres cisgêneras. Assim, quando o termo “mulher” for utilizado, nas páginas seguintes, ele deve ser entendido como parte do vocabulário encontrado nas fontes de pesquisa ou na bibliografia selecionada. Faço a utilização também do termo “mulheres”, no sentido de ampliá-lo para abarcar experiências femininas fora de corpos cisgêneros. Procurei, dessa maneira, negociar com o nosso vocabulário, reificante da binaridade de gênero, marcado pelas culturas ocidentais, em que pesa o determinismo biológico (Oyèrónké Oyèwùmí, 2021).

Outro conteúdo descritivo e breve sobre alguns impressos, também pode ser visto na obra *Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas*. O livro em questão, publicado em 2014, foi organizado pela socióloga feminista Schuma Schumacher, pesquisadora que se dedicou à promoção do direito das mulheres e à igualdade de gênero no Brasil. Schumacher organizou, entre outras publicações, o *Dicionário Mulheres do Brasil* que reúne 900 verbetes biográficos e temáticos relativos à trajetória e às contribuições das mulheres para a sociedade brasileira do período da “chegada” das embarcações portuguesas até os tempos recentes².

Quando faz alusão à imprensa alagoana do início do século XX, Schumacher (2014) afirma que as referências às mulheres eram “vergonhosas”. Apareciam associadas ao nome do pai ou do marido. As mulheres do período, para a autora, viam-se submetidas ao “patriarcalismo”, um sistema social e cultural no qual o poder está centralizado na figura dos homens. Em contrapartida, ela indica que as poucas mulheres escritoras do período tiveram o mérito de “difundir a luta pela emancipação feminina”, investindo na técnica de impressão³ para divulgar as suas ideias.

Em ordem cronológica, o primeiro impresso destinado ao público feminino do estado foi *O Beija-Flor: jornal joco-sério noticioso (1869-1870)*⁴, sob a direção de Euclides B. Cordeiro Mello, diretor da tipografia do Partido Liberal de Alagoas. Esse jornal mostrou-se desprezioso no seu primeiro número, querendo “somente dar uma distração às belas jovens alagoanas” e afastar-se dos assuntos políticos, “esse corrupto lago de fezes”, segundo o seu editorial (*O Beija-Flor*, nº. 01, 25 abr. 1869, p. 1).

A partir do segundo periódico feminino de Alagoas, as mulheres se inserem no contexto do jornalismo da cidade, Maria Lucia Duarte⁵ e Rita de Mendonça de Barros

² Ambas as publicações, organizadas Schuma Schumacher, fazem parte de um projeto iniciado em 1997 pela Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), grupo ecofeminista inicialmente formado por mulheres ativistas da área da saúde da mulher, no Rio de Janeiro. A sua fundação foi pautada na luta contra a colonização capitalista do corpo feminino e dos demais seres humanos, assim como a destruição e o desrespeito à natureza. Para saber mais: <https://www.redeh.org.br/nossa-historia>. Acesso: 07 ago. 2024.

³ A invenção da técnica de impressão é atribuída ao alemão Johannes Gutenberg, que por volta de 1440 inventou uma prensa de tipos móveis. Neste equipamento, as letras eram feitas em blocos de metal e poderiam ser rearranjadas formando palavras e frases, depois prensadas contra o papel. Apesar de ser o método que se popularizou, a impressão já era utilizada no continente asiático por diferentes meios.

⁴ BEIJA-FLOR, O Jornal. Semanário publicado em Maceió a partir de 25/4/1869, sob a direção de Euclides B. C. de Melo. Impresso na Tipografia do Partido Liberal. Bibl. Nac. microf. ano I n. 1 25/4/1869, como também os números de 2 a 6 e de 11 a 15, entre outros, entre os quais o ano II n. 13 10/12/1870 (ABC das Alagoas, v. 1, 2005, p. 144).

⁵ DUARTE, Maria Lúcia (Palmeira dos Índios AL 5 ou 15/4/1863) Jornalista, educadora. Filha de José Vieira Sampaio e Capitulina Clotilde Alves Vieira. Fez seus estudos no Liceu de Maceió. Fundou e dirigiu o Colégio Ateneu para educação de meninas. Fundou, ainda, e foi redatora da *A Revista Alagoana*, (1887) dedicada ao sexo feminino, doutrinando pela sua emancipação; como também do *Almanaque Literário Alagoano das Senhoras* para 1889, Ano II, Maceió, Tip. Novo Mundo, 1888, considerado como a primeira publicação nesse gênero no

Correia, proprietárias e redatores da *Revista Alagoana*: periódico científico e literário de propaganda da emancipação da mulher (1887)⁶. Enquanto pioneiras nessa empresa, fizeram da *Revista* um interessante mister do que consideravam ser de interesse de outras mulheres da cidade: ciência, moda, literatura, religião, prendas domésticas, o campo e a indústria.

Maria Lúcia, uma de suas idealizadoras, foi uma escritora publicada em jornais brasileiros e estrangeiros de sua época, assim como uma ferrenha defensora do direito de mulheres poderem frequentar escolas e universidades. Professora na cidade de Maceió, fundou em 1883 um colégio para meninas e jovens, sendo ainda responsável pela produção de duas edições anuais do *Almanack Litterário Alagoano das Senhoras* (1888-1889)⁷, de acordo com Schumacher (2014), primeiro almanaque feminino produzido no Brasil.

Patrocinado pelos comerciantes locais, o *Almanack* traz em suas mais de cem páginas, a colaboração da escrita literária de mulheres brasileiras e estrangeiras. A edição do ano de 1889, por exemplo, celebra a abolição da escravatura no país, atribuindo à princesa Isabel às glórias pelo grande feito. No ano de 1889, ele seria o único impresso feminino a circular em Maceió. *O Gênio*, periódico literário de educação e recreio, dedicado às senhoras alagoanas (1889)⁸, de propriedade de uma associação e colaboradores diversos, estreou em agosto daquele ano.

Com foco na produção literária e na ideia de afastar-se das lutas políticas, ao modo de *O Beija-Flor*, *O Gênio* reproduziu majoritariamente textos literários e a participação das mulheres em sua constituição parece pouco expressiva. Em Maceió, foi o último impresso feminino criado antes da Proclamação da República. Já fora da capital, em meados de 1889, surgiu em Penedo, *A Palavra*, revista dedicada à instrução e recreio da mulher (1889-1898).

De forte tendência católica, *A Palavra* defendeu a educação feminina sob uma ótica conservadora. A redatora, cujo noivado foi anunciado na edição de número quinze daquele periódico, era Maria Oliva de Sousa Melo. Seu pai era o diretor e proprietário da tipografia que produzia o periódico. Pelos anos que persistiu à publicação dessa revista, comercializada,

país. Casou-se com Antônio de Almeida Romariz, enviuvando aos 20 anos. Depois, casou-se com João Francisco Duarte (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 442).

⁶ REVISTA ALAGOANA “Periódico científico e literário de propaganda da educação da mulher”, surge em Maceió, em 31 de janeiro de 1887. Quinzenal. Proprietárias e redatoras: Maria Lúcia de Almeida Romariz e Rita de Mendonça. Impresso na Tipografia Mercantil. Bibl. Nac. microf. ano I n. 01 31/011/1887 e ano I n. 14 30/07/1887 (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 464).

⁷ ALMANAQUE LITERÁRIO ALAGOANO DAS SENHORAS no original ALMANACK... Publicado em Jaraguá, Maceió. Diretora Maria Lúcia d’Almeida Romariz Duarte. Bibl. Nac. microf. ano I, março de 1888; ano II, janeiro de 1889 (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 55).

⁸ GÊNIO, O Quinzenário. “Periódico literário de educação e recreio dedicado às senhoras alagoanas”, surge em Maceió, a 25 de agosto de 1889. Colaboração franca, diversos redatores. Propriedade de uma associação e impresso na Tipografia de Aminthas. Bibl. Nac. microf. os números 1 e 9 (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 13).

inclusive, em outras cidades, podemos, por meio dela, contornar melhor quais discursos do periodismo feminino tiveram maior absorção entre as/os leitoras/os de Alagoas.

Na virada do século, “floresceu” em Maceió *O Feminista*, órgão de propaganda da emancipação da mulher (1902)⁹, sendo um dos mais combativos quanto à colocação social das mulheres. Redigido por Marie Annéte, vemos na publicação a colaboração de companheiras da redatora, reunidas em torno da mesma questão, a “emancipação da mulher”. Além da educação, o periódico pautou a profissionalização e o direito ao voto, ao tempo que sustentou a natureza construída dos costumes que, desse modo, poderiam ser transformados pelo empenho e trabalho das mulheres.

Contrariando o que de início pensei, *O Feminista* não foi o primeiro periódico feminino alagoano a surgir no século XX. O *ABC das Alagoas* afirma ter circulado em Maceió, entre 1901 e 1902, *O Lírio*, semanário literário e noticioso, dedicado ao belo sexo¹⁰. Desta folha, entretanto, não tenho mais informações. Tendo-a descoberto tardiamente no percurso da pesquisa, não foi possível incluí-la na busca pelos impressos femininos.

Em 1902, mais um impresso ganharia a cena pública, o *Almanack Alagoano das Senhoras* (1902-1904)¹¹, dessa vez, pela iniciativa de Luiz Lavanère¹², jornalista, fotógrafo e político alagoano. Apenas a terceira edição deste almanaque parece ter chegado aos nossos dias. A novidade trazida por ele é a diversidade dos temas que abordou, da economia passando pela cultura, política, educação, estatísticas do ano anterior e religião. Entretanto, a participação das mulheres quase não está presente nele (Schuma Schumacher, 2014).

⁹ FEMINISTA, O Surge em Maceió em 9/2/02, como “órgão de propaganda da emancipação da mulher”. Bibl. Nac. microf. ano I n. 1 9/02/1902 (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 540).

¹⁰ LÍRIO, O Semanário “literário e noticioso, dedicado ao belo sexo”, surge em Jaraguá, Maceió em 6/10/1901. Propriedade de uma associação. Redatores diversos. Bibl. Nac. microf. o Ano 2. n. 15 de 23/2/1902

¹¹ ALMANAQUE ALAGOANO DAS SENHORAS PARA 1902 Publicação literária, histórica e estatística dirigida por L. Lavanère (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 54).

¹² LAVENÈRE, Luís.... Wanderley (Maceió AL 17/2/1868 - Maceió AL 29/10/1966) Deputado estadual, vereador, jornalista, professor, musicólogo, fotógrafo. Filho de Estanislau Wanderley e Amélie Lavanère Wanderley. Fez o primário no Colégio São José e o curso de humanidades no Colégio Bom Jesus e no Liceu Alagoano. Matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, abandonando porém, o curso, para casar. Tomou parte na campanha abolicionista, como membro da Sociedade Libertária Alagoana. Em 1890 começou a trabalhar na Repartição Geral dos Telégrafos. Foi, em Maceió, professor de Português, Francês, Inglês, Latim e Escrituração Mercantil no Liceu de Artes e Ofícios e em outros estabelecimentos. Ensinou em Pernambuco, nos colégios Spencer e Onze de Agosto. Foi vereador em Maceió. Deputado estadual, nas legislaturas 1905-06 e 1907-08. Durante a Primeira Guerra Mundial exerceu as funções de Agente Consular da França. Fundou, em 1901, o diário *O Evolucionista*, e, no ano seguinte, *A Revista Comercial*, tendo ambos vida curta. Colaborou nos jornais: *Gutenberg*, *A Gazeta de Alagoas* - onde assinou, por mais de dez anos, a coluna “A Propósito de...”, e *Jornal de Alagoas*. Membro da AAL, tendo sido o primeiro ocupante da cadeira 36. Sócio do IHGA, onde ingressou em 31/3/1885- em cuja revista colaborou inúmeras vezes, e é patrono da cadeira 41. Sócio também dos Institutos Históricos do Rio Grande do Norte, de Sergipe e do Rio Grande do Sul. Pseudônimos: Almok, o Profeta e Marie Pambrun. Obras: *Almanaque Alagoano das Senhoras. Literário, Histórico e Estatístico Para 1904*, por L. L. Lavanère, 3o Ano, Maceió, Livraria Fonseca [...] (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 119-120).

No ano seguinte, seria a vez de estreitar o *Rosal*: órgão literário dedicado à mulher alagoana (1903)¹³, periódico em que o protagonismo feminino mostra-se pelo próprio nome, uma referência a sua redatora, Rosália Sandoval¹⁴, pseudônimo literário da escritora, jornalista e professora alagoana Rita de Sousa Abreu.

Na direção de *O Rosal* estava o jornalista Torquato Cabral¹⁵, que talvez seja o responsável pelo apoio material à produção do periódico, cuja proposta central era a divulgação da literatura. Todavia, sua redatora não se restringiu a publicar composições literárias, compartilhando sua posição favorável à “emancipação da mulher”, de maneira semelhante ao impresso *O Feminista*, para o qual ela mesma contribuiu com um texto poético.

O Rosal é o último impresso feminino de Maceió que tenho notícias, mas se voltarmos o olhar novamente ao sul de Alagoas, na cidade de Penedo, nos anos finais da primeira década do século XX, teremos circulando *A Flor*, órgão dedicado ao belo sexo (1909)¹⁶ e *Alvorada*, órgão dedicado à defesa e educação da mulher (1910)¹⁷. Ambos reforçaram a pauta da

¹³ ROSAL, O Em 10 de agosto de 1903 sai o primeiro número, em Maceió, desta pequena revista literária consagrada à mulher alagoana. Era redigida por Rosália Sandoval e Rita Souza, e dirigida por Torquato Cabral. Bimensal. O primeiro número foi impresso na Tipografia Fonseca, do segundo em diante na Tipografia Comercial de M. J. Ramalho. Bibl. Nac. microf. n. 2 de 31/08/1903 (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 502).

¹⁴ SANDOVAL, Rosália nome literário de Rita de Souza Abreu (Maceió AL 30/3/ 1876 (Luciana Fonseca) ou 1884 - Rio de Janeiro RJ 30 mar. 1956) Poetisa, cronista, jornalista, professora. Filha de Felício Santiago de Abreu e Epifânia de Pontes Abreu. Irmã do poeta Sebastião de Abreu. Dirigiu o Colégio Parthenon. Professora de Português e Francês. Viveu no Rio de Janeiro a partir da década de 1920. Obras: Curso Elementar de Português – Em Pequenos Exercícios Práticos , Viçosa , Tip. Econômica; 1921; Alvorada, Maceió, [Tip. Papelaria Comercial}, 1904 (poesia); Através da Infância, Recife, Imprensa Industrial, 1918 (literatura didática); Violetas, Maceió, Tip. Alagoana, 1922 (poesia); Versos Alheios, Rio de Janeiro, Alba Oficinas Gráficas, 1930 (tradução de poetas da Argentina, Uruguai e Chile); Cingo, Maceió, s.d. mimeo.; (poemeto), Quando as Roseiras Floriram..., Rio de Janeiro, [Asa Artes Gráficas], 1947 (poesia); Queda e Ascensão, 1952. mimeo. no Rio de Janeiro, afirma-se que o exemplar único é de propriedade de Moacir Medeiros de Sant’Ana; Mentir Também é Arte, 1974; Preces à Humanidade, Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1954., 2a. edição (literatura espírita); Os Contos que D. Mira Contava, obra citada por Guiomar Alcides, no Jornal de Alagoas em 17/11/1985 (literatura infantil). Colaboração nos periódicos: Almanaque Literário Alagoano, Maceió, nos anos de 1900 e 1901; O Rosal, Maceió, AL., 1903; O Lírio, Polianto, O Orvalho e A Lira, revistas de Pernambuco; Fortaleza, Fortaleza, CE., 1906 - 08; Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, 1906-08. Teve transcrito trabalho por Romeu de Avelar em Coletânea dos Poetas Alagoanos (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 512).

¹⁵ CABRAL, Manoel Torquato de Godoi (Capela AL 26/2/1878 - Maceió AL 31/12/1907) Poeta, jornalista. Filho de Avelino Cabral e Luiza de Godói Cabral. Frequentou a escola primária, em sua cidade natal. Trabalhou no comércio em Pilar. Iniciou-se muito cedo no jornalismo, ainda no Pilar, na revista Vigilante, da qual era o seu principal redator. Por dificuldades econômicas viveu em andanças constantes entre Pilar e Capela, tendo, finalmente, se estabelecido em Maceió. Fundou, com Carlos Broad e José Avelino a revista Alvorada. Dirigiu, ainda, o Almanaque Literário Alagoano, com a colaboração de Craveiro Costa. Presidente da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio. Patrono da cadeira 4 da AAL. Colaborou em vários jornais da capital. Obras: Organizador, juntamente com Craveiro Costa, do Indicador Geral do Estado de Alagoas, Maceió, Tip. Commercial, 1902. Almanaque Literário Alagoano para 1900. Contendo Várias Indicações de Utilidade Pública e uma Escolhida Parte Literária. Organizado por T. Cabral - Primeiro Ano, Maceió, Tipografia Oriental, 1899; Almanaque Literário Alagoano para 1901, Diretor: T. Cabral, - Segundo Ano, Maceió, Tipografia Oriental, 1900 (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 185-186).

¹⁶ FLOR, A “Órgão dedicado ao Belo Sexo”, publicado semanalmente a partir de 11/8/1909, em Penedo. Propriedade de uma associação. Bibl. Nac. microf. ano I n. 1 11/8/1909 e ano I n. 11 20/10/1901 (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 550).

¹⁷ ALVORADA Revista. “Órgão dedicado à defesa e educação da mulher”, publicada, em Penedo. Bi-mensal, de

educação das mulheres, contudo, enquanto o primeiro terá expressiva contribuição delas, o segundo, mobilizou menos esse público, adotando um discurso mais conservador.

1.1. Imprensa Feminina Alagoana

Com exceção do *Almanack Literário Alagoana das Senhoras* de 1889, que faz parte da coleção de documentos raros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)¹⁸, todos os demais impressos femininos mencionados foram acessados com o auxílio da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital), na qual realizei pesquisas em anos e edições específicas ou por palavras-chaves, e por meio do Setor de Informação Documental dessa mesma instituição, ao qual solicitei impressos que ainda não haviam sido digitalizados.

Assim como os almanaques, os periódicos femininos de Alagoas, emergentes na segunda metade do século XIX e início do século XX, circularam no estado por poucos anos ou, na maioria dos casos, em poucas edições. Dessas folhas, infelizmente, restaram pouquíssimas edições, comprometendo a definição exata do período que estiveram em atividade ou a quantidade total de suas edições. Esse cenário repete-se para impressos alagoanos com outras temáticas e objetivos. A ausência de políticas de conservação e gestão de documentos em Alagoas permitiu que muitos deles fossem completamente perdidos.

No Arquivo Público de Alagoas (Apa) encontrei documentos administrativos sobre escolas e professoras públicas de Maceió. Outro setor do Apa importante foi o da biblioteca, que apresenta títulos sem versão digitalizada ou esgotada. Sobre isso devo ressaltar que a Biblioteca Central da Ufal também foi de grande ajuda para acessar produções locais como a obra *Retratos à margem: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950)*, organizado por Izabel Brandão e Ivya Alves em 2002.

A hemeroteca da BNDigital foi mais significativa para construção deste trabalho que os acervos físicos de Alagoas. Em primeiro lugar, pela indisponibilidade dos impressos femininos nos acervos físicos da capital. Além disso, era mais rápido acessar as fontes através dela, assim como cruzar as informações dos periódicos femininos com outros impressos do mesmo período histórico, também disponíveis em seu banco de dados, a exemplo de

15 de março a 15 de maio de 1910. Diretor: Aguiar Brandão. Redatores diversos. Biblioteca Nac. microf. ano I n. 1 15/3/1910 e ano I n. 4 15/5/1910 (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 66).

¹⁸ Nesta instituição há cerca de 79 jornais que circularam por Alagoas ou outros estados, em diferentes épocas, contudo, é uma pequena amostra, em vista de que na hemeroteca da BNDigital encontram-se mais de 200 títulos de impressos alagoanos digitalizados.

*Gutenberg*¹⁹ e *O Orbe*²⁰, jornais de ampla circulação na cidade de Maceió. Desse modo, foram estadias cansativas na companhia do computador e do *smartphone*, semanalmente, sobretudo, nos finais de semana, quando eu tinha mais tempo livre.

1.2 Historiografia feminista

A pesquisa das obras historiográficas locais, voltadas ao mesmo período dos impressos femininos, fizeram-me pensar numa cidade sem mulheres, pois pouco ou nenhum papel lhes foi dado nas transformações em curso. As mulheres eram/são meras espectadoras? No que desrespeito à imprensa, o historiador Moacir Medeiros de Sant'Ana (1987), que propôs fazer uma *História da Imprensa em Alagoas 1831-1981*, optou por não fazer nenhuma menção aos impressos femininos e à escrita das mulheres alagoanas.

Apesar de não encontrar referências tão significativas em torno da produção dos impressos femininos e feministas de Alagoas, a cena não é repetida em outros estados, inclusive os de nossa vizinhança. Há muitas pesquisas realizadas no país, que evidenciam a

¹⁹ GUTENBERG, O Jornal. Fundado, em 8/1/1881, por Antônio Alves, e publicado em Maceió, até 1911, foi durante um certo período o mais importante jornal político. Fez a campanha abolicionista e quando Eusébio de Andrade, republicano entusiasta, assumiu sua direção e passou a liderar a propaganda republicana. Inicialmente sua comissão diretora era composta de Pedro Nolasco Maciel, Carlos Rodrigues e Antonio Alves e, posteriormente passou a ser dirigido apenas por este último. De início era semanal, com três colunas e, depois, com cinco colunas a partir de 1886, quando passa a ser diário. Congregava intelectuais. Foi órgão da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos e também órgão do Centro Republicano Federal das Alagoas. Em 2/5/1891 teve suas oficinas destruídas, só podendo voltar a ser impresso em 13 de dezembro seguinte. Em 1892 passou a ser dirigido por Eusébio da Andrade, que o comprou em janeiro de 1893. Foi órgão oficial de 1890 a 1893. Em 1903 passa a ser dirigido por Manoel Aristeu Goulart de Andrade, que ao falecer, em 1905, foi substituído por Joaquim Goulart de Andrade. Em 23 de dezembro de 1913 teve oficinas e arquivos destruídos, quando já se encontrava fora de circulação desde 24/12/1911. Nele, com o pseudônimo de Asmodeu, Aristeu de Andrade colaborou na seção crítica Ver, Ouvir e Contar. De outra parte, Yanhn era o pseudônimo de Luiz Mesquita, na seção Pescando. Publicava livros em sua tipografia. Em 1990, a Associação Alagoana de Imprensa retomou o título. Bibl. Nac. microf. entre outros, o ano II n. 62 28/10/1883 e ano XXII n. 19 31/1/194, este último com a particularidade de ter Recife como cidade onde era publicado, em lugar de Maceió. IHGA – 1883: janeiro, março a dezembro; 1884: janeiro a dezembro; 1890: abril a junho; 1895: janeiro a junho; 1896: abril a julho; 1897: julho a dezembro; 1898: janeiro a dezembro; 1899: janeiro a junho e agosto a novembro; 1903: janeiro a abril; 1904: janeiro a dezembro; 1905: janeiro a dezembro; 1906: janeiro a junho; 1907: janeiro a dezembro; 1908: fevereiro a dezembro. APA – Ano XI n. 1 a 141, 6/1 a 29/6/1892; Ano XII, n. 1 a 141, 4/01 a 29/6/1893; Ano XV, n. 4 a 144 a 284, 9/1 a 24/12/1896; Ano XVI, n. 3 a 278, 10/1 a 25/12/1897; Ano XVII, 1 a 29/01/1898 (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 52).

²⁰ ORBE, O Fundado a 2/3/ 1879, publicado às quartas, sextas e domingos em Maceió, editado por José Leocádio Ferreira Soares, em sua Tipografia Mercantil. Em 1886 passou a sair diariamente, com formato maior. Tendo se iniciado sem manifestação partidária, posteriormente passa a ser órgão do Partido Conservador, quando então, passou a ser redigido por Manoel Baltazar Pereira Diegues Júnior. A publicação foi interrompida duas vezes, a primeira em 1880, voltando a circular em 12/3/1890, para logo depois ser novamente suspensa, só sendo retomada em 1896 e desaparecendo definitivamente em 1900, quando era redigido por Craveiro Costa. Em 7/3/1890 sua oficina foi destruída. Era órgão da imprensa oposicionista no Governo Pedro Paulino da Fonseca. Bibl. Nac. microf ano I n. 1 2/3/1879; ano XI n. 54 edição especial 13/5/1889 e ano XXI n. 98 29/7/1899. IHGA - 1879: março a dezembro; 1882: janeiro a junho; 1883 a 1886, janeiro a dezembro, de cada ano; 1887 – fevereiro a julho e setembro; 1889: março a junho e agosto a outubro (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 347).

produção letrada das mulheres, junto a ela, a criação e a colaboração em periódicos. Entre outros aspectos, esses estudos ressaltam: a ação de mulheres no campo do jornalismo (Ana Paula Bandeira, 2015; Eliza Casadei, 2011); a normatização da conduta das mulheres em jornais femininos (Lina Maria de Aras, Simone Marinho, 2012; Sandra Lima, 2007); temas, estratégias políticas e aspirações femininas em periódicos de cidades específicas (Karoline Carula, 2016; Cecília Nascimento, Bernardo Oliveira, 2007); as representações das mulheres na imprensa feminina (Dulcília Schroeder Buitoni, 1981; Camila Trindade, 2017); e a escrita de autoria feminina (Maria da Conceição Araújo, 2008; Norma Telles, 2008).

A percepção do silêncio, inclusive na produção do conhecimento histórico, há muitas décadas tem impactado o fazer de historiadoras/es, preocupadas/os com as pessoas “excluídas da história”²¹, esquecidas nas tramas hierárquicas do poder. Esta pesquisa também partilha desse enfoque, traz “[...] para o palco da história, atores e atrizes que, por muito tempo, não mereceram as luzes e holofotes proporcionados pela escrita historiográfica” (Albuquerque Jr., 2023, p. 12). Diante desse desafio, recorri à crítica feminista na recepção e produção do conhecimento científico, num processo que é inevitavelmente de “desconstrução como de construção” (Cecília Sardenberg, 2007, p. 10).

Com efeito, somente a partir de 1980, no Brasil, passou a ser questionada com mais veemência a invisibilidade das mulheres na história e nos cânones literários. Foi crescente a proposição de temas, fontes e abordagens que colocaram as mulheres como protagonistas em narrativas históricas. De acordo com a historiadora Margareth Rago (1995, p. 81), muitas “pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras”.

Assim como Rago, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 285) salientaram a importância da História Social e do revisionismo marxista, o qual preocupou-se com o apagamento histórico de identidades coletivas, a exemplo da classe operária e do campesinato. Explicam as historiadoras que, a partir dessas transformações na historiografia e com a “explosão” dos feminismos em 1960, não demoraria para que as mulheres também fossem lembradas como um grupo excluído da história, passando à “condição de objeto e sujeito da História”.

²¹ A expressão é referência à coletânea de 11 textos da historiadora e feminista francesa Michelle Perrot, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, traduzida no final da década de 1980 para a língua portuguesa.

É difícil precisar quando tive o meu primeiro contato com os discursos feministas, mas acredito que aprendi a ser feminista com outras mulheres: mãe, irmãs, vizinhas e amigas. Em suas ações, quase nunca acompanhadas de explicações éticas ou históricas, pude compreender a resistência cotidiana à dominação masculina, sobretudo, quando essas mulheres eram capturadas por essas tramas do poder.

Durante as aulas de história e de sociologia, nas escolas públicas onde estudei, devo ter conhecido a nomenclatura “feminismo”, “movimento feminista”. Mas só me daria conta depois, já no ambiente acadêmico, do meu conhecimento superficial sobre a existência de um campo de estudos feministas e das epistemologias criadas associadas a ele.

Em *A palavra e as coisas* (1999), o filósofo francês Michel Foucault descreveu “episteme” como estruturas de pensamento. Um campo de saber que presta, em cada época e lugar, condições de possibilidade para a produção de conhecimentos, legitima-os e também os rejeita. O movimento dentro dessas estruturas revela a luta, consciente e inconsciente, entre modos de dar sentido ao mundo, aos seus grupos humanos e inumanos, assim como presta assistência à lógica de subjugação entre os seres. Nesse sentido, as epistemes, que circunscrevem o olhar incorporado por quem pesquisa, não são meramente teorias e referências bibliográficas que escolhemos citar em nossos trabalhos.

Dentre as perspectivas feministas que orientaram meu olhar para as fontes e para a pesquisa bibliográfica, o feminismo interseccional merece destaque. Mesmo com edições incompletas, páginas ilegíveis e/ou rasuradas, o periodismo feminino de Alagoas tornou-se uma excelente fonte de pesquisa para analisar os efeitos estruturais e subjetivos das políticas de gênero, raça, classe e sexualidade entre as mulheres (Lélia Gonzalez, 2022; Kimberlé Crenshaw, 2020; Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, 2020), durante os anos agitados que envolveram a troca de sistemas de governo, de monarquia constitucional à república. Os impressos femininos também capturaram a inserção das mulheres no campo das letras, do jornalismo e da movimentação feminista.

É fato que nem todos os periódicos femininos do Brasil denunciaram ou foram combativos à condição de exceção em que viviam as mulheres, sem direitos básicos e limitada autonomia. Algumas delas, entretanto, “impulsionadas por um amplo movimento de redefinição da mulher na modernidade” (Cecília do Nascimento, Bernardo Oliveira, 2007, 431), utilizaram a imprensa como meio de reivindicar direitos e transformar os costumes que as submetiam aos homens.

Por isso é importante entender a diferença entre imprensa feminina e feminista, esta última funcionando como um subgrupo da primeira, pois também era destinada ao público feminino. Os impressos que darei ênfase nesta dissertação comprovam a existência da ação de reivindicação de direitos e denúncias de opressão por parte das mulheres letradas da capital alagoana, que valeram-se de alianças com homens e outras mulheres para fundar seus próprios meios de comunicação na imprensa local.

Acompanhou a análise dos impressos um caminho já traçado por Constância Lima Duarte, professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com quem dialoguei sobre as características da imprensa feminina brasileira. Ela observou que nesse país a literatura feita por mulheres, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo, entre as primeiras décadas do século XIX. Com o desenvolvimento dos três fenômenos, não demorou para que passassem a se relacionar. As primeiras mulheres que tiveram acesso ao letramento, segundo Duarte (2016, p. 14), logo “se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica”.

Essa reunião entre escrita, imprensa e consciência feminista foi uma força social constatada na análise dos impressos femininos de Alagoas, ao menos em alguns deles, que testemunham a ação de mulheres letradas da cidade de Maceió, empenhadas na colaboração escrita para jornais e na criação de seus próprios veículos de imprensa, focados em disseminar o novo lugar social que deveria ser ocupado pelas mulheres, posição mais adequada aos “tempos modernos”.

Tornaram-se o foco dos meus esforços investigativos os periódicos *Revista Alagoana*, assinado por Maria Lucia Duarte e Rita de Mendonça de Barros Correia, *O Feminista*, de Marie Annéte, e o *Rosal*, redigido por Rita de Souza Abreu e o seu pseudônimo, Rosália Sandoval. Escritoras, poetisas e professoras alagoanas, que tiveram acesso à educação e aos meios necessários, políticos e materiais, para produzir seus órgãos na imprensa local, tiveram um lugar especial nesta dissertação.

Em diálogo com as epistemologias feministas na construção do conhecimento histórico, focalizei a ação de mulheres escritoras e jornalistas atuantes na cidade de Maceió nas últimas décadas do século XIX e início do XX. O primeiro passo, segundo Cecília Sardenberg (2007, p. 3), requerido na produção de uma ciência feminista, é “[...] a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico”. Compactuando com essa visão, não economizei esforços para expressar uma prática, comprometida e política, desde os feminismos.

Não poderia ter feito dessa forma, caso não tivesse passado a frequentar as reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade da UFAL. O GEPHGS foi criado em 2018, pelo historiador Elias Ferreira Veras, recém aprovado como professor do Departamento de História e por estudantes da graduação do curso de história. O grupo, que era ainda pequeno no momento de sua fundação, foi crescendo. Em 2019, eu também passaria a ser uma de suas integrantes.

As propostas analíticas e bibliográficas, que fui tendo contato no GEPHGS, afetaram diretamente na constatação dos vazios políticos deixados pela historiografia alagoana. Com base nessa historiografia, percebi o quanto foi negado às mulheres cisgêneras ou não, mas sobretudo às descendentes de pessoas africanas e indígenas, uma história, uma identidade positiva, narrativas num trabalho acadêmico.

A busca da reversão desse quadro está presente em trabalhos como a monografia de Adrícia Bonfim (2022), *União das Mulheres de Maceió (UMMa): uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980)*. Também na dissertação de Crislane Santos (2023), *As mariposas pousam ao entardecer: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió-AL (1970-1980)*. Ou, ainda na dissertação de Ana Valéria dos Santos Silva, *Entre invisibilidade e protagonismo: participação política de Maninha Xukuru Kariri no movimento indígena (1966-2006)*, defendida em 2024.

Essas historiadoras, com quem compartilhei a formação no PPGH da UFAL, foram reunidas na obra *(In)desejáveis: LGBTQIA+ e Feminismo na imprensa de Alagoas (Séc. XX)*, que organizei junto ao professor Elias Veras, coordenador do GEPHGS. Uma parte do livro foi destinada às pesquisas relacionadas à história das mulheres e dos feminismos, na qual contribuí com o capítulo *Selma Bandeira: militância política, clandestinidade e projetos de cidadania em Alagoas (1960-1986)*. O lançamento da obra está previsto para setembro de 2024, durante o VI Colóquio Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade: circuito dos afetos, organizado pelo GEPHGS.

1.3 Os capítulos

Ao debruçar-me sob os discursos presentes no periodismo feminista de Maceió e de outras cidades, junto à revisão bibliográfica, busquei reconstruir parte do contexto brasileiro e da capital de Alagoas durante as últimas décadas do século XIX, analisando a ação de

tendências modernas sobre os costumes e na conformação do espaço urbano, onde teve lugar a imprensa feminina e a ocupação de posições de poder por parte de algumas mulheres.

Assim como nas cidades, que terão diferentes processos demográficos e de urbanização, não é possível afirmar uma unidade no comportamento ou *status* social desfrutado por todas as mulheres alagoanas. Por isso argumento, ao longo deste trabalho, que a imprensa feminina e feminista de Maceió só pode ser compreendida como uma manifestação ligada à branquitude e ao branqueamento das pessoas não brancas.

De acordo com Cida Bento (2003, p. 1-2), psicóloga e ativista negra brasileira, o branqueamento é um fenômeno social inventado e mantido pela elite branca brasileira, que colocou a si mesma como “padrão de referência de toda uma espécie”. Dito de outro modo, é preciso entender que a maioria das escritoras feministas ou não feministas, envolvidas na produção de jornais ao final do século XIX e início do XX, eram majoritariamente brancas e provenientes de famílias com algum recurso financeiro. Para a historiadora Laila Correa e Silva,

Houve, evidentemente, um recorte racial e social nestes primórdios do feminismo manifesto nos impressos e na literatura, com raras exceções. Isto não significa que as lutas e mobilizações das feministas brancas, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou na Europa deveriam ser ignoradas (Laila Silva, 2021, p. 96).

Também não se pode ignorar que algumas delas, apesar de defender diversas causas, como a igual competência intelectual das mulheres em relação aos homens, tiveram também escritos de cunho racista, como mostra Leric Garzoni (2014, p. 47), historiadora que esboçou “a centralidade de pressupostos racistas” nas obras literárias de Júlia Lopes de Almeida, escritora carioca, branca e abolicionista, representante das ideias feministas e iluministas ao final do século XIX.

O entrecruzamento entre o discurso feminista e iluminista, presente também nos impressos feministas de Maceió, fez com que eu quisesse discorrer mais a respeito, pela seleção de textos de autoria feminina que entrelaçam as categorias iluministas à luta das mulheres por “emancipação”. Esse recorte está na primeira parte do capítulo *Modernidade Feminista*, no qual relacionei as particularidades da imprensa feminina e feminista brasileira, especialmente a alagana.

Um aspecto interessante, que atravessa os impressos femininos do estado, inclusive os feministas, é a aclamação do cristianismo católico. A tensão entre os valores defendidos pela Igreja Católica e as reivindicações feministas, não impediu que mulheres católicas fossem em oposição aos costumes “tradicionais”, que a Igreja buscava conservar.

Contudo, identifica-se ainda nas páginas dos jornais femininos esperança e entusiasmo que, segundo o historiador Nicolau Sevcenko (1983, p. 90), é um traço característico do pensamento da época, resultado da contemplação dos avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, que dinamizou a circulação de ideias, pessoas e mercadorias. Assistia-se, segundo ele, “à maré montante do cosmopolitismo e do progresso”, conceitos que se tornaram sinônimos com a “prodigiosa expansão européia da segunda metade do séc. XIX”. Não à toa, lembra-nos o historiador, que o período foi chamado pelos franceses de *Belle Époque*, uma espécie de “utopia liberal” e individualista.

A “sociedade utópica” (Nicolau Sevcenko, 1983), desenhada também nos discursos das feministas ativas na imprensa periódica brasileira, introduziu nas cidades reais a preocupação com os espaços reservados ao feminino e à crítica ao papel sempre subordinado ocupado pelas mulheres. No bojo dessas transformações, há também a feminização dos costumes, tendência que trará “confusão e a dispersão dos papéis sociais”, anteriormente mais rígidos, de acordo com o historiador Durval Albuquerque Jr. (2013, p. 72).

Encerro esse capítulo mostrando alguns cenários da cidade de Maceió, ao final do século XIX, para pensar como a escrita feminista, ampliada através do periodismo da cidade, tem lugar nesse contexto. No capítulo seguinte, *Escritoras, Normalistas e Periodistas em Maceió*, faço uma descrição mais detalhada dos três impressos feministas dessa cidade, assim como a trajetória de algumas mulheres que os protagonizaram.

No capítulo final, *A persistência do Patriarcado*, trago um balanço – parcial, incompleto, possível – para demonstrar a situação preocupante a que parte das mulheres alagoanas continuam expostas. Acredito que o olhar para o passado esteja interligado ao abrir-se às relações complexas de nossa sociedade e a tentativa de, de algum modo, sacudi-la com proposições que levem à uma revisão de nossas condições de convívio na terra.

Por isso, preocupações políticas levaram-me a não restringir algumas de minhas análises ao contexto dos impressos femininos e feministas de Maceió, mas partindo deles, evidenciei que o deslocamento dos valores patriarcais pela luta das mulheres, nos últimos séculos, não extinguiu a subalternidade e a dependência das mulheres de uma figura masculina, essas relações prosseguiram “disfarçadas sob um verniz de modernidade” (Ana Silvia Scott, 2012, p. 09).

As considerações finais trazem proposições ao presente e ao futuro que estamos construindo. Elas foram embasadas na minha trajetória como pesquisadora, mas também em minha experiência pessoal, enquanto mulher cis, parda, pobre, feminista e historiadora. Sem

buscar saídas superficiais para os problemas atuais ou modelos definitivos de ações contra-hegemônicas no passado, reviso a crítica feminista, contestatória dos poderes hegemônicos do patriarcado, dos autoritarismos e da essencialização dos seres, como lugar para respostas criativas, que desafiem a reprodução dos poderes da colonialidade (María Lugones, 2014).

Mobilizo em minha escrita esperança e utopia, “enquanto força expectante consubstancialmente concreta e/ou antecipatória de algo que, em sendo negado pela falta no momento presente, pode ser alcançado no futuro como forma ‘de amanhã’” (Arenato Santos; Ildney Cavalcanti, 2019, p. 135-136). Partindo das epistemologias feministas, que concebem a produção do conhecimento científico sempre como local, sem prescrições universalistas, faço aqui alianças com o passado das mulheres periodistas, feministas, escritoras e professoras de Alagoas, propondo problematizar o presente das mulheres alagoanas a partir dos ensaios de suas lutas no passado.

2. MODERNIDADE FEMINISTA

O surgimento dos primeiros periódicos destinados ao público feminino brasileiro ocorreu alguns anos depois da Proclamação da Independência (1822), considerado, momento mais propício ao desenvolvimento da imprensa nacional. Para a antiga administração colonial portuguesa, o jornal era um “material subversivo, sendo apreendido e censurado em todos os territórios lusitanos, onde a polícia se encarregava de tentar impedir sua circulação” (Carlos Sousa, 2010, p. 54).

Essa modalidade de impressos, que parte de uma concepção sexual e binária dos seres humanos, reforçou a perspectiva de adequação da sociedade brasileira ao implemento civilizacional, colocando o seu foco sobre as mulheres. Como a "mulher" dessa nova nação independente e aberta ao mundo deveria ser, sentir e fazer era matéria para os jornais. Moda, decoração do lar, conselhos amorosos, saúde, culinária, educação dos filhos, pequenos contos, poesias ou peças de teatro são apenas alguns dos conteúdos recorrentes no periodismo feminino (Sandra Lima, 2007, 228).

Além da crescente escolarização de seu público alvo, foi necessário que houvesse, nas localidades onde ela surgiu, um desenvolvimento das técnicas de impressão. Podemos verificar que em diversas partes do Brasil esses requisitos foram cumpridos (Anexo 1: Tabela 1). O acentuado número de folhas femininas publicadas no Rio de Janeiro, em comparação com outras cidades, principalmente na segunda metade do XIX, fortalece a visão da relação desses jornais com a urbanidade.

Prevaleceu entre os primeiros impressos femininos a tese da menoridade das mulheres em relação aos homens. Todavia, o estudo dessas folhas possibilita mapear mais do que a normatização de condutas e o disciplinamento dos corpos vistos como femininos. Os periódicos feministas, como parte do mosaico representativo da imprensa feminina, mesmo insistindo na essencialização das mulheres e do feminino em suas páginas, simultaneamente, tornaram-se lugar para o protagonismo literário e político das mulheres.

Nesse lugar, no qual os discursos manifestaram-se com diferentes graus de contradição, visualiza-se a denúncia da autonomia limitada pela moralidade pública, pela instituição familiar e pela precariedade de direitos civis e políticos. A força dessas normativas esteve presente de modo diferencial na vida de cada uma delas, para ir e vir, estudar, trabalhar, debater ideias e fazer reivindicações através do periodismo. À revelia dos discursos de progresso e de liberdade que inundaram a imprensa do período, as relações hierárquicas de

gênero, classe e raça iam sendo conservadas em novos cenários trazidos pela modernidade. Contudo,

A famosa educação patriarcal para o lar, a repressão dos pais e maridos, no século XIX, em relação à mulher, aquela imagem cristalizada pelo cinema e pela literatura das sinhazinhas a se embalarem indolentes nas redes, atendidas pelas mucamas, a reclusão da mulher brasileira, atestada por tantos viajantes, não se apresenta da mesma forma nas várias regiões (Zahidé Muzart, 1996, p. 159).

A resistência, relacional aos abusos do poder, revela a agência política de pessoas mais vulnerabilizadas pelos desníveis sociais. A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2014, p. 228), em sua tese doutoral, alertou para “o quanto as pessoas negras responderam aos entraves postos pela discriminação racial nos próprios termos em que a questão era colocada e vivenciada”, antes e depois da abolição da escravatura no Brasil. Desse modo, a historiadora não se ocupou unicamente de ressaltar a injustiça dos códigos sociais e das condutas, mas descreveu, conjuntamente, os instrumentos de luta utilizados pelas pessoas negras para exercer direitos.

As escritoras periodistas feministas, das quais falarei mais adiante, também souberam aproveitar as brechas deixadas pelo poder para negar a reificação das relações hierárquicas entre homens e mulheres. Porém, no período analisado, talvez tenham falhado em perceber e abordar criticamente a existência dessas disposições entre as próprias mulheres (Lerice Garzoni, 2014).

Tendo em vista essa relação entre escrita de mulheres e a imprensa feminina e feminista no Brasil, resolvi dar atenção à questão da autoria feminina e, conjuntamente, às características marcantes do periodismo destinado às mulheres. Nos órgãos da imprensa feminista de Maceió, teve realce a influência dos discursos iluministas, os quais foram defendidos sob uma ótica marcada pela interferência dos discursos feministas.

Entre as feministas brasileiras, a pernambucana Josefina Álvares de Azevedo, foi um exemplo loquaz no hasteamento da bandeira da educação e do direito ao voto para as mulheres, verdadeira “missionária” da produção literária e do periodismo feminista. Assim como outras feministas envolvidas no jornalismo de Maceió, Josefina fez da própria produção literária a sua “missão”, ao mesmo tempo, um instrumento para influenciar a opinião pública e, portanto, intervir socialmente (Nicolau Sevcenko, 1989).

Nicolau Sevcenko, em recorte temporal que coincide com a existência dos impressos feministas em Alagoas analisados nesta Dissertação, aponta que a escrita militante era uma

novidade talvez apenas no Brasil. Convergem na criação literária do período de transição política, especialmente, na Primeira República, a busca de “redefinição dos valores sociais”, movimento visto também na Europa e em outras partes do “mundo marcado pela influência cultural europeia” (1986, p. 275).

A literatura, segundo ele, “Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real” (ibid., p. 29). Foi essa pretensa fantasia, na produção literária das periodistas feministas, que nomeei de *Modernidade Feminista*, questão a ser discutido neste capítulo.

2.1 Imprensa feminina e discursos feministas

Eu falarei da escrita feminina: *do que ela fará*. É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo mortal. É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, e na história –, por seu próprio movimento (Hélène Cixous, 2022, p. 41).

Os textos de autoria feminina são bastante antigos. Para citar somente um exemplo, Estefanía Bernabé-Sánchez e Katia Maria Pozzer apresentam-nos os textos de autoria da princesa, sacerdotisa e poeta Enheduanna. Ela nasceu na Mesopotâmia no período paleobabilônico, cerca de 2300 anos a.C.. De acordo com essas pesquisadoras, os textos em formato de cânticos de Enheduanna “funcionam como encantamentos de várias camadas, entrelaçando dimensões políticas, pessoais, rituais, teológicas, históricas e legais” (2023, p. 16). Graças a eles o seu pensamento foi lembrado por séculos após sua morte.

Após a invenção da escrita, entre os povos sumérios, a 3000 anos a.C., e também com o estabelecimento do ensino formal, as mulheres foram afastadas dos caminhos de acesso à educação (Gerda Lerner, 2019, p. 91). Ainda que a escrita não seja a única maneira de perpetuar a memória, em vista da importância da oralidade para muitos povos, o encontro com textos de autoria feminina facilitou o trabalho de recuperação da memória literária das mulheres, contrariando a suposta inatividade literária atribuída a elas.

No Brasil, Zahidé Lupinacci Muzart, crítica literária feminista, foi fundamental para recuperar memórias da imprensa feminina e feminista do Brasil, sobretudo, a escrita de mulheres do século XIX. Constância Lima Duarte foi uma das investigadoras participantes do projeto coordenado por ela, durante os anos de 1990 e 2000. O esforço dessas mulheres

resultou na obra *Escritoras Brasileiras do Século XIX* (1999), volumosa publicação que traz memórias de uma centena de escritoras.

Durante sua longa trajetória como pesquisadora da produção literária de brasileiras, Zahidé Muzart (2003, p. 226) relata que encontrou, na imprensa periódica destinada às mulheres do século XIX, muitas escritoras, feministas e fundadoras de jornais. Para ela, “tiveram uma quota considerável de responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras”. Porém, em vista da pouca educação destinada a esse grupo e do pouco acesso que tinham aos meios de comunicação em massa, a sua inserção na imprensa é posterior ao surgimento dessa modalidade de folhas impressas do século XIX.

Conforme Tayza Guedes e Dagoberto Rosa de Jesus (2021), a escolarização no Brasil criou “espaços de exceção” entre a população que, em sua maioria, não tinha instrução formal. Entre as mulheres, consolidaram-se mais facilmente como escritoras as que recebiam proteção de sua classe econômica, assim como a utilização de outros artifícios para se manter no meio literário.

O Espelho Diamantino, primeiro impresso feminino brasileiro, foi endereçado às senhoras do Rio de Janeiro em 1827, criado pelo jornalista francês Pierre Plancher. *O Espelho* veiculou, até 1828, quando cessou a sua publicação, textos literários, comentários sobre arte, acontecimentos políticos, moda e culinária. Na descrição feita pelo próprio periódico, ele pretendia ser um “espelho”, no qual as mulheres pudessem mirar as respostas, assumindo da melhor forma possível o seu “papel feminino”.

Constância Duarte (2016, p. 39) sustenta que, “Como eram bem poucas as brasileiras alfabetizadas” nas primeiras décadas do século XIX, *O Espelho Diamantino*, assim como outros impressos que se seguiram a ele, foi dirigido a um “seleto número de leitoras e a seus familiares”. A família foi uma preocupação recorrente nos impressos femininos, como um pano de fundo para toda ação das mulheres, prestando-lhe seus significados.

Em sua primeira edição, *O Espelho* tratou da urgência que se fazia em educar as mulheres. A direção do ensino pretendida, no entanto, era auxiliá-las no cumprimento de suas funções como esposas, mães e filhas, indo além dessas atividades somente para ocupar tarefas secundárias em relação aos seus maridos, os quais, verdadeiramente, poderiam dispor de poderes fora do ambiente doméstico.

[...] a esposa do homem civilizado, não satisfeita com o tomar sobre si todo o peso do governo interior da família, e estes inumeráveis trabalhos que a indústria tem tornado indispensáveis para as comodidades, e regalos da vida, está também pronta a repartir os cuidados do marido envolvido nos lances, e

tormentas dos negócios privados, ou públicos, a sugerir-lhe expedientes mais delicados, e apropriados do que as suas mais intensas meditações, a sustentar seu ânimo na adversidade, a incliná-lo à moderação e suaves sentimentos, quando o orgulho dos sucessos lhe inspiraria egoísmo, ou insolência (*Espelho Diamantino*, Rio de Janeiro, nº. 01, 20 set. 1827, p. 1).

Em primeiro lugar, o texto de abertura deste impresso estabelece uma alteridade entre a “esposa do homem civilizado” e a “companheira do homem ainda selvagem”. A esposa, *status* dado pelo contrato de casamento, está preparada para assumir parte da “civilização” de seu marido. Resta à mulher “selvagem”, pela companheira que é do homem também “selvagem”, compartilhar sua relação com o cultivo da terra, com a caça e o conselho de guerra. Tal é a descrição do jornal, que associa “selvagem” ao modo de vida indígena ou camponês. De qualquer modo, somente o “homem” é parte da “civilização”.

Vale destacar ainda as atividades capitalistas em que o “homem civilizado” está enlaçado. Não podemos imaginar que ele seja outro elo desse sistema econômico, um trabalhador assalariado ou, nesse mesmo período, um homem escravizado. Contudo, recai também sobre ele uma necessidade de adequação ao novo modo dos negócios, uma maior moderação e suavidade, que só a “mulher” poderia inspirar, acessando de forma secundária os interesses que são propriamente de seu marido.

Os jornais femininos que seguiram a mesma linha de pensamento exposta pelo *Espelho Diamantino*, ocuparam-se em conduzir as mulheres das elites a uma integração praticamente tutelada na partilha do que o impresso chama de “civilização”. Sobre as mulheres estarem “preparadas”, mesmo para um papel secundário, isso não foi lugar de consenso no decorrer do século. Todavia, aumentariam os sinais que não estavam satisfeitas com sua condição social.

Um descontentamento semelhante, entre mulheres estadunidenses, brancas e da classe média, foi apontado pela filósofa negra Angela Davis (2016), na sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, uma análise interseccional da História dos Estados Unidos.

Em 1833, muitas dessas mulheres de classe média começavam a perceber que algo estava errado em sua vida. Como “donas de casa” na nova era do capitalismo industrial, elas perderam sua importância econômica no lar, e sua condição social enquanto mulheres sofreu uma deterioração semelhante (Ibid., p. 53).

Aqui é preciso fazer uma parêntese, porque em termos de divisão estrutural de raça e de classe, a história dos Estados Unidos não pode ser vista da mesma maneira que a brasileira. Lélia Gonzalez (2022) argumenta que existiram diferenças locais na africanização do

continente americano. A relação entre colonizadores e grupos colonizados, no sentido do racismo e da resistência empreendida contra as suas manifestações, estruturou essas sociedades de maneiras diversas. No caso brasileiro, segundo a filósofa, opera o “racismo por denegação”, que nega a própria existência do fenômeno e, conjuntamente, a “ideologia do branqueamento”, a qual centraliza a experiência branca e europeia como padrão do desenvolvimento humano e o ideal a ser alcançado.

Essa discussão é importante para compreender que no Brasil, as barreiras sociais impostas às pessoas não brancas pela lógica do racismo não definiu, inescapavelmente, um destino de segregação racial. Inclusive os grupos da elite e dos segmentos médios não podem ser descritos como totalmente brancos. Um exemplo substancial disso, entre o XIX e o XX, é o de Maria Amanda Paranaguá Dória (1849-1931), duquesa e dama da princesa Isabel, descrita em fontes do período como uma mulher “morena”.

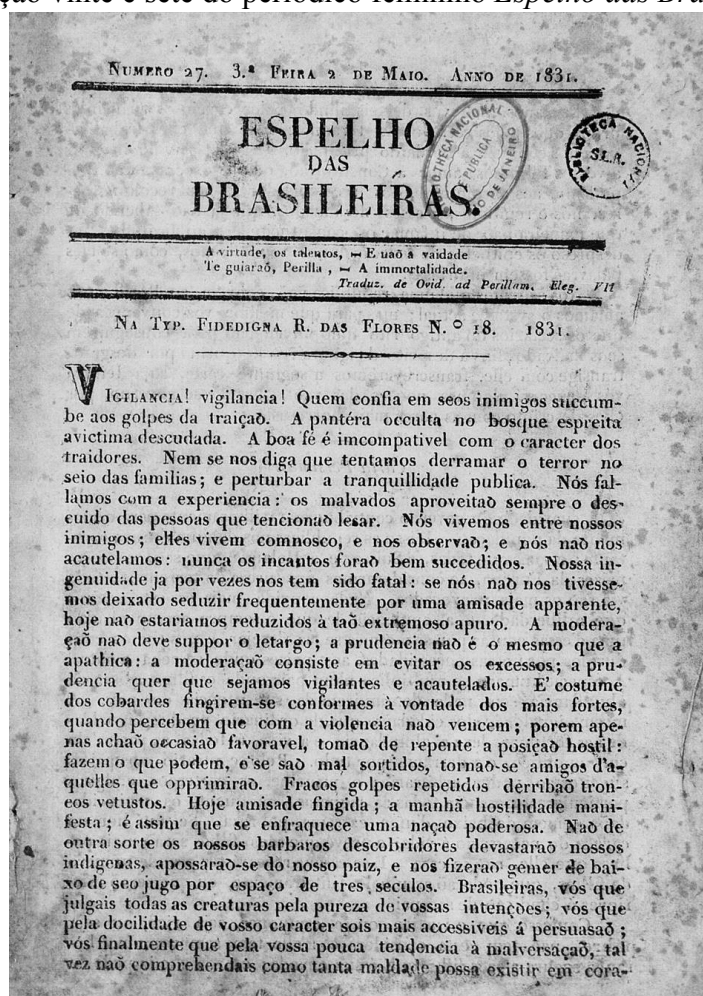
Intimamente ligada ao núcleo do poder imperial, segundo Itan Cruz (2018, p. 12), Amanda foi “testemunha ocular do apogeu e da extinção da Coroa no Brasil, presenciando e participando de acontecimentos importantes que marcaram o Império, à exemplo do desmonte da escravidão”. O historiador analisou as experiências da duquesa considerando a interposição entre raça e classe, com isso, pôde mirar os espaços de negociação e os artifícios utilizados por pessoas de ascendência africana, em posições de relevo, para interferir na hierarquia social do Império.

Segundo Lina Maria de Aras e Simone Marinho (2012), as mulheres da elite do Brasil foram afastadas da vida pública até a segunda metade do século XIX, mas seriam elas as primeiras a possuir condições materiais e subjetivas para disputar o ambiente do jornalismo, assim como o da literatura.

A escrita daquelas que escolheram denunciar injustiças cometidas contra o seu “sexo”, apostando numa crítica que levasse à outro tipo de colocação social para as mulheres, ajudaram a reforçar a tensão política entre feministas e antifeministas. Não foi preciso esperar muito tempo, desde o surgimento dos periódicos femininos, para que a crítica feminista ganhasse projeção através da imprensa. No pernambucano *Espelho das Brasileiras* (1831)²² teve lugar a escrita de Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), considerada uma das primeiras feministas brasileiras.

²² Seguindo o *Espelho Diamantino*, circulou em São João del-Rei (MG) o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832). Veio logo depois o *Manual das Brasileiras* (1830), em São Paulo (SP). Finalmente, o primeiro fora da região Sudeste, foi o *Despertador das Brasileiras* (1830-1831) de Salvador (BA). O *Espelho das Brasileiras* é o quinto impresso feminino do Brasil.

Figura 1: Edição vinte e sete do periódico feminino *Espelho das Brasileiras* (1831).



Fonte: Hemeroteca Digital (BN).

A trajetória desse jornal pela imprensa do Recife foi curta, entre fevereiro e abril de 1831. O responsável pela publicação, Emile de Bois-Garin, era de origem francesa e expressou-se antimonarquista nas páginas do *Espelho*. O periódico visava contribuir com a instrução política e moral das mulheres, em nome do aumento das fronteiras da civilização, incentivando que elas participassem da vida cívica (Constância Duarte, 2016).

Nísia Floresta, obra assinada por Constância Duarte (2010, p. 12), revela que a estreia dessa escritora ocorreu no *Espelho das Brasileiras* e que, em seu tempo, ela era uma exceção entre as mulheres que puderam optar pela “proteção” do lar e não o fizeram. De acordo com Duarte, “a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito”, contudo, Nísia dirigiu um “colégio para moças no Rio de Janeiro” e escreveu “livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos” (ibid.).

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós

nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Todos sabem, nem se pode negar, que os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que é isto, às suas vistas, uma função baixa e desprezível [...] (Nísia Floresta, 1989, p. 35).

A obra *Nísia Floresta* oferece também a transição de textos dessa escritora oitocentista, um deles é o *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* de 1832, a que pertence o trecho acima. Nessa adaptação brasileira da obra de Mary Wollstonecraft (1759-1797), filósofa feminista inglesa, Nísia Floresta afirmou que, no lugar de serem educadas para agradar aos homens, interessadas unicamente em sua beleza física, as mulheres deveriam por meio da educação desenvolver autonomia moral e social.

Figura 2: Primeira página de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens*, 2ª edição (1833).



Fonte: Catarina Coelho, 2019, p. 11.

Rosa Cobo Bedia (1989), socióloga feminista espanhola, definiu Mary Wollstonecraft como uma feminista ilustrada, porém, apesar de partilhar das categorias do iluminismo, utilizou de sua escrita para discodiar da interpretação que outros homens faziam dessa teoria. Ela é apontada também como uma das fundadoras do pensamento feminista moderno,

sobretudo pela obra em questão, na qual Nísia Floresta se inspirou. Ao modo Mary Wollstonecraft, reproduzindo ou escrevendo seus próprios textos, as mulheres letradas brasileiras utilizaram a “[...] razón como instrumento crítico contra los prejuicios que impiden la emancipación de las mujeres” (Rosa Bedia, 1989, p. 215).

Em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* de 1792, Mary Wollstonecraft preocupou-se em rebater uma ideia disseminada pela obra de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), proeminente pensador do iluminismo do século XIX. Um dos pontos centrais do pensamento desse filósofo está em sua defesa da igualdade e da liberdade. No entanto, em *Émile, ou Da Educação*, texto publicado em 1762, verifica-se que a extensão desses valores, para ele, não era irrestrita. Para as mulheres este filósofo previu uma educação diferente da dos homens, pois, direcionada para serem boas mães e esposas, não seria necessário que tratassem das questões de modo racional ou no sentido de serem intelectuais.

É interessante observar como algumas mulheres, à revelia da produção masculina sobre os ideais mencionados, recorreram à intertextualidade. Olympe de Gouges (1748-1793), por exemplo, pseudônimo da escritora feminista francesa Marie Gouze, em 1791, lançou sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, um texto em diálogo direto e crítico à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789.

A *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de Olympe de Gouges rechaçou os princípios de igualdade em voga, defendidos pelo movimento revolucionário francês, porque ele não incluía as mulheres. Sua *Declaração*, ao mesmo tempo, é uma excelente amostra histórica das preocupações feministas no contexto europeu francês. Ela pautou, sobretudo, a importância da igualdade perante a lei, o direito ao voto, à propriedade, ao divórcio e à liberdade de expressão.

Sua firme posição, na defesa do que acreditava, fizeram com que fosse vista como uma radical e, em 1793, por ser a favor e ainda publicar sua opinião na imprensa, a qual pedia a realização de um referendo nacional que decidisse o futuro da monarquia, foi mandada para guilhotina pelos jacobinos que, entre as forças envolvidas nas lutas daquele contexto da Revolução Francesa, era a porção mais progressista.

Tal face do discurso feminista, colada às categorias do iluminismo, foi amplamente difundida através da escrita de mulheres brasileiras do século XIX, inclusive na imprensa feminista alagoana como veremos. A segunda metade desse século marca uma inflexão na imprensa feminina, pelo início do trabalho das mulheres como proprietárias, diretoras e redatoras de jornais.

Na primeira metade do século XIX, apenas um impresso teve à frente de sua redação uma mulher, o *Belona Irada contra os sectários de Momo* (1833-1834), que circulou em Porto Alegre (RS). Criado em 1833, pela professora gaúcha e escritora feminista Maria Josefa Barreto (Zahidé Muzart, 1996), teve uma postura nitidamente política (Constância Duarte, 2016). Infelizmente, nenhuma de suas edições foi localizada pelas/os pesquisadoras/es do país.

As transformações que deram condições à atuação das mulheres em seus próprios periódicos não afetaram somente a argentina Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), diretora do impresso carioca *O Jornal das Senhoras* (1852-1855). Ela, que por vezes foi considerada a primeira mulher a comandar um jornal no Brasil, mais do que moda e literatura, trouxe em seu periódico a ideia de emancipação das mulheres por meio de sua devida instrução. Outras mulheres, nas décadas seguintes, seguem semelhante caminho. Entre elas, destacarei Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), poetisa, jornalista, professora e dramaturga.

Josefina nasceu em Recife, mas partiu de lá em 1878 para viver em São Paulo, lugar onde mais tarde criou o periódico *A Família*: jornal literário dedicado à educação da mãe de família (1888-1898). Como uma fiel defensora dos direitos das mulheres e, em especial, do voto, divulgou pelas páginas do seu jornal as suas produções literárias e a sua perspectiva crítica da sociedade em que vivia. Entre esses textos, destaco *A mulher moderna: trabalhos de propaganda* (2018), publicado pela primeira vez em 1891, enquanto parte de uma coletânea da escritora, em que ela diz:

Diante dessas criaturas de espírito apoucado, eu não pousarei o pensamento de um instante, porque nada lucraria com isso. Preconceitos vãos são sempre fragilidades que se aniquilam pela própria fraqueza: consome-os o tempo. A emancipação da mulher é um ideal – a ele foram consagradas todas essas páginas que se seguem. Boas ou más, elas são sem dúvida uma revelação – a de que eu creio num futuro melhor para a mulher brasileira e de regeneração para a humanidade (Josefina Álvares de Azevedo, 2018, p. 18).

Essa obra chega mais facilmente aos nossos dias porque foi alvo de um “resgate”, uma recuperação proposta pela Coleção *Escritoras do Brasil* da Biblioteca do Senado Federal²³. Até agora, esse projeto, que tentou tirar da “invisibilidade” mulheres ignoradas pelos cânones

²³ O download gratuito das obras da coleção pode ser feito em: <https://livraria.senado.leg.br/escritoras-do-brasil>. Acesso em 02 ago. 2024.

literários, tem doze obras de diferentes escritoras publicadas, algumas mencionadas nesta dissertação, como Júlia Lopes de Almeida e Nísia Floresta.

Em *A Mulher Moderna*, Josefina relaciona o progresso social à educação igual para homens e mulheres, ao mesmo tempo defende o fim dos preconceitos que reprimem a participação das mulheres nos espaços públicos, com ênfase nos espaços escolares e no mercado de trabalho.

O que é verdade é que à medida que a mulher se eleva, as sociedades progredem; e no século XIX, que é o século das grandes ideias tem tido a ventura de ver discutidas à luz dos princípios as bases de nossos direitos sociais.

Seja a mulher igual ao homem e a sociedade será perfeita (Josefina Álvares de Azevedo, 2018, p. 89).

Josefina fez diversas viagens com o objetivo de propagar o discurso que vemos acima. No segundo mês de 1889, passando por Santos, interior de São Paulo, e depois em direção à Corte, no Rio de Janeiro, *A Família* registrou a visita de sua redatora a Dom Pedro II e à princesa Isabel em Petrópolis (*A Família*, São Paulo, nº. 13, fev. 1889, p. 1-2). As duas figuras, segundo o periódico, prometeram apoio ao jornal e parabenizaram as atividades em prol da educação das mulheres desempenhadas por Josefina, que por sua vez, agradeceu ao imperador “pela maneira honrosa” que a recebeu e “as palavras de animação”.

Mesmo com o isolamento político da monarquia naquele contexto, teria sido difícil para essa escritora imaginar que o imperador e sua família, ainda naquele ano, em decorrência do golpe político-militar que proclamou a república brasileira, seriam mandados para o exílio na Europa. Porém, poucos meses depois, segundo Karine da Rocha Oliveira (2019, p. 32), “Circulava pelo país que os republicanos iriam instaurar dentro do território nacional a liberdade religiosa, autonomia das províncias, liberdade de ensino e seu aprimoramento, além de liberdade de voto”, propostas que animaram, entre outras feministas, Josefina.

O ato foi consumado, e no dia 17 partiu um transbordo conduzindo à Europa toda a Família Imperial.

A República Brasileira fez-se, pois, com uma precisão, ordem e regularidade, que bem demonstram o acerto do plano preconcebido.

Deve a isso a paz, a tranquilidade e a ordem que tem reinado e que desejamos não se altere para bem de todos (*A Família*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1889, p. 2).

Todavia, ainda antes da proclamação de 15 de novembro, a escritora migrou junto com o jornal *A Família* para o Rio de Janeiro, como indica a referência do trecho acima. Segundo

explicitado no próprio periódico, após seis meses de sua existência em meio paulistano, foram “inauditos esforços, de lutas titânicas, de dissabores contínuos, porque a capital de S. Paulo, não soube ou não quis coroar os nossos esforços, facilitando-nos também os elementos de vida” (*A Família*, Rio de Janeiro, nº. 24, 18 mai. 1889, p. 2).

Figura 3: Edição especial do jornal *A Família*, capa com fotografia litografada de sua redatora Josefina Álvares de Azevedo (1889).



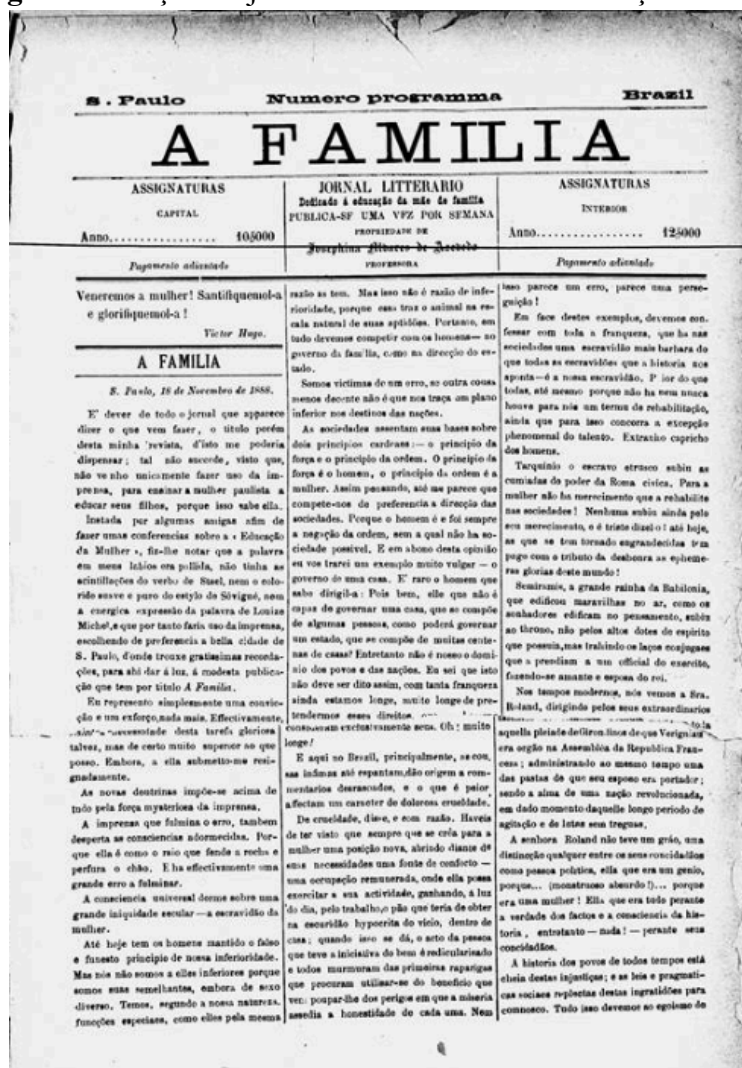
Fonte: Hemeroteca Digital (BN).

O projeto de sociedade defendido por Josefina parece ter encontrado maior eco na capital da monarquia, às vésperas de sua conversão republicana. Karine Oliveira (2019, p. 32), que analisou a escrita de Josefina no periódico *A Família*, sustenta que “a professora pernambucana faz questão de defender o sufrágio feminino, a participação da mulher no mercado de trabalho com o fim de contribuir financeiramente com a manutenção do lar”, ideias que talvez não tenham sido bem recebidas pelas/os leitores de São Paulo.

O Rio de Janeiro, com a instalação da família real em 1808, tornou-se a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, concentrando os investimentos da Coroa na melhoria da infraestrutura dessa cidade. Ela também recebeu grande fluxo de imigrantes, entre essa multidão, representantes da intelectualidade do país. Arrisete Costa (2015) enumerou significativo contingente representante da intelligentsia alagoana que migrou para lá entre os séculos XIX e XX. Essas características parecem justificar a maior receptividade às ideias modernas proclamadas por Josefina.

Através de sua escrita, ela fez duras críticas aos homens, à Igreja Católica e aos políticos do período, por sustentarem a tese de inferioridade das mulheres. No Rio, encontrou um solo fértil para o seu jornal, que permaneceu por anos sendo publicado, porta-voz da “libertação do sexo feminino”.

Figura 4: Edição do jornal *A Família* de 09 de março de 1889.



Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

A passagem de Josefina por várias porções do território brasileiro, fazendo a divulgação do seu periódico em 1889, foi registrada em *A Família*. Este impresso notificou, em abril do referido ano, que Josefina retornava de uma “excursão pela província de Minas” (*A Família*, São Paulo, nº. 20, 13 abr. 1889). Nesse estado já havia circulado, anos antes, *O Sexo Feminino*, “semanário dedicado aos interesses da mulher” (1873-1874). No entanto, assim como em Alagoas, é depois de 1889 que a imprensa feminina de Minas Gerais ganha mais representantes, tais como *A Bonina* (1891), *A Borboleta* (1902) e *A Camélia* (1898), para citar apenas alguns.

Mais uma vez, Josefina partiria rumo ao “norte” do império, pois em 21 de julho de 1889, o *Diário de Pernambuco* (Recife, nº. 162, p. 3) anunciou a chegada da escritora ao Recife, na embarcação inglesa à vapor *Tamar*. Na edição do dia 30 de julho, o periódico agradeceu à Josefina pela “delicadeza que teve em vir pessoalmente nos oferecer um número especial que acaba de publicar de sua conceituada *A família*, que se publica na corte” (*Diário de Pernambuco*, Recife, nº. 163, p. 4).

Pela rota litorânea seguida pelas embarcações, Josefina, antes de aportar no Recife, por certo esteve em alguns dos dois principais portos de Alagoas, nas cidades de Penedo e Maceió (Luana Teixeira, 2016). A historiadora Luana Teixeira (2016), afirma que, ao longo do século XIX, Penedo era uma cidade da província que “rivalizava” com a capital, quanto às atividades comerciais por cabotagem²⁴. Com a “introdução da navegação regular a vapor, [...] conheceu um rápido desenvolvimento, que se perpetuou até fins do século XIX” (ibid., p. 126). Contudo, não encontrei registros de sua passagem pela província, ao contrário de outras cidades em que esteve, como as já mencionadas. Acrescento a essa lista Belém (PA), onde Josefina afirma ter encerrado a sua viagem “ao norte” (*A Família*, Rio de Janeiro, nº. 43, 21 dez. 1889, p. 6).

Pensei muito sobre a possibilidade de Josefina ter influenciado mais diretamente a criação da revista *A Palavra*, periódico feminino e literário do sul de Alagoas, pois notei muitas semelhanças entre ele e a *A Família*. Entretanto, o sentido dos discursos, mesmo que em ambos seja valorizada a educação para as mulheres, não reproduz nem de perto a radicalidade, para aquela época, encontrada em *A Família*, o que não significa, necessariamente, que Josefina não possa ter inspirado a criação do periódico feminino penedense, o qual é melhor apresentado no tópico seguinte.

²⁴ As atividades comerciais por cabotagem funcionam pelo transporte de mercadorias ou passageiros entre portos ao longo da costa de um país, por meio de embarcações marítimas.

2.2 Encontros e desencontros nos discursos da imprensa feminina de Alagoas

Em Penedo, cidade que à época equiparava-se com Maceió, em importância cultural e econômica para a região de Alagoas (Douglas Tenório, 2009), surgiu *A Palavra* (1889-1898). De tiragem semanal, foi o periódico feminino de Alagoas que passou mais tempo sendo impresso. Entretanto, apenas a edição de número quinze restou de seus dois primeiros anos de circulação. Para os outros anos, as edições estão também incompletas, mas cento e setenta números podem ser consultados na BNDigital. Até 1892, foi impressa na cidade de Pão de Açúcar²⁵, mudando-se para Penedo em janeiro de 1893. O pequeno trecho da revista abaixo é o que chega mais perto de um editorial:

No Brasil, com quanto a mulher não tenha ainda atingido certo grau de instrução, todavia vemos que as diversas gazetas e escritoras nacionais, que temos, já vão dando uma ideia de que as nossas patricias não são indiferentes a evolução do progresso do belo sexo.
Nesta cidade, mesmo, onde os recursos são exíguos, a mulher tem um modesto órgão que vela pela sua causa (A. M., *A Palavra*, Pão de Açúcar, 01 fev. 1891, p. 1-2).

As iniciais como assinatura podem pertencer a Achilles Mello. Nele a imprensa é vista como um instrumento para conduzir as mulheres à civilização. *A Palavra*, assim como *O Trabalho*, ambos dirigidos por Achilles Mello, têm um direcionamento à militância católica e conservadora. Na única alusão direta ao movimento feminista que encontrei na revista, a autora do texto, Maria Amarilha Vaz de Carvalho, afirma que ele “leva tanta mulher a excessos condenáveis” (*A Palavra*, Penedo, n.º. 36, 19 out. 1895, p. 2).

Figura 5: Décimo quinto número de *A Palavra* (1889).

²⁵ Assim como Penedo, *Pão de Assucar* (segundo a grafia da época), é uma cidade ao sul de Alagoas às margens do Rio São Francisco. Elevada à cidade em 18 de junho de 1877, possuía no fim do século XIX, segundo a *Sinopse do Recenseamento de 1900*, cerca de 10.517 habitantes, entre os quais 5.024 homens e 5.493 mulheres. O primeiro periódico da cidade parece ter sido *O Jornal de Pão de Assucar* (1874), dirigido pelo capitão José V. Cavalcante. Até 1906, 13 jornais foram publicados na cidade. (**ABC das Alagoas**, volume 2, 2005, p. 364)

Com o benedito do Sr. Caldeira e outros

A PALAVRA

REVISTA LITTERARIA

DEDICADA Á INSTRUÇÃO E RECREIO DAS MULHERES

COLLABORAÇÃO — ESCRITORAS E ESCRITORES

ASSIGNATURA POR MEZ 500 RS

ANNO I (ALAGOAS) Pão d'Assucar, 19 de Outubro de 1889 (BRAZIL) NUMERO 45

Veneremos a mulher! Santifiquemo-la e glorifiquemo-la!

Victor Hugo

A ESCOLA

espirito da civilização moderna é eminentemente educador.

Consagrada a escola como o cadinho onde se opera a fusão do homem natural no homem social, considera-se como um grave symptoma de immobildade ou decadência a falta desses tabernaculos, onde o espirito recebeu seu baptismo de luz libertando-se das garras tenebrosas do dominio da ignorancia.

Todos nós, quem quer que sejamos, temos absoluta necessidade de aspirar esse oxygenio das intelligencias.

Se ella nos faltar, apparecerá de subito o pheomeno de combustão, e morremos suffocados na mais terrivel das asphyxias.

E, pois, a escola o principio vital das intelligencias, que concede aos seus orgãos a energia e força para o desenvolvimento da sua vitalidade, e, mais ainda uma potencia inventivel e sagrada, sem o que não pode haver progressão ascendente na escola dos conhecimentos humanos.

Sem escola é impossivel caminhar com aperfeicamento, quando não se rola nos abysmos insuperaveis, de que é semeada.

E' o esmolador do mendigo tacteando nas sombras da cegueira, armado em seu fragil bordão.

Ensinar o homem, ensinar ao maior numero, ensinar a humanidade: deveria ser o distico luminoso de todas as bandeiras.

E' um dos sacerdocios mais nobres e sublimes, que tem alguma coisa de divino, como todos os sacerdocios.

Ensinar é uma missão redemptora, que tem seus pontos de anclagem com a de Christo.

Cada lição é um raio de luz que nos illumina a alma; e uma gotta de essencia vital, que se infiltra em nossa alma como o enervar de uma perola; cada lição é uma prece...

O homem que aprende divia estar continuamente de juelhos, porque aprender é adorar a Deus, que é a omniscencia.

Rasgue-se o véo que cobre os olhos do povo, como uma tunica de Neostus, e veremos quanto elle será feliz.

E' gronde um povo guerreiro, mas é collosal um povo instruido.

A escola é um pequeno microcosmo, onde se antevê a humanidade unificada, o approximamento fraternal dos povos; é o ninho onde se deitam as creanças ao calor do fogo sagrado; é o wagon que faz caminhar o homem e a sociedade para os fins da sua criação.

A escola é o thermometro que serve para medir o grão do senso de um povo.

O ensino de um povo é a incubação do seu futuro.

E' pelo ensino que se ha de realisar o bello social dos poetas.

Lamarine disse:

«Ha mais politica num canto de Homero do que nas utopias de Platão.»

A escola faz irmãos, e é o melhor meio de chegar á fraternidade. D'ella ha de partir o *fiat lux* dos povos.

D'onde vem a febre de actividade, a energia, o impeto de commettimentos, a fecundidade, o impulso gygante?... Vem da escola!

Na escola é que se produz a ebulição do elemento rudimentar da renovação social; d'ella ha de surgir, esplendida como um capitulo, a civilização da humanidade, porque a civilização é o resultado da instrução exactada com a illustração.

Desde a mais remota antiguidade houve escolas, ella foi e tem sido sempre o acerrimo motor do aquilibrio social.

Julga-se um paiz pelo numero de suas escolas.

O Eden foi uma escola.—a escola do homem; o Golgotha foi tambem uma escola,—a escola da humanidade.

Jesus atado no ignominioso maldito, entoadno nas vases da agonia o *Dimitte illis*, deu uma das lições mais fecundas e eloquentes, que de seus labios tombou.

Foi a ultima lição de um Deus e assim divia sê-lo.

Na escola é onde se nobilita o homem; n'ella tem lugar a gestação de uma idéa estupenda,—a perfectibilidade.

A escola é o *circence* dos povos modernos. Quando uma escola se abre, ergue-se um pharol para as tempestades sociaes. Interrogaremos como o grande Victor-Hugo: —Quando poremos a palavra *ensino* no lugar onde hoje se lê a palavra *pena*?

Quando chegarão a convencer-se de que o criminoso é um ignorante? Abram-se escolas, e o crime será um anachronismo, as cadeias ruinas, o homem uma entidade quasi divina, e a Humanidade communhão de irmãos, que terá por lábaro a cruz e por código o Evangelho!

51-2032

Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Além de ter sido inaugurada no mesmo ano em que Josefina Álvares de Azevedo passava pelas províncias litorâneas do Brasil, a diagramação do periódico remete ao de *A Família*, já a epígrafe, essa é exatamente a mesma, atribuída ao escritor francês Victor Hugo: “Veneremos a mulher! Santifiquemo-la e glorifiquemo-la!”. Contudo, se esta revista alagoana foi realmente inspirada por Josefina, em seu conteúdo, manteve um discurso que seguiu seu próprio estilo.

Na edição exposta acima ficamos sabendo que é “encarregada pelo expediente da revista” Maria Oliva de Sousa Mello, “interessante filha” de Achilles Mello, diretor de *A Palavra* e redator do jornal *O Trabalho*²⁶. Ambos eram impressos em tipografia homônima. O trecho que constam essas informações é na verdade a notícia do “enlace nupcial” de Maria Oliva com o jornalista Serafim Pinto, proprietário do jornal *A Verdade*²⁷ e, mais tarde, em Penedo, do *Sul de Alagoas*²⁸.

A Palavra não trouxe em seus números a assinatura de Maria Oliva, pelo contrário, a notícia de que vai se casar é uma das raras vezes em que foi citada, ao menos nas edições que sobreviveram. Em outros jornais, quando mencionada, foi sempre associada ao nome de seu pai ou do marido²⁹. Ela é, desse modo, uma figura distante e, por isso, não chega nem a ser possível mensurar a sua efetiva participação na produção de *A Palavra*.

A historiadora Irinéia Maria Franco dos Santos (2019), que analisou o hebdomadário *A Fé Christã*, impresso também na tipografia de *O Trabalho*, nos ajuda a ter uma ideia a respeito dos interesses defendidos por Achilles Mello, que podem ter sido majoritários na condução da folha feminina penedense.

Através de um cruzamento de informações entre o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió e outras esparsas encontradas na imprensa nacional, sabe-se que Achilles Balbino de Lellis Mello (1849-?) foi jornalista e proprietário da tipografia *O Trabalho*, major (às vezes chamado “coronel”), deputado estadual pelo Partido Republicano Conservador e fabricante de preparados medicinais. Atuou em Pão de Açúcar e Penedo. Produziu os jornais: *O Trabalho* (Pão de Açúcar, 1882 – Penedo, 1898) dado como órgão do comércio, lavoura e interesses sociais, se identificava como “aboliconista moderado”, não publicando fuga de escravos e escritos contra a liberdade; [...] Católico praticante, foi confrade da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Penedo. Um de seus filhos, Achilles de Mello Junior (1883-1946), ordenou-se sacerdote em Alagoas em 1906, pelas mãos do bispo D. Antônio Brandão e seguiu para atuar no Rio de Janeiro. Segundo

²⁶ Surge em Penedo, em 11/01/1902, dedicado aos interesses da religião católica. Hebdomadário. Dirigido por Achilles Mello, que também era seu proprietário e redator, além de sacerdotes e seculares de reconhecida competência na área de religião. Não mantinha secção de polêmicas pessoais de natureza estranha aos interesses da religião. Impresso na tipografia de *O Trabalho*, onde também tinha o escritório. Bibl. Nac. microf. ano I, n. 1 de 11/1/1902 (*ABC das Alagoas*, volume 1, 2005, p. 536).

²⁷ Lançado em Pão de Açúcar em 06/08/1893. “Hebdomadário neutro”. Seu proprietário era Serafim Soares Pinto. Tem-se notícia de que ainda circulava em 1897. Bibl. Nac. microf, ano I n. 7 de 17/9/1893 (*ABC das Alagoas*, volume 2, 2005, p. 662).

²⁸ Fundado em Penedo, em 27/05/1896. Direção do proprietário, Serafim Soares Pinto. Redatores e colaboradores diversos. Impresso na tipografia do mesmo nome. Bibl. Nac. microf. Ano I, n. 01 27/05/1896; ano I 06 01/07/1896; ano I n. 10 29/07/1896 e ano I n. 25 11/11/1896 (*ABC das Alagoas*, volume 2, 2005, p. 604).

²⁹ *O Trabalho* (Penedo, nº. 700, 06 fev. 1897, p. 3) informou do falecimento de uma “filhinha” de Maria Oliva e Serafim, que com apenas 3 anos de idade, fora “acometida de terrível molestia”. *A Fé Christã* (Penedo, nº. 32, 16 ago. 1902, p. 3) anunciou o nascimento de uma outra filha, Maria Oliva, assim como a que faleceu. Novamente este jornal anuncia, em 1906, outro nascimento, dessa vez, de “uma criança do sexo masculino” (*A Fé Christã*, Penedo, nº. 8, 3 mar. 1906, p. 3). Eis as informações sobre a redatora de *A Palavra*.

informações divulgadas no *A Fé Christã* e reproduzidas na imprensa local, em 1905 o major Achilles de Mello esteve visitando o Vaticano e lá teria recebido do Papa Pio X uma benção apostólica com indulgência plenária para a sua família até o terceiro grau, em artigo de morte na forma da Igreja (Irinéia dos Santos, 2019, p. 111-114).

Por mais que tenha abraçado a reivindicação da educação das mulheres, o impresso afastou-se do feminismo. Voltando à edição de número quinze, o seu primeiro texto inicia dizendo que “O espírito da civilização moderna é eminentemente educador” (*A Palavra*, Pão de Açúcar, nº. 15, 19 out. 1889, p. 1). É sobre essa questão que *A Palavra* insistirá, vendo na educação uma forma das mulheres participarem da civilização, desde que respeitando sua “natureza”. A reivindicação do periódico é pela instrução das mulheres, o que não engloba outros direitos.

Partiu de *A Palavra* a ideia de que as mulheres, se fossem virtuosas, poderiam participar da missão divina para elas, criada por Deus. Em abril de 1898, por exemplo, a revista publicou um texto, sem assinatura, onde mais uma vez afirmaria “O papel da mulher na criação”, desempenhando as funções de mãe, esposa, filha, irmã e enfermeira (*A Palavra*, nº. , 23 abr. 1898, p. 1).

No primeiro caso, a maternidade e o “amor de mãe” é tomado como o que há de mais sagrado no mundo, por possuir a capacidade de “divinizar” a mulher. No papel de esposa, ela é “a companheira natural do homem”, seu “complemento”. É importante perceber que não só uma “mulher-esposa-mãe” é enquadrada pelo discurso da revista. Esta figura relaciona-se com um “homem-esposo-pai”, protetor e provedor dedicado à família.

Em comparação com a imprensa feminina de Maceió, a base das ideias de *A Palavra* tem eco junto ao periódico *O Beija-Flor* (1869-1870), sempre ocupado com textos católicos, receitas e definições idealizadas de “mulher” – pura, divina e maternal. “A imprensa é a luz”, essas foram as palavras inaugurais desse periódico. Com a proposta de oferecer conteúdos sérios, mas também com efeitos de humor, ele foi fundado em 25 de abril de 1869 por Euclides B. Cordeiro Mello, diretor da tipografia do Partido Liberal de Alagoas. O primeiro periódico feminino de Alagoas justificou sua relevância coletiva e desejo de ser amparado por “tão ilustre, tão respeitável, tão santo sexo, que deu a luz ao Redentor do mundo” (*O Beija-Flor*, Maceió, nº. 01, 25 abr. 1869, p. 1). Assim como em *A Palavra*, a maior parte de seu conteúdo esteve voltado à literatura, muitas delas trouxeram referências religiosas.

Destinado ao recreio “feminino” e aberto às contribuições da “mulher”, *O Beija-flor* tinha como parte de seu programa afastar-se de assuntos políticos. Pela descrição que faz de

política, ele não seria um assunto para as “belas jovens alagoanas, que já devem estar enfadadas de ouvir, às dez horas da noite as perlangas do pai, do marido, ou do irmão, que foi *insultado* pela folha do dia” (*O Beijar-Flor*, Maceió, nº. 01, 25 abr. 1869, p. 1). Nessa mesma página, asseverou o equilíbrio entre natureza sexual e o comportamento das mulheres, pois, segundo o jornal, elas expunham-se ao “ridículo” quando assumiam “as maneiras e os hábitos de um sexo que lhe não pertence”.

Trinta e nove edições deste periódico estão disponíveis na BNDigital. Entre os números, encontrei a colaboração de Minervina Lima, não sendo um pseudônimo, uma das poucas mulheres que contribuiu com *O Beija-Flor*, enviando artigos, charadas e traduções do francês. Numa correspondência dessa escritora enviada ao jornal, ela revela sua preocupação com a educação das mulheres.

Não sou escritora; faltam-me os meios; e é bem difícil encontrar-se entre nós quem tenha tal pretensão; porque a sociedade acha-se tão atrasada, que não se lembra que a educação é a causa motriz do progresso.

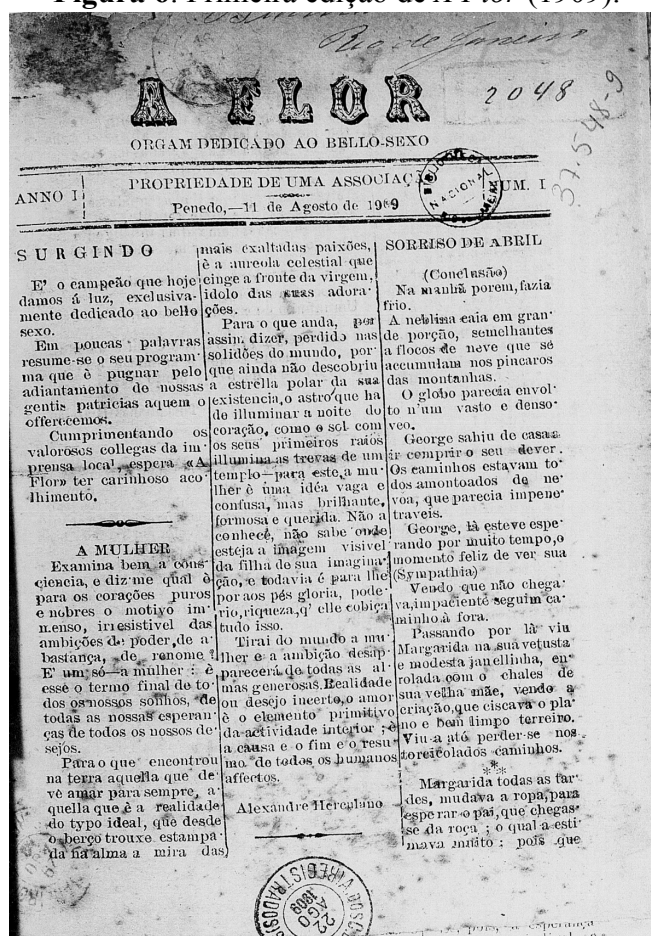
Quando a educação da mulher compreender a política, que se tem tornado um obstáculo ao engrandecimento do país, será certa a vinda do progresso.

O erro é pensarem que o mundo não nos pertence também (*O Beijar-Flor*, Maceió, nº. 07, 13 jun. 1869, p. 3).

Nota-se por essa contribuição que o objetivo do jornal de afastar-se da política não foi cumprido. Em vista de que a “educação da mulher” é reivindicada por Minervina como questão política. Todavia, esse é o mais longe que vai *O Beija-Flor* no sentido das pautas também mobilizadas pelos periódicos feministas. No mais, reafirmou o papel das mulheres no gerenciamento do lar e da família, enquanto aos homens, o sustento material da casa e da família.

O segundo impresso feminino de Penedo terá uma postura mais aberta a outros modos de colocação social das mulheres. Assim como os jornais feministas de Maceió, *A Flor* (1909), entre os impressos de Penedo, apromaxima-se mais dos requisitos para ser considerado um periódico feminista. Um deles, estar ligado às instituições escolares, à estudantes e professoras, nesse caso, do Liceu de Penedo³⁰.

³⁰ O prédio dessa instituição estava situado na rua do Rosário, nele funcionava o curso normal desde a proclamação da república, no entanto foi extinto pelo Decreto nº. 444 de 12 de novembro de 1908.

Figura 6: Primeira edição de *A Flor* (1909).

Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Com colaboração franca, o objetivo declarado de *A Flor* (Penedo, nº 1, 11 ago. 1909, p. 1) foi resumido em “pugnar pelo adiantamento de nossas patrícias à quem o oferecemos”. Mesmo sobre as colaboradoras de *A Flor* que não utilizaram pseudônimos foi difícil encontrar informações na documentação histórica. Ernestina Ribeiro, por exemplo, foi uma aluna mestre do Liceu e posteriormente professora pública no ensino primário da cidade (*A Fé Christã*, Penedo, nº 46, 26 nov. 1904, p. 3). Em 1929 foi jubilada conforme seu próprio requerimento, quando ocupava a “1º cadeira do sexo feminino da cidade” (*Revista de Ensino*, nº 17, set. 1929).

Outra é Alice Brandão, também professora primária de Penedo (*Almanaque do Ensino - Estado de Alagoas*, ano 1938, p. 21). De acordo com o periódico *O Cruzeiro* (AL), ela era irmã de Theophanes Brandão, proprietário e redator de *O Alagoano*³¹. Além das mencionadas, ressaltamos os pseudônimos de Martha Diniz e Palmyra Silva. Junto a Ernestina Ribeiro, elas

³¹ BRANDÃO, Teófanos (Porto Real do Colégio AL - Penedo AL 1954) Poeta, professor, jornalista. Obras: *Trevas e Sóis* (poesia); *Epitalâmio*, Penedo, Oficina Tip. do *O Nacional*, 1907; *Sonatas: Poesia*, Penedo, Artes Gráficas, 1909 (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 171). *Alagoano*, O Semanário. Surgido em Penedo em 5/4/1908. Independente. Redator e proprietário: Theófanos Brandão (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 13).

defenderam, em suas contribuições para o periódico, a emancipação e a educação das mulheres, medidas necessárias ao progresso de Alagoas e do Brasil. Resume a atmosfera do impresso o que diz Palmyra Sylva em sua décima primeira edição.

Na hora em que me chega as mãos A Flor, por mais ocupada que esteja não posso deixar de lê-la, tal é a simpatia que tenho a este pequeno campeão. Sinto-me orgulhosa quando aparece nas suas páginas colunas mais uma das minhas patrícias, pois, parece que vejo brilhar no horizonte do futuro uma estrela portadora da feliz ideia – A emancipação da mulher (, A Flor, Penedo, n.º. 11, 20 out. 1909, p. 4)

Alvorada, “órgão dedicado à defesa e educação da mulher”, publicado bimensalmente na cidade de Penedo, encerra a lista dos periódicos femininos dessa cidade. Não consta nele informações sobre a tipografia em que era impresso. Como o seu diretor foi Aguiar Brandão, suspeito ter sido impresso na mesma tipografia de *O Cruzeiro*, jornal de propriedade desse jornalista, irmão mais velho de Moreno Brandão.

Figura 7: Primeira edição de *Alvorada* (1910).



Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Diferente das outras folhas femininas da mesma cidade, *Alvorada* não publicou escritos de mulheres de Penedo ou região, com exceção da poesia *Quadro* e do texto *A atual situação da mulher*, ambos de Rosália Sandoval. A folha parece não ter recebido grande participação de mulheres, por mais que sejam elas o assunto das páginas. Todavia, Marietta Brandão, esposa de Aguiar Brandão, pode ter contribuído com a organização do periódico. Professora particular de francês, em sua própria casa, na Praça do Rosário, número 9, também musicista, participou ativamente dos saraus de poesia promovidos pelo jornal *O Cruzeiro* em 1909 (*Alvorada*, Penedo, nº 01, 15 mar. 1910, p. 4; *O Cruzeiro*, Penedo, nº. 08, 7 out. 1909, p. 2).

O primeiro texto do periódico é de autoria, segundo a apresentação feita pelo periódico, de “um valoroso feminista”, o jornalista pernambucano Xavier de Carvalho, no qual afirma:

A mulher é ainda hoje considerada quase por toda parte, como um ser físico e social incompleto. Além dos que por aberração cerebral a detestam, há a ferocidade dos Códigos, há a hipocrisia dos Costumes, há umas certas convenções anacrônicas a que filósofos impotentes chamam a moral, há o grande abismo dos preconceitos confessionais de todas as religiões e seitas e há sobretudo a oposição estúpida e, digamos interessada, do homem que receia a concorrência da mulher nas artes, na ciência, no comércio e na indústria.

Mas, após tantos e tantos seculos de escravidão, a Eterna Menor revolta-se! E revolta-se, não por sentimentalismo, mas com a firme convicção dos seus direitos sagrados de Mãe, de Esposa e de Mulher, parte integrante do Indivíduo e da Humanidade. Revolta-se pelas exigências do seu Cérebro, do seu Coração e do seu Sexo. Revolta-se porque no meio de um século de ciência e de justiça social, com plena consciência da injustiça que lhe é feita, não pode mais suportar a bastilha de horrores em que a lançam as religiões e as leis, esses inimigos de todas as tentativas de emancipação da mulher.

O trecho traz a tônica do que foi defendido, desde 1887, pelo periodismo feminista de Maceió. A reatualização das normativas de gênero presente no discurso de Xavier Carvalho, quando naturaliza o comportamento e funções sociais atribuídas ao corpo feminino, de mãe e esposa, não deixa de ser uma característica da imprensa feminina alagoana. Assim como em *A Flor*, a periódico *Alvorada* publicou textos favoráveis à educação e à emancipação das mulheres, porém, com uma postura mais tímida.

Vamos bater-nos pela reivindicação dos direitos feminis, sem que, contudo, pretendamos jamais arrancar a Mulher do trono em que impera no seio da família. Os mesmos direitos perante a lei, embora funções diferentes e

compatíveis com a organização de cada sexo, e a educação da Mulher, eis os ideais pelos quais vamos pelejar (*Alvorada*, Penedo, nº. 01, 15 mar. 1910, p. 1).

Fica no trecho subentendido que a “emancipação” das mulheres tem a condição de que continuem cumprindo “funções” de mãe e esposa, cuidadoras do lar e da família. Esses supostos pólos opostos, emancipação das mulheres e defesa da família, ganha um tratamento conciliatório em *Alvorada*. Porém, de modo constitutivo na imprensa feminina de Alagoas, a predominância do catolicismo foi um freio às reivindicações feministas.

De acordo com Irineia Santos (2019, p. 298-299), ao final do século XIX, o catolicismo coloca-se como avalista das ideologias políticas em disputa na sociedade brasileira. A avaliação cristã transformou-se, segundo a historiadora, numa visão social profundamente reacionária a quaisquer movimentos que se organizassem para a propor a mudança das estruturas socioeconômicas, incluindo-se, também, aqueles que apontavam as históricas opressões de gênero e raça.

As orientações que partiam da sede da Igreja, centralizada na figura do Papa, a despeito das interpretações particulares, não eram desconhecidas em Alagoas. *A Fé Cristã*, por exemplo, trouxe em suas páginas, no ano de 1906, a posição do papa em exercício, Pio X, sobre o feminismo. O texto resume bem a posição que o periódico *A Palavra* manteve ao longo de seus anos de existência, nos quais relacionou o papel social das mulheres aos discursos da religião católica.

O SANTO PADRE E O FEMINISMO

A literata austríaca Camilla Thenier, obteve uma audiência do Soberano Pontífice que autorizou a publicar a sua opinião acerca do feminismo. Pio X aprova o movimento a favor da mulher, sempre que este não contradiga a moral cristã, porque a Igreja aceita tudo quanto tende a elevar o nível moral e intelectual da humanidade. Aprova que as mulheres estudem a medicina para tratarem das pessoas do seu sexo e as crianças que precisam de carinho que a mulher só pode dispensar. Aconselha sobretudo que se dediquem ao ensino, porque a mulher é a principal educadora da humanidade. Sua Santidade condenou vivamente as que se intrometem em política e que querem ser eleitores e deputados. Terminou dizendo que, educando conscienciosamente os seus filhos, cumpre a mulher os seus deveres cívicos muito melhor que intrometendo-se nas agitações da vida política (*A Fé Cristã*, Penedo, nº. 24, 23 jun. 1906, p. 2).

O Beija-flor também fez a correlação entre catolicismo e a educação das mulheres, já as produtoras dos jornais feministas de Maceió, por sua vez, eram católicas. A educação, tão pautada pelos impressos, esteve, desse modo, alinhada aos princípios católicos e aos ideais de

feminilidade, de acordo com cada periódico, com diferentes graus de condescendência. Isso não significa, porém, que a Igreja Católica fosse um terreno fechado às lutas das mulheres, usando outra perspectiva, reconhecemos nesses discursos as movimentações geradas pelo descontentamento das mulheres, que cobram uma reação da instituição patriarcal que o catolicismo ajudou a estruturar.

No século XVI, na Nova Espanha, de dentro de um convento, por meio da palavra escrita, uma mulher redigiu o seu “protesto” contra as condições desiguais em que viviam homens e mulheres. Luis Eduardo Fiori (2013, p. 19) analisou a obra literária dessa mulher, Sor Juana Inés de la Cruz (1648-1695), composta por poesia lírica e sacra, prosa epistolar e dramaturgia. Sor Juana viveu na Nova Espanha, no século XVI, tornou-se freira e do convento desempenhou suas atividades como escritora. Entre outras coisas, argumentou a favor da educação das mulheres. Segundo Fiori,

Sor Juana saiu do circuito literário algumas décadas após sua morte para mergulhar em um ostracismo de mais de duzentos anos, o que é indício de que as sociedades que lhe seguiram durante todo esse período pouco conseguiram avançar em termos de liberdade de expressão e de emancipação do pensamento (ibid., p. 207).

O pesquisador ainda compara a percepção da “coerção sobre o elemento feminino”, no México colonial, que afligiu Sor Juana de la Cruz e mostrou-se presente em sua escrita, ao sentimento experimentado por Mary Wollstonecraft após a Revolução Francesa. Apesar de não serem contemporâneas, Luis Fiori encontrou na retórica utilizada pelas duas escritoras correspondência.

As combinações entre discursos, que não se dava sem embates no interior de cada um deles, foi uma prática e também uma estratégia adotada pelo periodismo feminino de norte a sul. Constância Duarte (2023) ateu-se a isso, trazendo exemplos do que hoje podem soar como contradições.

A revista *Fon-Fon!*, que fez sucesso no Rio de Janeiro de 1907 a 1958, manteve sempre uma postura ambígua, ora defendendo ora condenando o voto. Já a feminista Maria Lacerda de Moura, em seus livros e também na revista *Renascença* (São Paulo-SP, 1923), por vezes criticou o sufrágio por achar que não era necessário à emancipação. Mas Iveta Ribeiro, editora do *Brasil Feminino* (Rio de Janeiro-RJ, 1932), legítimo porta-voz da propaganda do Integralismo fascista junto às mulheres, foi ardorosa defensora do voto (ibid., p. 14).

A imprensa feminina, no caso de tentarmos fazer generalizações sobre ela, testemunha a entrada corajosa, algumas vezes confusa e ambígua, da expressão das mulheres no campo

das letras. As que tinham condições e desejo de reclamar por melhores condições de vida, lançaram-se no terreno arenoso e pontiagudo da política, voltando sua escrita à busca de interferir e transformar a sociedade.

2.3 “Trabalhar, Vencer e Regenerar!”

Terei verdadeira satisfação em ver arvorado o lábaro da regeneração intelectual das mulheres. Seja estampado neste lábaro: *Trabalhar, Vencer, Regenerar*. Trabalhar sempre e sempre; vencer os óbices antepostos aos direitos das mulheres à igualdade intelectual com os homens; regenerar a raça humana, mediante a regeneração da mulher (*O Orbe*, nº. 141, 20 dez. 1882, p. 2).

Essas palavras foram proferidas, segundo *O Orbe*, por Violanta Fernandes de Sá Viana, uma entre as quarenta e duas alunas do colégio de instrução feminina *Oito de Janeiro* de Maceió, na ocasião da conclusão dos exames de 1882. A diretora desse colégio era Aristeia Maria de Araújo Jorge, casada com o “ilustrado professor Adriano Jorge”, como frisa *O Orbe*. Ainda de acordo com o jornal, ela tornou realidade a “ausência de castigos físicos” em seu estabelecimento de ensino. Ao invés dos castigos, Aristeia utilizou para incentivar o bom comportamento das alunas um “Quadro de Honra”, onde era exposta uma classificação semanal obtida conforme o desempenho apresentado por elas.

A convivência em ambientes escolares, como foi defendido no tópico anterior, fortaleceu o sentimento de identificação, dos laços de amizade e de solidariedade entre as mulheres, além da troca de conhecimentos. Conforme a historiadora June Hahner (2012, p. 29), “Melhorias na alfabetização e na escolarização em geral ajudam a abrir as portas da modernidade para homens e mulheres. Mas no século XIX, a educação no Brasil permaneceu bastante limitada [...]”.

Para as mulheres que, no mesmo período, experimentaram a violência da escravização, a precariedade da liberdade, a pobreza, o trabalho exaustivo e o racismo em suas várias faces, a escolarização não teve suas portas escancaradas. Assim como bell hooks (2020, p. 115), podemos afirmar que, em Alagoas, o imperialismo racial e a política de colonização “fizeram com que fosse historicamente impossível para as mulheres negras liderarem [...] o movimento de mulheres”, em termos de igualdade.

De acordo com a historiadora Ana Silvia Scott (2012, p. 11), houve o aumento das “oportunidades de convívio entre os sexos, por conta do deslocamento para os locais de trabalho ou de estudo e das ofertas de diversão fora dos ambientes domésticos”,

especialmente, para os grupos pertencentes à classe média, contudo a integração, apesar de não podermos ser taxativas, tinham repercussões ligadas ao privilégio e ao preconceito racial.

Ao final do século XIX, Maceió, progressivamente, diversificava sua oferta de ambientes comuns. Em 1900, por exemplo, chegou o primeiro cinematógrafo, mas os bailes, os clubes, as quermesses e os festivais já eram bastante conhecidos (Elinaldo Barros, 1983; Manuel Diégues Jr., 1981). A cidade crescia no número de ruas, de prédios e de moradoras, segundo o historiador Manuel Diégues Júnior (1981, p. 200). Ele relaciona o crescimento demográfico da capital às “prerrogativas que lhe deu o regime republicano”, com a previsão do federalismo na promulgação da primeira constituição da República. Aponta que a década de 1890 foi o momento de “surto progressista” de Maceió, de receitas orçamentárias positivas e ascendentes, que permitiriam o “progresso”.

O movimento representativo do novo regime político nacional na terra dos marechais Deodoro e Floriano não era uma força política significativa (Douglas Tenório, 2009). Com as notícias da Proclamação da República, segundo o historiador, "uma torrente de novos adeptos" postou-se ao lado do "frágil núcleo republicano local".

Houve, é verdade, alguma pregação antimonarquista, o surgimento de imprensa e clubes republicanos, inclusive adeptos no interior e até pronunciamento insólitos como o de um sócio do Instituto Arqueológico, mas não ultrapassou um pequeno círculo da "inteligência". Tudo isto sem maiores empolgações da sociedade (ibid., p. 62).

Na perspectiva de Tenório, no período de transição que se seguiu, em que Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro, assumiu o governo do estado, os políticos alagoanos, representantes das oligarquias, procuraram sua acomodação no novo cenário para manter privilégios políticos e econômicos, assim como a influência nos poderes locais.

A avaliação de Diégues Jr. é mais otimista. Em sua análise, o autor centraliza o papel desempenhado por administradores municipais na implementação de melhorias estruturais, contraponto aos tempos “estagnados” da Província. Aprovada em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana brasileira concedeu, na visão do historiador, ao menos até 1930, maior autonomia aos municípios, tirando-os das mãos dos governos provinciais. Assim como em outras cidades, isso teria facilitado o desenvolvimento econômico e o consequente impulso nas taxas de ocupação humana de Maceió.

A partir da leitura de Tenório e Diégues Jr. é possível concluir que a cidade de Maceió, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, a passos mais incisivos progredia no

processo tornar-se uma urbe. Um incremento importante para as cidades com essa característica era a comunicação interna e externa, as quais eram viabilizadas pelos transportes, telégrafos e pela imprensa.

As inovações técnicas mesclavam-se às exigências de mudança dos costumes. Aos fazedores de jornais caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos para que a cidade se modernizasse, argumenta James Goodwin Junior (2007). Os jornais funcionam, portanto, como uma vitrine da Modernidade, inspirada pelas principais nações capitalistas.

Carente de uma substância mais efetiva, a literatura contudo era inegavelmente a forma cultural por excelência do período e para qual convergem todos os esforços de redefinição dos valores sociais. O prestígio ímpar da literatura a transformava num instrumento particularmente eficiente de propaganda intelectual (Nicolau Sevcenko, 1989, p. 226-227)

Segundo Craveiro Costa³² (1931, p. 87), jornalista alagoano, a política foi a razão do desenvolvimento do jornalismo local e não a existência de uma vida intelectual no estado: “Tanto a primeira tipografia como as primeiras folhas, estavam vinculadas diretamente aos interesses partidários e às lutas entre os grupos ‘lisos e cabeludos’, conservadores e liberais, respectivamente”.

Antonio Joaquim Moura (1844, p. 30), que fora presidente da província de Maceió entre em 1835 e 1836, escreveu sob o pseudônimo de Hum Brasileiro, que quem viesse à capital, trazendo “indústria e alguns meios pecuniários, inda que medianos”, deveria “ser feliz” se não tivesse interesse de “especular com as urnas eleitorais”. Algumas décadas transcorreram-se desta afirmação até o aparecimento da imprensa feminista na cidade.

É verdade que Maceió, nas últimas décadas do século XIX, estava marcada pelo crescimento urbano. Mais habitantes e edificações davam contorno e cores às ruas do Centro, do Jaraguá, do Poço, do Bebedouro e do Trapiche. Porém, no período do ex-presidente da Província, a imprensa por aqui ainda era diminuta. O primeiro prelo mecânico, por exemplo, só chegou à Alagoas em 1865, segundo Moacir Medeiros de Sant’Ana (1987). Esse

³² CRAVEIRO COSTA, João (Maceió AL 22/1/1874 - Maceió AL 31/8/1934) Jornalista, professor. Filho de Levino José da Costa e Cândida Amélia Craveiro Costa. Perdeu o pai com dez anos de idade, tendo de abandonar os estudos em função de suas precárias condições econômicas, trabalhando como caixeiro-servente de casa comercial, em Maceió, permanecendo como auxiliar do comércio até os 26 anos. Ao mesmo tempo dedicou-se ao jornalismo, em especial ao jornalismo político, no jornal *O Gutenberg*, no qual utilizava o pseudônimo de Gavarni, participando na campanha contra o governo de Euclides Malta (*ABC das Alagoas*, v. 1, 2005, p. 298-299).

historiador relembra também os muitos atendados contra a liberdade de imprensa, certamente porque:

o emprego, no passado mais remoto, dos pasquins anônimos, dos pseudônimos e dos testas-de-ferro, o que, se não impedia a reação dos atingidos pelas verrinas, pelo menos dificultava a ação penal ou a desforra pessoal pois, como sabemos, só no regime republicano, através da proposta do Apostolado Positivista, a Constituição Federal de 24 de fevereiro 1891, em seu artigo 72, § 12, proibiu o anonimato (Moacir Sant'Ana, 1987, p. 60).

Ainda segundo o historiador, os processos judiciais e iniciativas particulares em relação às “calúnias”, foram abundantes nos jornais, faziam parte do cotidiano da cidade. Se, de acordo com Nicolau Sevcenko (1989), a literatura ocupou lugar central na produção da “belle époque”, enquanto uma cidade utópica, civilizada e educada pelos gostos da Modernidade, no início do século XX, em Alagoas, a literatura parece não ter encontrado tanta abertura nas disputas pelos significados da cidade, mesmo tendo deixado sua marca na imprensa periódica.

Em Maceió, não distante da realidade do país, não era fácil sobreviver unicamente da produção literária. O caso de Sebastião de Abreu, poeta, cronista e irmão da escritora Rita de Abreu, auxilia na compreensão dessa dificuldade. Ele foi durante um curto período funcionário dos Correios, pois logo seria afastado de suas funções, por não as cumprir. Em sua defesa, Rosália Sandoval dirá que lhe faltava a “vocação” para este tipo de serviço, pois era fiel a sua produção literária, vendo na função administrativa o peso da monotonia.

Figura 8: Fotografia de Luiz Lavenère do carnaval de 1906.



Fonte: Site História de Alagoas.³³

A “época de ouro da instituição literária” em Maceió (Nicolau Sevcenko, 1989, p. 226), talvez tenha surtido efeitos menos impactantes do que foi desejado pelas escritoras e escritores de Alagoas. O periodismo feminino e feminista intalaram-se, antes mesmo de considerações sobre o seu conteúdo, num difícil cenário de desvalorização da produção escrita, sobretudo, se não tivesse fins políticos, política ao modo como a pensava *O Beija-Flor*, relacionada às disputas pelo poderes administrativos e comerciais.

Na primeira edição de *O Gênio* (1889), periódico feminino de Maceió que ocupou-se basicamente de textos literários, o seu editorial afirma, prevendo a pouca duração a que estaria destinada o periódicos que “Infelizmente sabem todos qual o fim que nesta província tem um periódico literário, sabemos com certeza que por mais nobre que seja nossa missão teremos de retroceder antes muito de chegarmos ao termo alvejado [...] (*O Gênio*, Maceió, nº. 1, 25 ago. 1889).

Se esse de fato não foi o resultado final para todos os periódicos literários, para a imprensa feminista da cidade encontra correspondência. Só que os impressos dessas mulheres não foram a única forma de introdução das questões feministas. Foi comum a divulgação pela imprensa de recortes das vitórias alcançadas em nome do feminismo, sobretudo em países europeus e nos Estados Unidos da América. Esses lugares foram vistos como símbolos do progresso, inclusive, para as feministas brasileiras, que dependendo dos recursos econômicos, vindos geralmente de suas famílias, poderiam conferir os “avanços” ou receber as novidades³⁴.

Um das reações ao discurso feminista, assinado por “Eros”, no jornal *Gutenberg* (Maceió, nº. 206, 28 set. 1905, p. 2), manifestou o seu receio em torno da “independência da mulher”, pois, segundo acreditava, ela resvalaria na “desexuação” dessas sujeitas. No texto, o autor chega a essa conclusão comentando a dissolução definitiva da união dos Estados da Noruega e da Suécia, quando foi realizado um plebiscito feminino pelo movimento de mulheres norueguesas.

³³

Disponível

em:

<https://www.historiadealagoas.com.br/carnaval-de-maceio-na-primeira-decada-do-seculo-xx.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

³⁴ Em 1905, entre os impressos recebidos pelo jornal *Evolucionista* de Maceió, estavam *The English Woman's Review* (nº 29, 06 fev. 1905, p. 2), periódico de Londres com informações do movimento feminista “em toda parte do mundo”, e o *Australian Woman's Sphere* (nº 09 mar. 1905, p. 1), assinado por Vida Goldstein, publicação feminista sobre os “progressos” desse movimento na Austrália.

A votação referida não teve a oficialidade do Estado norueguês, mas as mulheres daquele país desejavam com isso mostrar o seu apoio à separação. A crescente participação política feminina levou à Noruega a permitir o voto feminino para eleições nacionais a partir de 1913. Mas para Eros isso era um sinal de problema, pois, era mais benéfico encontrar a mulher “meiga e carinhosa” no lar, aguardando o seu esposo fatigado das lutas, pronta para “enxugar [suas] lágrimas de dor”.

Com a mulher independente, entregue a essa tremenda feira pública que se chama vida prática, disputando com advogados, empenhada em muitos outros misteres, sujeitando-se a ouvir toda sorte de doestos e impropérios, teremos o mundo transformado numa sucursal do inferno.

A defesa dessa tese, que coloca o comportamento como reflexo da socialização e não como destino inerente ao sexo, se dá ao mesmo tempo em que muitas mulheres obtinham sucessos em carreiras profissionais. Não parecia mais suficiente acusá-las, simplesmente, de debilidade intelectual e emotividade exacerbada para a carreira pública, mas essa prática também persistiu na imprensa de Maceió.

Ao apontar o francês Poulain de La Barre, discípulo de Descartes, como precursor do movimento feminista, um texto publicado no jornal *Evolucionista* (Maceió, nº. 256, 10 nov. 1906, p. 2) afirmaria também que a obra do filósofo era “ilegível para as senhoras”. O livro de Poulain de La Barre em questão, *A igualdade dos dois sexos*, publicado em 1673, traz sua posição a favor da igualdade entre homens e mulheres, ao tempo que acusa o acesso desigual à educação como responsável pelos desníveis intelectuais perceptíveis entre os dois grupos. O filósofo pode ser considerado um dos primeiros intelectuais europeus a apoiar os direitos das mulheres.

O *Gutenberg* (Maceió, nº. 28, 07 fev. 1907, p. 1) também trará notícias do que chamou “as primeiras vitórias” do feminismo entre nós, mas o que de fato o periódico vinha informar, em sua primeira página, era a nomeação de duas mulheres, mediante concurso, uma para “químico do laboratório de análises” e a outra para “interno da cadeira de clínica propedêutica da Faculdade de Medicina”.

Sobre o acontecimento o jornal não é impassível, acrescentando que “já se extingue felizmente o preconceito contra a admissão de senhoras em carreiras habitualmente guardadas para o sexo forte”. A imprensa era um desses lugares não convencionais para as mulheres. Por esse motivo, era improvável que elas passassem despercebidamente ao assinar a produção de um periódico, especialmente em Maceió. Mais do que isso, as periodistas feministas dessa

cidade defenderam que o lugar social destinado à elas era injusto, por isso a cultura deveria ser transformada, pelos sonhos e projetos feministas.

A busca então pelo bom lugar, por um *topos* feliz, guiada potencialmente pelo desejo de estabelecer sociedades e modelos de instituições políticas onde a existência material e espiritual possam ser asseguradas e alcançadas satisfatoriamente, acaba por se tornar ações que efetivamente incidem sobre os rumos de nossa história humana subjetiva e social, abrindo caminho para aquilo que ainda não é, mas que pode vir a ser objetivamente possível, num futuro antecipatório (Arenato Santos, Ildney Cavalcanti, 2019, p. 136).

Todavia, o futuro não se apresenta, frequentemente, como esperado e os modelos pelo “bom lugar” lutam contra projetos contrários. Bonnie Smith (2003, p. 90-91) situa isso historicamente, argumentando que “desde as Revoluções Americana e Francesa até aproximadamente 1860, veremos que as articulações de igualdade universal juntamente com a codificação da inferioridade das mulheres tornaram-se particularmente aguçadas [...]”, um movimento acompanhou o outro.

3. ESCRITORAS, NORMALISTAS, FEMINISTAS E PERIODISTAS EM MACEIÓ

Segundo Constância Lima Duarte (2016), a imprensa feita por mulheres feministas, no século XIX e XX, serviu também para difundir os princípios da igualdade entre os sexos. Essa propriedade da imprensa feminista, levada em consideração na hora de analisar os impressos femininos de Maceió, resultou numa distinção e agrupamento dos periódicos lidos como feministas: *Revista Alagoana* (1887), *O Feminista* (1902) e *O Rosal* (1903). Fiz isso para demarcar a ação política de mulheres e os discursos feministas por elas acionados através das páginas de seus jornais.

Neste capítulo, explorarei a composição de cada um deles, a biografia das mulheres envolvidas em sua produção e o lugar de onde falavam. Defenderei que o acontecimento da imprensa feminista em Maceió ajuda-nos a reconhecer a incipiente incorporação do discurso feminista liberal e hegemônico por mulheres cisgêneras de Alagoas (Thays Lima, 2022; Luciana Ballestrin, 2020), especialmente as brancas, de famílias com algum recurso financeiro e reconhecimento social.

Percorrendo a trajetória das mulheres envolvidas na produção da imprensa feminina e feminista de Maceió, as condições materiais e subjetivas mobilizadas nos projetos abraçados por elas, desejo recompor alguns aspectos da cidade em questão, em meio a um contexto histórico de “mutações” das estruturas econômicas, sociais e subjetivas do Brasil (Albuquerque Jr., 2003) que deu condições à existência dessa modalidade de impressos. Contudo, a compreensão do cenário contraditório da cidade em formação, entre “antiga” e “moderna” (Arrisete Costa, 2015), é essencial na reconstituição das questões que envolvem o periodismo feminino e feminista, ao final do século XIX e início do século XX, na capital alagoana.

No século XIX, o Brasil passou por diversas mudanças, entre as mais abrangentes podemos citar a independência em relação a Portugal, o gradual desmantelamento do sistema escravista, o surgimento de cursos superiores e a expansão das escolas de primeiras letras para as elites e classes médias, o fim da monarquia e a consolidação da imprensa como principal meio de comunicação. Mesmo com essas importantes transformações sociais, como afirma o historiador Jeffrey Needell (1993, p. 41), autor da obra *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, o “novo país”, que emergiu desses processos, “reafirmou sua condição colonial”.

O historiador alagoano Douglas Apratto Tenório (1977), que dedicou um livro ao estudo da Metamorfose das Oligarquias de Alagoas, argumenta que estas adaptaram-se, sem

muitos sobressaltos, ao advento do sistema republicano. Tenório reforça que em Alagoas, como no restante do país, não foram dissolvidos “o controle exercido pela elite e sua expressão sociocultural” (Jeffrey Needell, 1993, p. 41).

Com origem social no latifúndio monocultor, sobretudo da cana-de-açúcar, os políticos alagoanos mantiveram seus poderes estabelecidos durante o longo período colonial e imperial, preservando também a estrutura patriarcal das instituições do estado. Porém, aos poucos, essa elite agrária, sobretudo, em Maceió, não passaria incólume aos discursos de modernidade, que justificaram a necessidade de empreender transformações na estrutura da cidade para que ela ganhasse feições urbanas.

É a partir da área central de Maceió que surgirão os contornos urbanos da cidade. A historiadora Arrisete Costa (2015, p. 89) descreve esse processo de “modernização e urbanização” da capital, chamando atenção para a consolidação das relações capitalistas no início do século XIX. Quando do início do XX, “a hegemonia do capital mercantil-industrial sobre o antigo capital fundiário era quase absoluta, permitindo a detenção do poder político do Estado pelos grupos sociais urbanos: comerciantes, industriais e agiotas”.

Diante desse cenário de desenvolvimento, se considerarmos o grande número de pessoas analfabetas em Maceió, assim como em todo o Brasil, onde a taxa de analfabetismo entre indivíduos como mais de 15 anos girava em torno dos 35% no início do século XX, teremos que admitir limitações práticas nos ecos políticos desejados pelo periodismo feminista. Junta-se a isso a falta de recursos financeiros ou de interesse para consumir jornais. E, no entanto, as alianças feitas pelas periodistas feministas de Maceió atravessaram fronteiras locais e nacionais, revelando a formação de redes mediadas pela crítica feminista ao patriarcado e pela escrita de autoria feminina.

Mesmo para quem não foi possível ler jornais, outras transformações culturais talvez fossem perceptíveis, processos que lentamente vão reescrevendo “verdades” sobre o comportamento propriamente feminino, os lugares que podem ocupar as mulheres, a exemplo das tipografias e, de um modo geral, as instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Precisamos considerar, no entanto, que esta “inclusão” progressiva do feminino passou por vias discriminatórias e pelo “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas” (Cida Bento, 2022, p. 11), o qual objetiva manter regalias em detrimento da racialização negativa de determinados grupos. Isso, no entanto, não selou todas as oportunidades de ascensão social e protagonismo político de pessoas racializadas.

Em torno da imprensa feminista de Maceió, verifica-se que os projetos defendidos por suas protagonistas pouco ou nada aludiram aos conflitos raciais e étnicos da região ou do país. Contudo, há sinais de que não ignoravam totalmente a questão e que tinham um posicionamento voltado ao abolicionismo, assim como aos discursos republicanos.

As feministas apontaram para um modo de ser “mulher” menos inerte politicamente e integrada ao mundo do trabalho intelectual. A precariedade do acesso à direitos ou a inexistência desses direitos, duas possibilidades no caso dessas mulheres, opera como “um lugar de aliança” feminista.

Um pouco distante das pretensões de Judith Butler (2018), de quem tomei de empréstimo o termo “aliança”, pois a identidade ainda funciona como cerne da mobilização em torno dos direitos das mulheres no periodismo, argumento que novidade reside nas construções discursivas identitárias que relacionam interesses nacionais, a busca de cidadania e reformas na subjetividade feminina. Ressalto, portanto, o uso particular e reelaborado da obra de Butler, permanecendo a concepção de mediação estabelecida pela constatação da falta de autonomia e protagonismo entre elas, também, o fortalecimento de novas identidades.

3.1 *Revista Alagoana*

A escrita em jornais femininos no período oitocentista, ainda que carregado de matrizes de nacionalismo e maternidade, configura transformações no ambiente social ao (permitir) a escrita de mulheres para mulheres. (Mariana Rodrigues, 2021, p. 94).

A *Revista Alagoana* teve sua primeira tiragem em 31 de janeiro de 1887, impressa na Tipografia Mercantil³⁵. O *Orbe* (1879-1900), periódico que circulava em Maceió desde 1879, noticiou o lançamento da *Revista* às suas leitoras: “Acaba de sair dos prelos de nossa oficina e distribuído o primeiro número da *Revista Alagoana* periódico consagrado à propaganda da educação da mulher” (Gazetilha. *Orbe*. nº. 11, fev. 1887, p. 1). José Leocádio Ferreira Soares, editor desse jornal e proprietário da Tipografia Mercantil, já havia noticiado, em novembro de 1886, sobre a futura circulação do impresso feminino. Na oportunidade, ocupou-se em compartilhar o “objetivo primordial” da *Revista*: “a educação da mulher, a instrução popular,

³⁵ Na segunda metade do século XIX, diversos impressos saíram dos prelos da Tipografia Mercantil: *O Século* (1887); *Tribuna do Povo* (1887); *A Troça* (1892); *A Verdade* (1878); *O Horizonte* (1891); *Maceió* (1897); *O Progresso* (1888); *O Artista* (1889); *O Espirita Alagoano* (1900); *Cruzeiro do Norte* (1890); *Miragem* (1900); etc.. Essa tipografia também é lembrada pela edição “em Maceió, reunindo em volume único os fragmentos publicados em jornal, em 1885, do primeiro romance de costumes alagoanos, A Filha do Barão, de Pedro Nolasco Maciel” (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 178).

indústrias, especialmente comercial e agrícola, ciências, letras, artes e moda” (Gazetilha. *Orbe*. nº. 156, nov. 1886, p. 1).

Essa notícia, obtida no *Orbe*, revela de antemão que Maria Lucia de Almeida Romariz e Rita de Mendonça de Barros Correia eram as responsáveis pelo projeto da *Revista*, dela restam apenas duas edições no acervo da BN, números 1 e 11. O número 11 foi publicado em 30 de junho de 1887, informação que contraria um pouco o que foi obtido sobre a *Revista* no *ABC das Alagoas* (2015).

A primeira edição tem o texto bastante apagado, o que dificulta, mas não impossibilita por completo a leitura. Já o outro número está mais conservado e observa-se a partir dele que a *Revista* passou por uma mudança de tipografia, sendo desde então impressa na Tipografia da Drogaria Alagoana³⁶, porém ignoro com exatidão quando isso aconteceu ou número completo das edições que vieram a público.

Em razão de sua primeira edição, a *Revista Alagoana* recebeu ainda cumprimentos do jornal *Gutenberg*.

Recebemos o 1º número da *Revista Alagoana*, publicação quinzenal, que sob a redação das exmas. snrs. D. Maria Lucia de Almeida Romariz e D. Rita de Mendonça Barros Correia, destina-se a fundar em bem da mulher “uma educação robusta que lhe guie os belos afetos da alma, lhe indique as sirtes do vício e do crime, ministrada por uma mãe carinhosa, assaz instruída, que lhe dê o espetáculo de exemplo edificantes”.

É nobilíssimo o escopo e, saudando a *Revista*, desejamos o alcance e realização.

Um aperto de mão à *Revista*. (*Gutenberg*. nº 22, fev. 1887, p. 1)

Ecos ocasionados pelo lançamento da *Revista* foram encontrados também fora de Alagoas, cronologicamente antes da notificação acima, feita pelo *Gutenberg*. Surpreende porque para remeter o periódico as suas proprietárias devem ter utilizado a mala postal, grandes sacolas carregadas de correspondências, levadas de um lado ao outro do Brasil por navios. Na imprensa carioca, a 17 de fevereiro de 1887, foi noticiado o aparecimento do jornal feminino alagoano, encontrando lugar nas páginas do *Diário de Notícias*.

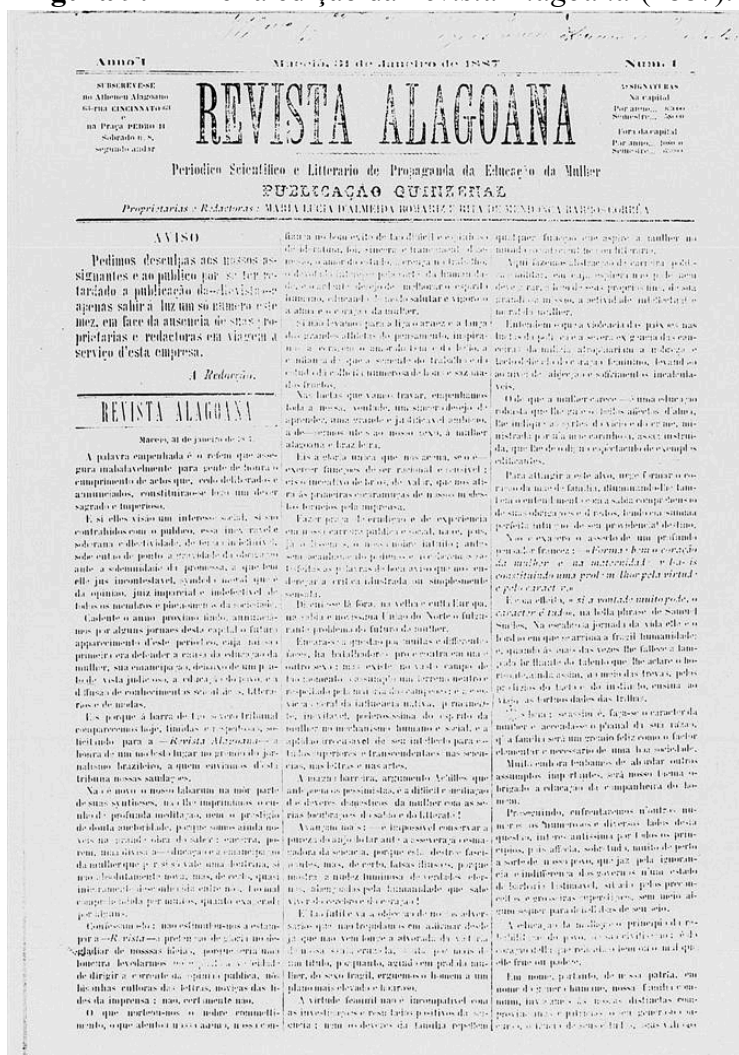
Saiu dos prelos da oficina do *Orbe* no dia 3, e foi distribuído o primeiro 1º número da *Revista Alagoana*, periódico consagrado à propaganda da educação da mulher, e muito habilmente redigido pelas talentosas e ilustradas D. Maria Lucia de Almeida Romariz e D. Rita de Mendonça Barros Correia.

³⁶ Outros jornais impressos na mesma tipografia, segundo o *ABC das Alagoas* (2005), foram *O Estado* (1891), *Recreio Juvenil* (1887) e *O Dever* (1887).

Este número traz importantes artigos sobre os vários ramos da ciência, letras e artes e num bem elaborado artigo expõe o programa que se recomenda a atenção de todos os que estão convencidos da necessidade de bem educar a mulher para regenerar a sociedade pelo elevamento do lar. (*Diário de Notícias* (RJ), Ano III, nº 619, 17 fev. 1887, p. 3).

O cabeçalho das duas edições já mencionadas destacam o nome do periódico, a data e a cidade de sua impressão, os valores das assinaturas na capital (oito mil réis por ano ou cinco mil réis por semestre) e no interior (dez mil réis por ano ou seis mil réis por semestre), os locais onde era subscrito, a periodicidade e o nome de suas duas proprietárias e redatoras. O primeiro texto da edição de número um da *Revista* trata-se de um pedido de desculpas, “por se ter retardado a publicação” (*Revista Alagoana*, nº 1, 31 jan. 1887, p.1). A previsão eram duas edições da revista em janeiro, porém, “em face da ausência de suas proprietárias e redatoras em viagem a serviço desta empresa”, somente uma edição foi produzida.

Figura 9: Primeira edição da *Revista Alagoana* (1887).



Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Passada essa justificativa ao público, o editorial detalha os objetivos da produção, motivações e dificuldades de suas redatoras. Esse texto inaugural, em tom de manifesto, ocupa a primeira página e mais uma parte da segunda, da *Revista Alagoana* (Ano I, nº 1, 31 jan. 1887).

Cadente o ano próximo findo, anunciamos por alguns jornais desta capital o futuro aparecimento deste periódico, cuja missão primeira era defender a causa da educação da mulher, sua emancipação, debaixo de um ponto de vista judicioso, a educação do povo, e a difusão de conhecimentos científicos, literários e de modas.

Eis porque à barra de tão severo tribunal comparecemos hoje, tímidas e respeitosas, solicitando para – A Revista Alagoana – a honra de um modesto lugar no grêmio do jornalismo brasileiro, a quem enviamos desta tribuna nossas saudações.

Ainda que “tímidas”, as redatoras convocam as suas “comprovincianas” para tomar lugar nessas lutas, afirmando que a ideia de educar e emancipar as mulheres não é nova, mas em Maceió, “absolutamente desconhecida, tão mal compreendida por muitos, quanto exagerada por alguns”. Em oposição a este cenário, desejam que seus esforços tenham alguma utilidade “à mulher alagoana e brasileira”.

Observa-se na locução do periódico seu ajustamento aos princípios difundidos pela imprensa feminina em nível internacional. Esta, que desde o seu surgimento, esteve atrelada à apreciação e ao incentivo da literatura produzida por mulheres, a definição do “bom gosto” (moda) e dos comportamentos adequados ao feminino. *O Processo Civilizador* (1990), do historiador Norbert Elias, cai muito bem para explicar as regras e normas imbuídas no periodismo feminino e suas funções “autorreguladoras” na fabricação do “corpo civilizado”.

Lina Aras e Simone Marinho discorreram sobre a mesma questão tendo como objeto a imprensa feminina da Bahia. Elas apontaram que no início do século XIX, desembarcou no Brasil junto à Corte portuguesa um novo ideal de sociabilidade feminina. Todavia, o “projeto formulado durante o Império de fundar uma civilização no Brasil, baseada no modelo europeu” (Aras; Marinho, 2012, p. 100), terá distorções profundas na dimensão do território brasileiro, sendo o Rio de Janeiro o estado que mais reunirá características desse processo de urbanização e modernização.

Uma nova imagem feminina precisava ser construída diante do projeto civilizador. A mulher foi alçada à categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas. Aliás, esta foi a imagem da mulher apresentada pela República, inspirada na filosofia comteana: a mulher-mãe. (ibid.).

O ideal de “emancipação” chega a essas mulheres pelas mesmas portas de além-mar que carregam a lógica do patriarcado. A influência Norte-cêntrica na elaboração dessas lutas não era ignorada por elas. Ainda no texto inaugural, as redatoras da *Revista Alagoana* evidenciaram com entusiasmo que “Decaiu-se lá fora, na velha e culta Europa, na sábia e novíssima União do Norte, o fulgurante problema do futuro da mulher” (nº 1, 31 jan. 1887, p.1).

São tempos, segundo a *Revista*, em que “é impossível conservar a pureza do anjo do lar ante a asseveração esmagadora da ciência, porque essa destrói, fascinantes, mas, de certo, falsas ilusões [...]”. O convencimento social por meio dos jornais feministas foi, portanto, uma das estratégias utilizadas para “normalizar” benefícios, como no caso da educação das mulheres, negada e ignorada nas cidades brasileiras.

A confluência de discursos feministas e iluministas, assim como na própria história do movimento feminista, pode ser rapidamente encontrada nos periódicos de que falo. Ainda que muitos homens iluministas, como Adam Smith (1723-1790) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), não tenham intencionado incluir as mulheres em suas proposições sobre razão, liberdade, igualdade, progresso e democracia, elas, por meio da escrita, da formação de associações e veículos de imprensa, de protesto e de greves, iriam confrontar os preceitos morais conservadores usando os mesmos conceitos alçados por eles. A *Revista Alagoana* não fez diferente.

Voltando à sua edição de número um, na sequência do texto inaugural do periódico, sob o título “A Mulher”, é possível observar a insistência de suas duas redatoras no tema da educação das mulheres e a inclusão delas na “humanidade”, como partícipes na condução do “progresso”.

Não fosse a humanidade dotada naturalmente deste instinto progressista e conseqüentemente sujeito às leis da evolução física e moral, que nós de bom grado ficaríamos e desejaríamos mesmo estacionar à sombra dos louros de nossa grande época e adormecer aos hinos que se cantam aos grandes heróis do trabalho. (A Mulher. *Revista Alagoana*, nº. 1, 31 jan. 1887, p. 2)

Para a *Revista Alagoana*, a educação dada às mulheres era condição básica de sua emancipação. Gerda Lerner (2022) aponta que a difusão da consciência feminista no Ocidente

esteve atrelada à participação das mulheres no sistema educacional, direito que lhes foi negado durante muitos séculos. Acontecimento que impactou de modo fundamental a nossa cultura, porém, insuficiente para a desestruturação completa da discriminação e das violências investidas contra as mulheres.³⁷

A posição assumida pela *Revista Alagoana* revela uma preocupação ampla com os processos educacionais.

Está, portanto, aceita e sagrada pelo consenso universal a verdadeira soberania, que é aquela que emerge das massas populares. É ela um fato incontestável, um direito firmado e inscrito nas constituições de todos os países civilizados. Não nos esqueçamos, porém, de que só por meio da educação e instrução, fundamento e princípio de toda a sociedade bem constituída, chegará o povo a manter, em bases indestrutíveis, sua grandeza e poder, e sem mais interrupções manusear o cetro do mundo. (A educação do povo. *Revista Alagoana*, nº 1, 31 jan. 1887, p.2.)

Vemos no recorte acima pretensões democráticas. Como afirma a historiadora Daniela Valverde (2014, p. 12), a consciência de desigualdade que emanou das Revoluções Francesa e Inglesa trouxeram “mudanças importantes nas relações entre os indivíduos e os poderes públicos, como a possibilidade do ‘povo’ ser considerado sujeito político”. Contudo, ao mesmo tempo são atualizados os enquadramentos de povo “civilizado” e “incivilizado”, ambas criações discursivas eurocêntricas, assim como a binaridade homem/mulher.

De acordo com María Lugones (2014, p. 936), “Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens”. bell hooks (2020, p. 115) também sinalizou que “aos olhos do público branco do século XIX, a mulher negra era uma criatura sem valor para o título de mulher; era meramente a propriedade de alguém, uma coisa, um animal”. Ao imaginarem-se “civilizadas”, as sociedades europeias inventaram um outro inferior, selvagem (Norbert Elias, 1990).

³⁷ No Brasil, o acesso, sobretudo aos níveis mais elevados de educação, a exemplo das universidades, permanece sendo atravessado por privilégios e por reivindicações por mais equidade. Segundo o Boletim nº 5 (2019) do Observatório das Desigualdades, [...] enquanto entre os 25% mais ricos da população, 48% dos jovens entre 18 e 24 anos encontram-se matriculados nas universidades, entre os 25% mais pobres a taxa cai para 7,2% (dados de 2017). A diferença também é maior quando analisamos o recorte de raça: 30,7% dos jovens brancos da referida faixa etária acessam o ensino superior, enquanto a taxa é de 16,3% entre os pardos e 15,1% entre os pretos (dados de 2018). Boletim nº 5. *Observatório das Desigualdades*, ago. 2019. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/OD5-1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Compartilhando dessa influência cultural, a *Revista Alagoana* previu que somente numa nação com pessoas instruídas, homens e mulheres civilizados/as, seria possível a soberania das “massas populares”. Desse modo, ao espelharem-se em exemplos sociais vindos dos Estados Unidos e da Europa, as redatoras do periódico, conscientemente ou não, ignoraram as experiências de subalternidade vivenciadas por pessoas não brancos/as nessas áreas.

Pela educação das mulheres, todavia, Maria Lucia foi além de escrever textos. A professora foi a fundadora do Atheneu Alagoano, colégio “destinado ao ensino primário e secundário para meninas e jovens maceioenses” (Maria das Graças Madeira, 2018, p. 67). Entre 1883, ano de fundação do colégio, até 1887, possível período de encerramento de suas atividades, o *Orbe*, quase sempre fazendo elogios, divulgou em suas páginas avisos de matrícula, aprovações e os serviços prestados pela instituição. Segundo Mariana Rodrigues (2021, p. 97),

O Atheneu Alagoano (1883) dispunha da ajuda administrativa da irmã de Maria Lúcia, Suzana Sampaio Costa e da professora de francês, inglês e piano na capital, Suzana Wucherer. A autora contava com o apoio de alguns nomes que auxiliavam no renome do Atheneu, já que, o falecido marido de Maria Lúcia, Antonio de Almeida Romariz era poeta e foi professor da autora juntamente com Ignacio Costa, fato que a coloca como exceção das mulheres do século XIX.

Maria Lucia foi uma mulher educada, mas também uma educadora. Tornou-se ainda jornalista e escritora. Izabel Brandão (1999), escrevendo para a coletânea *Escritoras brasileiras do século XIX*, afirmou que Maria Lucia obteve sua formação no Liceu de Maceió e depois tentou ingressar numa das faculdades do país, sem conseguir alcançar esse objetivo. Voltou-se ao incentivo da educação feminina localmente, sem, contudo, deixar as atividades como escritora.

No mesmo ano do lançamento da *Revista Alagoana*, Maria Lucia teve o conto “Primeira nuvem” publicado no *Almanaque luso-brasileiro*, impresso editado em Lisboa (Maria das Graças Madeira, 2018). Das quatro poesias presentes na primeira edição da *Revista Alagoana*, uma é de sua autoria, “Chiquinha”, cujo texto encontra-se quase completamente ilegível, assim como as demais.

Outra poesia da edição é intitulada “Sonho de Criança”, da alagoana Maria Jucá Moreira Lima³⁸, “apontada como uma brilhante poetisa, com versos publicados em vários jornais do estado e do país” (Schuma Schumacher, 2004, p. 55). Na terceira poesia, “Saudade”, só é possível identificar o primeiro nome de seu autor, que é João. A produção literária será realçada ainda mais uma vez na edição de número um da *Revista* com um texto chamado “Letras”, infelizmente pouquíssimo legível.

Contemplando por completo o programa editorial prometido pelas editoras, haverá na edição de número um da *Revista Alagoana* o texto “Modas”, o qual traz uma concepção de vestuário “adaptado às estações, aos países, às idades e aos temperamentos”. Ainda o artigo “Ciências”, com noções introdutórias sobre o tema, assim como o artigo intitulado “Indústria”, que trata da “indústria agrícola e comerciante”. As redatoras acreditavam que deveria tratar desse último tema “[...] com maior solicitude, visto ser dela que origina-se a nossa primordial fonte de riqueza pública e particular”³⁹. Analisadas as fontes obtidas sobre Rita de Mendonça, fica evidente que a *Revista Alagoana* também beneficiou-se do capital provindo dessas atividades econômicas.

Solteira, provavelmente branca, Rita de Mendonça era filha legítima da união de José Adolpho e da viúva Maria de Mendonça, que já possuía dois filhos de antigo casamento, Manoel de Mendonça Guimarães e Maria de Mendonça Galvão. O pai fora delegado de Maceió, comerciante, proprietário de casas, terras e pessoas escravizadas, “um monarquista intransigente”, segundo o *Gutenberg*, jornal que nem sempre veiculou notícias favoráveis ao major. No ano de 1882, por exemplo, noticiava que “o comércio de Jaraguá” promovia “uma representação” contra ele, “o novo inspetor do algodão”⁴⁰.

Em 1908 publicou a narrativa de Belmiro José de Amorim, envolvido em disputas judiciais com o pai de Rita de Mendonça desde a década de 1880⁴¹, em virtude da posse de um engenho. De acordo com o *Diário de Pernambuco*, José Adolpho ofereceu as

³⁸ LIMA, Maria Jucá Moreira (Maceió, AL 1867 - 1895) Poetisa. Filha de Antônio Scipião da Silva Jucá e Ana Maria Guerra Jucá. Estudou no Liceu e na Escola Normal de Maceió. Deixou diversos trabalhos em prosa e verso; colaborou na imprensa de Maceió, com *As Flores d’Alma*, 1886; Carlota Corday, (soneto), ambos no *O Gutenberg*, 1889. Existiriam dois volumes de poesias de sua autoria que seu marido, engenheiro Enéas Moreira da Silva Lima, levou-os em viagem para o Maranhão com a idéia de publicá-los, mas um deles foi perdido e jamais encontrado. Teria feito traduções de Victor Hugo e de outros autores franceses. (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 159).

³⁹ Indústria. *Revista Alagoana*. nº 1, 31 jan. 1887, p. 2.

⁴⁰ Anúncios. *Gutenberg*, nº 72, set. 1885, p. 1.

⁴¹ Segundo o opositor, ele havia hipotecado as terras do “engenho Prata”, mas “não pudera saldar o débito” com o antigo proprietário, já falecido, a quem autorizou procurar outro comprador. Belmiro José alega que comprou as terras e depois de recuperar a estrutura do antigo engenho, realizando duas moagens, veio José Adolpho tentar reavê-lo. Há mais de uma passagem a respeito do caso: Belmiro José de Amorim. Ao público. *Gutenberg*, nº 231, out. 1908, p. 3; Crônica Judiciária. *Gutenberg*, nº 100, set. 1886, p. 3.

acomodações de seu sobrado, na praça Dom Pedro II, ao primeiro Bispo de Alagoas, Antônio Brandão. O clérigo chegou em Maceió no ano de 1901, depois da Diocese estadual ser criada pelo papa Leão XIII. O Bispo, que deveria esperar o "palácio episcopal" ficar pronto, aceitou a oferta de José Adolpho, segundo o jornal⁴², o qual fora também representante de vendas de uma companhia norte-americana de “máquinas para cana-de-açúcar”⁴³, católico⁴⁴ e tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento⁴⁵.

O sobrado que o Bispo deve ter ficado hospedado era o mesmo em que morava Rita de Mendonça, junto a sua família, na praça Dom Pedro II, Centro de Maceió.

No sábado último faleceu em sua residência, à praça da Catedral, n. 4, o sr. comendador José Adolpho de Barros Correia, antigo comerciante e proprietário nesta cidade, vítima de antigos padecimentos.

O extinto era viúvo, natural de Pernambuco e fora casado com a exma. sra. d. Maria de Mendonça Barros Correia, e deixa uma filha, a exma. sra. d. Rita de Mendonça e dois enteados: o sr. dr. Manoel de Mendonça Guimarães e a exma. sra. d. Maria de Mendonça Galvão.

Contava mais de 70 anos de idade.

Era monarquista intransigente, sendo agraciado com comenda da ordem da Rosa, ao extinto Império. (José Adolpho de Barros Correia. *Gutenberg*, nº. 54, mar. 1911, p. 2.)

Dentre suas poucas aparições na imprensa de Maceió, Rita de Mendonça mostrou-se como uma das doadoras para a realização da missa noturna da festa de 1 de Novembro da Catedral (*Evolucionista*, nº. 224, set. 1895, p. 2). Outra vez, em 1897, o *Orbe* relata que ela viajou para o Rio de Janeiro “atacada de beribéri”, insuficiência da vitamina B1 (tiamina), que pode ocasionar perda de apetite, fraqueza, dor no corpo, falta de ar e inchaços nos pés e nas pernas. “Muito enferma”, justifica o jornal, foi para casa do irmão, o dr. Manoel de Mendonça Guimarães.

Os votos de melhora do *Orbe* (nº 114, out. 1897, p. 3) são para que ela “em breve regresse ao lar paterno”. A partida de Rita de Mendonça no vapor *Pernambuco*, rumo à capital federal, provavelmente alimentou a histórica curiosidade do povo da cidade. Por isso, a notícia revela sua utilidade, assegurando que ela ficaria aos cuidados do irmão.

⁴² Bispado de Alagoas.

⁴³ Especiais máquinas para cana-de-açúcar. *Gutenberg*, nº 207, set. 1905, p. 4.

⁴⁴ Outras notícias do *Gutenberg* dão conta de comunicar missas encomendadas por José Adolpho em homenagem à pessoas que acabaram de falecer: o Visconde de Taunay, a Baronesa de Anadia e o antigo monarca do Brasil, Dom Pedro Alcântara. Outra missa foi solicitada em celebração à princesa Izabel, por seu aniversário. Estão disponíveis respectivamente nas seguintes edições do *Orbe*: ; nº 53, mai. 1883, p. 1;

⁴⁵ Confrarias. *Almanaque do Estado das Alagoas*, Ano XX, 1891, p. 182.

Na imagem abaixo, temos uma vista da praça Dom Pedro II, ou praça da Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres, no Centro de Maceió. À direita na fotografia vemos o sobrado de José Antônio de Mendonça, Barão de Jaraguá⁴⁶, (atual Biblioteca Pública de Alagoas). À esquerda, o palacete da Assembleia Legislativa de Alagoas.

Figura 10: Vista da Praça Dom Pedro II na primeira década do século XX.



Fonte: *Site História de Alagoas*.⁴⁷

Em 1899, parte do palacete da Assembleia era propriedade de Rita de Mendonça, quando tentava vendê-lo.

Vende-se por quinze contos de réis uma parte do prédio que serve de palácio do governo do Estado (vale 20:000\$000). Quem pretender dirija-se à sua proprietária d. Rita de Mendonça Correia ou ao sr. seu pai major José Adolpho de Barros Correia, praça Dom Pedro II, n. 8 (Anúncios. *Gutenberg*, nº 102, mai. 1899, p. 3).

Tharcila Leão, doutora em Dinâmica do Espaço Habitado pela UFAL, argumentou em sua dissertação de mestrado: *A história da paisagem da praça Dom Pedro II em Maceió*, que esses dois prédios da fotografia tornaram-se símbolos do progresso da capital ao final do século XIX, sinalizando mudanças culturais em curso. Em um dos sobrados da praça, o de

⁴⁶ [...] Deputado provincial, coronel. Filho de José de Mendonça de Matos Moreira e Maria de Sousa Alarcão Ayala. Deputado provincial nas legislaturas 1844-45, 48-49 e 1850/51. Nomeado barão em 14/3/1860. Instalou a primeira fábrica de tecidos de Alagoas que começou a produzir, em setembro de 1863, em Fernão Velho [...] (*ABC das Alagoas*, v. 2, p. 274).

⁴⁷ Ticianeli, História da Praça D. Pedro II, *História de Alagoas*, jul 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-praca-d-pedro-ii.html>. Acesso: 04 set. 2023.

número 8, teve lugar a tipografia Mercantil e um posto de correspondência com a Revista *Alagoana*. Rita de Mendonça era moradora de outro sobrado no mesmo local, o de número 4.

Outras construções, ao entorno da praça, foram utilizadas ao longo do século XIX como Cadeia, Tesouro Estadual e Câmara. Para Tharcila Leão (*Ibid.*, p. 26), prédios que sinalizam o “processo de secularização” do poder, advindo do “crescimento da vila, sua elevação à categoria de cidade [9 de dezembro de 1839] e a cada vez mais crescente separação da Igreja e do Estado”, ainda que, palacete e sobrado, transformados em cartões-postais no início do século XX, convivessem “lado a lado com casas em linhas coloniais, com apenas um pavimento e alguns sobrados de dois pavimentos” (*Ibid.*, p. 85).

Figura 11: Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres na Praça Dom Pedro II em 1905.



Fonte: Site História de Alagoas.⁴⁸

Tratado como “acérrimo partidário da monarquia”⁴⁹, o pai de Rita de Mendonça possivelmente foi um dos patrocinadores do partido conservador de Maceió. Na década de 1880, esse partido financiou a produção do periódico *Orbe*. Isso pode sugerir que José Adolpho alugou ou até mesmo emprestou parte do sobrado número 8, da praça Dom Pedro II, para as atividades da tipografia Mercantil.

Rita de Mendonça, por sua vez, não parece ter sido uma escritora, ao menos nenhum escrito assinado por ela foi encontrado durante a pesquisa. Além de ter usado um pseudônimo,

⁴⁸ Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-catedral-de-maceio.html>. Acesso: 04 set. 2023.

⁴⁹ O *Gutenberg* recortou uma notícia do jornal *Luz de Aparecida* que dizia o seguinte: ‘Há mais de um mês que se acha enfermo em Alagoas o nosso distinto amigo e assinante o sr. José Adolpho de Barros Corrêa um acérrimo partidário da monarquia’. (Enfermo. *Gutenberg*, nº 152, mai. 1899, p. 3).

ela pode certamente ter contribuído nos editoriais da *Revista Alagoana*. Contudo, entre as duas proprietárias, era ela quem mais dispunha dos recursos financeiros necessários para tocar o empreendimento e das relações pessoais facilitadas pela influência local de seu pai. Considerando que era herdeira das propriedades e dos negócios de José Adolpho, não surpreende que pudesse ter sentido falta de uma educação que, em sua vida prática, facilitaria a administração de seus bens, conhecimentos sobre processos industriais, a agricultura e o comércio. No entanto, seriam necessárias mais informações sobre ela para afirmar que assumiu os assuntos comerciais da família em algum momento. Se permaneceu solteira ou se foi casada. Se ficou na cidade de Maceió ou mudou-se.

Perto da praça Dom Pedro II, no número 63 da rua Cincinato Pinto, funcionavam à época, em vista que o colégio já havia ocupado outro prédio, as aulas do Atheneu Alagoano, dirigido por Maria Lucia, com o declarado objetivo de “incutir no espírito das alunas o ensino e a educação moral e intelectual, que sejam úteis e agradáveis à família e à sociedade” (*Orbe*, nº 16, fev. 1884 p. 3). Nessa escola funcionou o segundo posto de correspondência de leitoras/es com a *Revista Alagoana*. Na mesma rua, esquina com a 1º de Março, estava localizada a Farmácia e Drogaria Alagoana (*Gutenberg*, nº 67, 22 mar. 1896, p. 2), de Cândido Almeida Botelho, dono da tipografia em que foi impresso o número onze da *Revista*.

Algumas poucas informações sobre Maria Lucia, natural de Palmeiras dos Índios, podem ser obtidas no site da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes - APALCA, onde a escritora ocupa a cadeira de número dez. Com o auxílio de outras pesquisas e das fontes de jornais, é possível afirmar que Maria Lucia era filha de Capitulina Vieira e José Vieira Sampaio, capitão e tabelião público de Maceió. Foi casada com o poeta alagoano Antonio de Almeida Romariz e com ele teve um filho, Argenor Romariz (*Evolucionista*, nº. 269, 29 nov. 1906, p. 2). Ficou viúva quando tinha vinte anos de idade. É nesse contexto de sua vida que resolveu criar um colégio para meninas e moças.

Uma matéria do periódico *Orbe*, cuja a principal função é fazer um parecer favorável ao Atheneu e às motivações de Maria Lucia, diz que ela foi “atrozmente golpeada pelo inesperado e infausto passamento de seu prezado esposo”. O texto prossegue elogiando a coragem da intelectual que recalca suas lágrimas, tentando concentrar sua atenção no “cultivo de sua inteligência e da de suas comprovincianas”. Seu nome, “cujos honrosos precedentes são tão conhecidos, é a melhor recomendação e seguro penhor para granjear a confiança geral de nossa sociedade”.

Figura 12: Fotografia de Maria Lucia.



Fonte: ALPACA.⁵⁰

A compreensão de que a posição das mulheres na sociedade patriarcal está muitas vezes relacionada ao posicionamento dos homens de quem são filhas, ou com quem se casam (Lerner, 2019), é importante para definir as condições de vida de Maria Lucia, mulher branca, filha de um tabelião reconhecido na cidade e formada no Curso do Magistério do Colégio Liceu de Maceió. É justamente no período em que vive a viuvez, que a escritora investe seu tempo na formação das jovens da cidade e na produção literária, intervalo de apenas seis anos. Nos jornais, ela ganhará destaque como fundadora do Atheneu Alagoano, redatora da *Revista Alagoana* e editora de duas edições do *Almanaque Literário Alagoana das Senhoras* (1888-1889)⁵¹, impresso anual

destinado a publicar e intercambiar as produções literárias de mulheres brasileiras e portuguesas da década de 1880. [...] recebia a colaboração de nomes com circulação nacional, entre as quais, a baiana Ana Autran, a pernambucana Francisca Izidora, as cearenses Francisca Clotilde e Alba Valdez, a gaúcha Cândida Fortese Senhorinha Chaves, a paraibana Anna Ribeiro e as sergipanas Maria Cândida Ribeiro e Maria Minervina de Menezes. (Maria das Graças Madeira, 2018, p. 63-64).

Em 1889, entretanto, Maria Lucia casou novamente, com José Francisco Duarte. Isso explica em parte a rasura no cabeçalho da 11ª edição da *Revista Alagoana* — o nome “d’Almeida Romariz” está riscado, abaixo, à mão, foi escrito “Duarte”. Mas não é possível saber em que época essa correção foi feita. Desse segundo casamento, Maria Lucia teve um

⁵⁰ Disponível em: <https://apalca.com.br/patronos/maria-lucia-luiza-duarte/>. Acesso: 23 out. 2023.

⁵¹ Com mais de 100 páginas em cada edição, o Almanaque teve como finalidade reunir escritos de mulheres da cidade, do país e de fora dele.

filho, Aristides Sampaio Duarte, e duas filhas, Ana Sampaio Duarte (*Evolucionista*. nº. 159, 12 jul. 1906, p. 3) e Maria Antonieta Duarte, esta última morreu aos 17 anos de nefrite, doença que causa a inflamação dos rins (*Evolucionista*. nº. 268, 25 nov. 1906, p. 2).

Uma das últimas notícias em que o nome de Maria Lucia é veiculado pelos jornais da cidade data de 1890, ainda recém-casada. Trata-se de uma propaganda na qual a professora oferece, em sua própria residência, aulas particulares de “português, francês, geografia e aritmética”, também “trabalhos de agulhas” (*Orbe*, nº. 6, 29 jan. 1890, p. 4). Logo, o casamento deve ter contribuído para o fim de suas atividades no Atheneu Alagoano, trazendo seu trabalho de professora para o fechamento do lar.

A partir do anúncio temos mais uma informação sobre Maria Lucia, a de que residia no número 24 do Largo das Princesas. Alguns anos depois da Proclamação da República, esse Largo seria transformado em praça Marechal Deodoro, como é até hoje, abrigando uma estátua do marechal em seu centro. Assim como a praça Dom Pedro II, um local de muita circulação de pessoas e suscetível às mudanças políticas e desenvolvimentistas que concedem à Maceió ares de cidade, como a construção do Teatro Marechal Deodoro a partir de 1905, concluído em 1910.

Maria Lucia e Rita de Mendonça por certo não eram as únicas mulheres, em vista das atividades que estavam envolvidas, a circularem pelas ruas de Maceió. Todavia, seria impossível sem alguns benefícios emprestados de sua origem social, pelos fenótipos raciais que as legitimaram. Tais características são bastante relevantes para rumar pelos caminhos da pesquisa do periodismo no século XIX e XX. Maria das Graças Madeira (2018, p. 68) observa que o ingresso de Maria Lucia na imprensa, assim como o de Alcina Leite, outra literata e professora de Maceió,

[...] teve a decisiva influência das relações familiares no acolhimento de suas produções literárias. Não chega a ser novidade tal discussão, uma vez que a imprensa era um espaço social tanto quanto outro no Brasil Império, onde prevaleciam às trocas, as relações parentais e a convivência com grupos de prestígio em suas respectivas províncias, para assim também galgarem postos socialmente prestigiados.

A família de Rita de Mendonça, que além do reconhecimento social possuía também muitas propriedades em Maceió e no interior, pode ser colocada em contraste com outra família que, por sua vez, esteve situada de um lado oposto das hierarquias sociais. Em novembro de 1887, foi possível ler no *Gutenberg*:

Ave, Libertas!

Lê-se no Orbe:

"O nosso amigo capitão José Adolpho de Barros Correia e sua exma. esposa, em data do vinte e oito do corrente, concederão carta de liberdade sem ônus algum a sua escravizada de nome Generosa, renunciando os serviços dos ingênuos — Pia, Cosma, Maria, Virgílio e Virginia, filhos da mesma Generosa.

Aceitem, portanto, o nosso amigo e sua digna consorte as nossas felicitações por mais um ato filantrópico e caridoso que vem a praticar." (*Gutenberg*, nº 196, set. 1887, p. 1).

Este ato “filantrópico e caridoso”, que tornou-se comum na segunda metade do século XIX, para Itan Cruz (2018, p. 138), “conferia uma áurea de bondade por parte da ‘raça emancipadora’, induzindo a ‘raça emancipada’ a se conservar numa postura de gratidão pela liberdade”.

Tecendo quadros comparativos entre os periódicos feministas de Maceió, encontra-se na *Revista Alagoana* um menor grau de radicalidade. Mesmo sem passar despercebidamente pelas forças conservadoras da cidade, suas redatoras atribuíam aos homens o papel de “condutores”. Pois, poderiam dar-lhes uma “mão firme, suas luzes, sua milenária experiência” (*Revista Alagoana*, nº. 1, 31 jan. 1887, p. 2). Esse tom não pode ser encontrado nos outros dois impressos, *O Rosal* e *O Feminista*, produzidos pós-Proclamação da República, os quais denunciam a recusa interessada dos homens que negam igualdade de direitos, inimigos da “emancipação da mulher”.

Recebemos o 4º número da *Revista Alagoana*. Vai atravessando custosa, mas decidida a viver.

No presente número dá-nos um bem lançado artigo de Michelet (alagoano) sobre a emancipação da mulher, assunto que nos desperta uma perguntinha às ilustres redatoras da Revista: – aquela emancipação da mulher, como a pretendem as dignas publicistas não será um protesto contra a lei do Cristo, como a vemos nos Evangelhos? parece.

Acerca leiam S. Paulo, nos fazem favor; e respondam-nos como católicas, se puderem.

Se as boas colegas vêm-se na contingência de arcar com a letra de sua religião, nada mais terão feito que concorrer com valioso subsídio para afirmar a verdade da evolução social, em todas as suas manifestações. (*Gutenberg*, nº 59, mar. 1887, p. 1).

O comentário acima, retirado do jornal o *Gutenberg*, não tem autoria, talvez seja do próprio diretor do jornal em que foi publicado, naquele período, o jornalista Antonio Alves. A historiadora Simone Costa (2013), estudando os discursos da Igreja Católica a respeito do feminismo no início do século XX, asseverou que a emancipação, “representada pela mulher

que trabalhava fora de casa”, nos discursos da Igreja eram sinônimos de “escravidão feminina” e “insatisfação familiar”. No evangelho de São Paulo há passagens que afirmam que mulheres devem ser submissas aos seus maridos e, pelo comentário acima, essa seria uma “verdade” incompatível com a “emancipação da mulher”, que supunha a sua autonomia intelectual, espiritual e financeira.

Maria Lucia e Rita de Mendonça, como confirmam os jornais da época, eram devotas católicas. Mariana Rodrigues (2021) assinala que Maria Lucia também deixou registrado em sua escrita e na grade curricular do Atheneu “a ortodoxia católica”. Com isso, nota-se que as redatoras da *Revista Alagoana* deveriam congregar ao lado de antifeministas e que o discurso acionado por elas aproximam-se da corrente feminista católica, até admitida pela Igreja, desde que “[...] adequado aos padrões morais cristãos, isto é, que não consistisse numa disputa de poder entre o feminino e o masculino, que defendia o casamento, a família e a religião como suas principais bandeiras” (Simone Costa, 2013, p. 10).

Em suma, se era ou não verdade que a *Revista Alagoana* enfrentava dificuldades para manter sua publicação, foram no mínimo onze edições. Mais uma vez, textos sobre “Educação da Mulher”, “Modas” e “Ciências” preencheram as páginas. A poesia “Pés”, assinada por Claudino dos Santos, e a parte final do conto “O ramo de lírios”, de Nalcia. Nessa edição, suas redatoras agradecem à escritora baiana Ignez Sabino, atuante na imprensa feminista, pelo envio de sua segunda série de versos, chamada “Impressões”. Diferente do número um da *Revista*, não há na última página propaganda relativa ao Atheneu Alagoano, o que pode indicar que nesse período o colégio de Maria Lucia encerrou atividades.

3.2 O Feminista: a mulher do século XX

Marie Annéte, no carnaval de 1902, saiu às ruas de Maceió oferecendo o novo membro da imprensa local. A data de fundação do periódico *O Feminista* não deve ter sido escolhida ao acaso. De acordo com a obra *Gogó de Emas*, o jornal *Tribuna* fez parecer do acontecimento, uma das únicas referências da época que encontrei sobre o periódico.

Lançado em 9 de fevereiro de 1902, o jornal *O Feminista* não passou despercebido ao editor da *Tribuna*: “Vimos igualmente Marie Annette, trajando riquíssima fantasia, a qual percorreu diversas ruas em luxuosos carros ladeado por um esquadrão de garbosos cavalheiros, que distribuíam o primeiro número d’*O Feminista*, jornal dedicado “a emancipação da mulher do século XX” (Schuma Schumacher, 2004, p. 51-52).

Essa descrição, junto aos diálogos abertos por Marie Annéte em seu periódico, levam a crer que ela fosse parte da elite econômica e intelectual de Maceió, de posicionamento republicano, que reforçaria o novo papel social destinado às mulheres na construção da nação brasileira. Fica difícil imaginar que não fosse uma mulher branca, em vista da predominância do racismo e o seu entrecruzamento com questões econômicas. Mas, isso são hipóteses, baseadas nos apoios que a jornalista mobilizou e os recursos financeiros requeridos para a fabricação de um impresso, ou, para desfilar pelas ruas em “luxuosos carros”.

Nos carnavais da primeira década do século XX, em Maceió, foi característico o desfile dos clubes e o uso de fantasias bem ornamentadas por parte da elite da cidade. O Zé Pereira foi um tradicional desfile organizado pelo clube Fênix Alagoana, em que carros saíam às ruas com muitos enfeites, assim como as pessoas que os ocupavam. Na fotografia abaixo, de Luiz Lavèner, temos um vislumbre do capricho na composição das vestimentas e a reunião de um clube da capital alagoana. As modelos são Edith Lavenère, no meio, Jessie Lavenère, à sua direita e Ruth Guimarães, à esquerda.

Figura 13: Clube das Japonesas no carnaval de 1910.



Fonte: Site História de Alagoas.⁵²

⁵²

Contudo, não tinha analisado, até o comentário da professora Ana Claudia Aymoré Martins, na qualificação deste trabalho, o quanto a performance de Marie Annéte no carnaval flerta com a figura da melindrosa. Segundo o historiador Hugo Medeiros (2024), as melindrosas, no início do século XX, consideradas de vida liberada e independente, eram também chamadas de “mulheres modernas”, criando assim um contraste com outro estereótipo feminino, as “mulheres tradicionais”.

Por sua vez, associadas à postura recatada, afetiva, à vida maternal e marital, as “mulheres tradicionais”, enquanto construção histórica, como lembra Hugo Medeiros, não datam de um período muito anterior ao das “mulheres modernas”, já que foram enquadradas nos discursos que reforçam valores burgueses, especialmente durante o século XIX, baseados na idealização da família nuclear e na cisão entre as relações, bem como os ambientes, entre público e privado.

Reforçando a correlação entre feministas e o carnaval de Maceió, encontrei no jornal *Gutenberg* a seguinte nota:

O belo pessoal feminista está preparando-se para os bailes carnavalescos, arranjando figurinos novos para dar retoques, fazer pregas pequeninas, colocar ordens de botões de pérolas nos vestidos que vão ser expostos nos dias *gordos*.
É um gosto extraordinário das gentilíssimas patricias (*Gutenberg*, nº. 26, 7 fev. 1906, p. 3).

Se Marie Annéte performou a “mulher moderna”, vista como feminista, no carnaval, pode não ter feito isso sozinha, conforme ajuda a pensar o recorte acima. Será que essa fantasia, algo de um possível “clube das feministas”, era sobreposta por força imaginativa capaz de transpor a troca de posição temporária, em meses talvez mais conservadores do ano? E *O Feminista*? Foi somente o produto de uma folia? Terá ele o “sangue de carnaval”?

A sociedade não é só composta de mulheres ou de homens unicamente. Na atualidade é ela o resultado da cultura humana. Quando essa cultura tiver atingido ao apogeu, será a sociedade uma perfeição. Então o homem reconhecerá o vão egoísmo que o entumece, quando pressentir a força da atividade feminina em todos os ramos da atividade humana.

O *Feminista*, redigido por Marie Annéte, por muitos motivos foi mais longe em defesa da causa feminista que a *Revista Alagoana*, como o próprio nome do periódico pode sugerir. Os riscos que trazem essa afirmação derivam da pequena amostra documental preservada

desses jornais. No entanto, com a chegada da República, o discurso feminista parece ganhar mais força entre as mulheres, intelectuais e operárias. Percebe-se na *Revista Alagoana*, imersa nos últimos suspiros do regime imperial, uma menor liberdade para o comportamento político das mulheres, mesmo aquelas socialmente pertencentes aos grupos de maior poder econômico e privilégio racial em Maceió.

Céli Pinto (2003, p. 13) sustenta que “as lutas e manifestações esparsas” do feminismo, no Brasil, “cederam lugar a uma campanha mais orgânica” em torno do direito ao voto, entre a passagem da segunda metade do século XIX e o início do século XX. Na imprensa do período, o termo feminismo foi utilizado com frequência para designar as lutas e vitórias do movimento de mulheres na Europa e nos Estados Unidos.

No ano de 1902, o jornal *Pacotilha*, publicado no Maranhão, deu notícias “sobre o movimento feminista”. Segundo ele, na Noruega, mulheres tomavam pela primeira vez “uma parte ativa nas eleições municipais” (*Pacotilha* (MA), Ano XXII, nº 172, 21 jul. 1902, p. 1). Já em 1906, *O Pharol*, órgão da imprensa do Mato Grosso, informava ao seu público que “A campanha a favor do voto feminino na Inglaterra” aumentava de intensidade. “Damas”, líderes do movimento feminista, de acordo com o periódico, “resolveram abandonar a atitude passiva” (*O Pharol* (MT), Ano II, nº 69, 1 dez. 1906, p. 4).

Mirando outra parte do globo terrestre, o *Jornal do Comércio* (AM) veiculou, numa de suas edições de 1904, atualizações sobre a guerra que vinha sendo travada entre Japão e Rússia. Além do esboço sobre acontecimentos recentes ligados ao conflito, uma parte do texto foi destinada aos “costumes nacionais” do Japão. O jornal então afirma que “A antiga mulher japonesa era bem diferente da atual”. A mudança dos costumes é apontada como causa da influência Ocidental, de modo que as mulheres japonesas podiam ser vistas frequentando universidades e com “uma propaganda feminista bem desenvolvida” entre elas. (*Jornal do Comércio* (AM), Ano I, nº 40. 13 fev. 1904, p. 1).

Como as questões feministas vinham alcançando relevância nos debates sobre a sociedade, também vitórias no cenário político internacional, o uso das palavras “feminista” e “antifeminista” vieram, de forma crescente, ocupando discursos transmitidos pela imprensa. Desse modo, as pessoas interessadas em defender pautas em favor dos direitos das mulheres receberam o rótulo de feministas. Já as contrárias, antifeministas.

A positividade ou negatividade do adjetivo precisam ser encaradas em seus contextos, pois múltiplos foram os posicionamentos diante da questão, mesclas e a tentativa de conciliação entre teorias conservadoras e progressistas. A *Revista Alagoana*, por exemplo,

não utilizou a palavra, ela aparece na imprensa de Maceió, segundo o alcance de minhas pesquisas, somente no início do século XX. O *Gutenberg*, em 1905, tratou de uma “Questão do feminismo”, a qual se dava no Rio de Janeiro, entre Araripe Júnior, consultor-geral da República, e o jornalista Medeiros de Albuquerque.

O dr. Araripe deu parecer contrário a pergunta do presidente do Estado de Minas, que desejou saber se podiam ser admitidas a inscrever-se em concurso para o provimento de cadeiras, nos institutos regidos pelo código de ensino, candidatas do sexo feminino. O consultor-geral respondeu que cada Estado tem o direito de regular como quiser esse ponto especial. Acha, porém, que na União esse direito está negado às mulheres, não de um modo explícito, mas implicitamente, porque não está conferido, expressamente. E para corroborar o seu modo de ver cita o art. 70 da Constituição que, segundo crê, negou o direito de voto às mulheres. (*Gutenberg*, nº 25, 07 fev. 1905, p. 1).

Foi assim que as mulheres adentraram à República, “implicitamente” sem direitos constitucionais que lhes assegurassem participação política pelo voto ou a ocupação de cargos públicos mediante concurso. Oposto a essa situação, Medeiros de Albuquerque era para a redação do *Gutenberg* um “feminista convencido”, estava certo de que as mulheres deveriam possuir o direito questionado por Francisco Salles, do Partido Republicano Mineiro (PRM), então presidente de Minas Gerais. Ao narrar o caso, a redação do jornal concluiu que o posicionamento de Medeiros de Albuquerque derivava de suas “opiniões individuais [...] pendências do seu espírito emancipado ou culto”. Enquanto isso, o consultor-geral teria buscado apoio nas leis brasileiras para erguer seus argumentos, onde de fato encontrou respaldo.

No novo texto constitucional, foram abolidas as principais instituições monárquicas, quais sejam: o Poder Moderador, o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado, bem como a prática do voto censitário, ou seja, restrição por condições financeiras. Entretanto, apesar de garantir o voto direto masculino a maiores de 21 anos para Presidentes e Vice-Presidentes, a mulher continuou excluída da política, não sendo possibilitada de votar (SILVA, s.d.a). Apesar de não haver exclusão expressa, as mulheres não possuíam tais direitos políticos. Mesmo cientes desse quadro, várias requereram ao alistamento para poderem votar, porém, sem sucesso. (Rossana Ramalho; Laura Berquó, 2022, p. 4).

O Feminista, “órgão de propaganda da emancipação da mulher”, teve sua primeira tiragem em 9 de fevereiro de 1902. Quantas vezes mais foi impresso é difícil saber, restando uma única edição. Seu *front* de combate eram praticamente os mesmos da *Revista Alagoana*: educação, profissionalização e o incentivo da escrita de autoria feminina. Na primeira página

do jornal há um carimbo da Biblioteca Estadual de Pernambuco, no entanto, consegui a reprodução do periódico por meio de solicitação à Fundação Biblioteca Nacional.

Nas quatro páginas em que baseiei minha análise de *O Feminista* não existem informações sobre a tipografia que as imprimiu, nem a assinatura de pessoa responsável pela publicação. Nota-se também que não há valores de assinaturas. Assim como Schuma Schumacher (2004)⁵³, afirmo que Marie Annéte é produtora do impresso em questão, porque, ainda que não conste o seu nome no cabeçalho da primeira página, ele será apontado em outras de suas partes. Ele pode ser e é provável que seja um pseudônimo, do qual não foram encontradas outras referências, externas ao *O Feminista*. Internamente, teve sua primeira menção numa poesia de Rosália Sandoval, redatora do *Rosal*.

Quando contemplo as suarentas blusas,
d'esses missionários do trabalho,
sinto em minh'alma a rosa d'Alegria
desabrochar-se n'um frescor de orvalho.

Sim! porque quem vive e não trabalha,
é um parasyta d'árvore da Vida,
Abençoada a messe da existência
que vivifica-se ao suor da Lida.

Constantes operários do Progresso,
vós me lembraes a Gloria d'Alemanha,
o inventor da Imprensa – Gutenberg,
mostrando ao mundo um sol de luz estranha.

[...].

Intitulado *O Artista*, essa poesia, dedicada à Marie Annéte, teve lugar na segunda página de *O Feminista*. Nela são exaltadas as pessoas que trabalham e os frutos colhidos de seus esforços. Para ilustrar tais pessoas trabalhadoras, Rosália Sandoval utilizou como exemplo Johannes Gutenberg, inventor da técnica tipográfica. Vemos, através da contribuição de Rosália que existiu uma aproximação e a identificação entre ela e Marie Annéte, as duas figuras do periodismo feminista de Maceió no século XX.

Já o segundo momento em que Marie Annéte é referenciada, também na segunda página de *O Feminista*, encontra-se no encerramento do artigo de opinião assinado por Edina Mendonça, cujo trecho abre este capítulo. A autora declarou: “Eis o que penso, minha gentil Annéte, de coração e com entusiasmo”.

⁵³ A obra *Gogó de Emas* traz uma das únicas referências que encontrei sobre *O Feminista*. Schumacher, no entanto, não analisou o periódico, apenas tomou conhecimento de sua existência.

Passando para a terceira página, é Marie Annette quem fala, num “Voto de agradecimento” ao “Ilustre Dr. Eusébio”, o qual teria acolhido seus artigos durante uma discussão entre ela e Garvani, pseudônimo do jornalista Craveiro Costa, companheiro de Eusébio. Como não há sobrenome, só pude supor que se trate de Eusébio de Andrade, durante o período diretor do *Gutenberg*, responsável por mobilizar este periódico na campanha republicana em Maceió. Após decifrar o pseudônimo Garvani, que encontra-se meio apagado, tive certeza disso. Infelizmente, nenhum dos números do *Gutenberg* publicados entre 1901 e 1902 parecem ter chegado aos nossos dias.

Mais uma composição poética dedicada à Marie Annéte na última página só serviu para fortalecer as certezas de ser ela a redatora do periódico *O Feminista*. Na poesia é retomado o tema “Trabalho”, “áurea palavra”, segundo sua autora, que assina de Maceió, em 1902, como Georgette. Outras informações sobre essa escritora não foi possível encontrar.

Dadas as notícias que vinham de outras partes, essas mulheres eram impulsionadas pelo desejo de transformar também sua própria realidade, abraçando a modernidade e os discursos de progresso em contexto brasileiro. Separavam-nas desse novo mundo, idealizado em seus textos, algum esforço, o trabalho intelectual e de propaganda do feminismo, sobretudo, para motivar outras mulheres. *O Femista* foi destinado a elas.

Minhas senhoras

É a vós e aos vossos direitos que se dedica O FEMINISTA. Nele encontrareis um defensor, um protetor para vossas ideias altaneiras de EDUCAÇÃO e TRABALHO.

O plano que traçamos não é tão difícil como parecer-vos-eis à primeira vista. Quando trazemos no cérebro, sinceramente concentrada, uma ideia grandiosa, os obstáculos vão se desmoronando como a folhagem ao Outono. A expectativa é bela e atraente.

O horizonte é amplo e possui todas as delícias da Estética unida ao levantamento da Sublime ideia do TRABALHO que se expande numa fulgurância de sol sobre uma paisagem pintada a fresco.

Elevar a mulher à sua verdadeira posição na Sociedade é o nosso *tentamen*.
(*O Feminista*, nº. 1, 09 fev. 1902, p. 1)

O texto continua com a denúncia da indiferença com que são tratadas as mulheres, “efeito do preconceito social”. Não fosse por isso, poderiam haver “mais artistas alagoanas”. O discurso do periódico, entretanto, irá reforçar e essencializar o comportamento das mulheres, relacionando-as à “delicadeza”, a “dedicação” e ao “zelo”. Parte da missão das mulheres, ainda segundo o editorial, era fazer com que o marido e os filhos tivessem sucesso social. Porém, essas atividades não seriam incompatíveis com outras posições sociais

ocupadas por elas, enquanto mães e esposas “[...] seus trabalhos, seus sacrifícios enfim, desvanecem-se esquecidos e mudos [...]”.

Como criaturas criadas “para guardar as palavras do divino: Amai-vos uns aos outros”, sua participação na condução da sociedade não poderia ser impedida. Vemos que, assim como na *Revista Alagoana*, a procura pelo discurso religioso cristão empresta legitimidade política aos projetos desejados por essas mulheres. Pois, caso tivessem reivindicado pertencer à religiões de origem africana ou indígena, não poderiam ser esperados os mesmos efeitos, pelo estigma colocado sob esses cultos e suas/seus participantes em Alagoas.

O segundo texto do periódico é na verdade uma proposta ao governo de Alagoas e às mulheres do estado, a fim de criar uma “Liga contra a tuberculose”. São advertidos os perigos e a “necessidade urgente de opor um dique a semelhante devastação” (*O Feminista*, nº. 1, 09 fev. 1902, p. 1-2). Oseas Figueira Junior (2018, p. 94), na dissertação de mestrado *A ordem médica sobre o alagadiço*, apontou para as epidemias que tomaram conta de Alagoas na segunda metade do século XIX.

De acordo com esse historiador, a parte urbana de Maceió, que ocupava o Centro da capital, era marcada por um ecossistema de “pântanos” e “riachos alagados”. A aglomeração de pessoas nessa área e a poluição dos cursos de água, focos de agentes patogênicos, chamou a atenção de médicos higienistas, envolvidos em projetos de reestruturação da cidade, os quais resultaram no aterramento dessas áreas.

A escrita argumentativa do texto, produzido talvez por Marie Annéte, traz comparativos entre o cenário nacional e internacional de disseminação da tuberculose. As “Ligas”, segundo ele, estavam sendo organizadas pelos estados para “dar combate sem trégua a esse morbo difuso entre nós com alguma intensidade”. O governador de Alagoas, Euclides Vieira Malta, foi convocado pessoalmente para tomar parte na questão: “É a vós, Exmo. Governador, é a vossa reconhecida benevolência, zelo e solicitude que recorreremos neste momento”.

Figura 14: Primeira edição de *O Feminista* (1902).

O FEMINISTA

Órgão de Propaganda da Emancipação da Mulher

Minhas Senhoras.

E já vós e nos vossos direitos que se dedica O FEMINISTA. N'ello encontrareis um defensor, um protector para as vossas idéas altaneiras de EDUCAÇÃO e TRABALHO.

O plano que traçamos não é tão difficil como pareceu-vos-ha á primeira vista.

Quando trazemos no cerebro, sinceramente concentrada, uma idéa grandiosa, os obstáculos vão se desmoronando como a folhagem no Outono.

A expectativa é bella e attrahente. O horizonte é amplo e possue todas as delicias da Esthetica unida ao levantamento da Sublime Idéa do TRABALHO que se expande n'uma fulgurancia de sol sobre uma paisagem pintada a fresco.

Eleva a mulher á sua verdadeira posição na Sociedade é o nosso lema.

Trabalhar pelo engrandecimento da Mulher brasileira é uma idéa que todo o brasileiro deve abraçar.

Nono meio não faltam intelligentes cabeças.

Mas que pena! todas, quasi, entregues ao abandono da Indifferença que cresta, que anniquilla!

E se assim não fosse! que excellentes artistas teriamos hoje entre as senhoritas de Alagoas!

Malitto preconceito social! que embota os talentos e amodaça as vozes!

A mulher não nasceu somente para amar e soffrer.

Não direi como os francezes: "*moi de femme, moi de fer.*" Não!

A mão da mulher prima pela delicadeza que ella sabe imprimir em tudo o que é obra sua.

A victoria da mulher é mais certa nos empreendimentos, porque ella, como nenhum homem, sabe suavisar o plano da peleja. É mais docil e menos ambiciosa. Portanto, mais apta para conquistar.

Um homem só se julga recompensado pelos seus feitos quando ouve o clarim retumbante da Fama annunciar o seu nome, ou, quando lhe emmalteem o peito as douradas condecorações.

A mulher, pelo contrario, — dessem-lhe um sorriso e algumas flores e ella não exigiria mais.

O seu coração propende para o bem-estar de todos, sobram-lhe dedicacão, zelo e aptidões.

A mulher que ama, dedica-se ao objecto de sua adoracão, praticando todos os sacrificios afiga de attenuar-lhe os dissabores; trabalha pela familia, gasta a sua mocidade, a sua força, a sua belleza, tudo consumme para que o esposo e os filhos brilhaem na Sociedade.

É esta a sua missão! E, entretanto, seus trabalhos, seus esforços, seus sacrificios enfim, desvanecem-se es-

quecidos e mudos como os da praça de pret no campo da batalha.

Ao morrer, morre tambem seu nome para a Patria! Apaga-se com o epitaphio das lousas!

É preciso trabalhar, minhas illustres patricias, para que a epocha do Renascimento chegue tambem para vós.

"A mulher é capaz de tanta coragem e abnegação como o homem."

E vêde essa mulher que nos apresenta Smiles acompanhando o noivo para a guerra, vestida com um traje masculino, conservando-se a seu lado preferindo affrontar a morte a separar-se do corpo amado!

Miss Stanley fundando na Turquia um hospital para os soldados e sendo ella propria a enfermeira, pensando as feridas, fazendo colchões, lavando a roupa e dedicando-se a beneficiar as viuvas dos soldados!...

Que santos exemplos de coragem e abnegação!

Um homem, talvez, não fizesse tanto.

Por mais bomfazejo que seja o coração do homem, o da mulher o excede sempre.

Parece que ella foi creada para guardar as palavras do Divino: "Anne-vos uns aos outros."

A Natureza nada negou á Mulher.

Portanto, trabalhae, minhas illustres patricias pela Educacão e pela intelligencia!

Não vos faltam aptidões, não vos falta talento.

Cultivai com esmero o vosso espirito, e então, esses rostos nitidamente sympathicos em vez de resplandecerem somente sob a elegancia dos tocados, terão uma dupla coroa — a da Belleza e a do Genio, que é mais attractiva e valioso.

TRABALHA!

Liga contra a Tuberculose

Ao Governo e as Senhoras Alagoanas

Não temos n'estas linhas o rendilhado caprichoso nem o alto relevo das obras d'arte; não se procuram aqui as elegantes palmas de acanθο e trevo, nem os reflexos fúlvos dos marmores da Numidia, que o nosso fim é outro.

Rasgando no alto d'esta columna a inscripcão que lhe serve de titulo, temos em mira, no appello que fazemos ao governo e as distinctas senhoras alagoanas, a creacão n'esta capital de uma — Liga contra a tuberculose.

Todos sabem o desenvolvimento es-pantoso, extraordinario, que tem tomado esta terrivel moléstia.

Verdadeiro flagello ella vae, n'um silencio lugubre, atormentador e perturbador conspirando contra a existencia dos povos, sua prosperidade e bem-estar, alargando por todos os paizes os seus tentáculos de polvo, ceifando milhares de individuos.

A mortalidade ocasionada pela tuberculose sobe a um numero consideravel na Inglaterra, Alemanha, Italia, Belgica e França principalmente, onde o numero de obitos eleva-se a 150,000 e onde annualmente ella causa maior estrago do que qualquer epidemia de peste ou de cholera, segundo faz sentir Brouardel. (1)

Em todos os mais Estados a proporção é mais ou menos a mesma. No Brazil o numero de victimas é tal que já lhe valeo do estrangeiro o triste epitheto de patria da tísica pulmonar!

Não phantasiemos. Ahi estão as abalissadas opinões de Lancerieux que diz: "Quanto ao Brazil é este, por assim dizer, a terra classica da tísica pulmonar; é em todo caso uma das regiões do globo onde ella faz maiores estragos", e do Dr. Gonçalo Moniz, quem pedimos emprestadas estas palavras: "Infelizmente se pode affirmar, sem medo de errar, creio, que n'esta sinistra portia das nações, o Brazil marcha na vanguarda."

De sorte que no Brazil é a tuberculose uma das moléstias que maior numero de victimas consome!

A sua fozee de segadora sinistra jamais deixa de parar: vae de norte a sul, n'uma fama de tudo acabar, de tudo destruir, anniquilando vidas, ceifando existencias preciosas, amortando familias e corações.

Passam os annos e passam as estações, novas madrugadas claras e novos dias risinhos flamejantes de sol succedem-se n'um perpessus continuo e durante todo esse tempo ella, a harpia cruel, vae surrasteiramente ganhando terreno, produzindo victimas. Asalta os lares, penetra os organismos, corrompe-os, destroee-os com a sua toxina virulenta, impesta o ar e planta a desolação e a dôr por toda parte.

A necessidade urgente de oppor um dique a semelhante devastação (uma vez que a tuberculose é perfeitamente curavel como affirmava a sciencia medica) fez com que os povos emprehendessem verdadeiras campanhas contra ella, com exito mais ou menos appreciavel.

Mesmo no Brazil, onde a prevençãoe vem sempre tarde, têm-se organizado, na maioria dos Estados, — Ligas contra a tuberculose, sociedades cujo fim humanitario é dar combate sem trégua a esse morbo d'afiso e terrivel.

Nós aqui em Alagoas infelizmente ainda não fizemos nada, quando é fora de duvida que a tísica pulmonar lavra sardamente entre nós com alguma intensidade.

Assistimos quasi que diariamente, de braços crusados, com o pranto nos olhos ou tomados de uma resignaçãe impotente a queda dos nossos irmãos, dos nossos filhos, quando não é das nossas esposas queridas, dos nossos bons amigos.

E isto sem fallar dos que morrem

(1) Dr. Gonçalo Moniz — Conferencia realizada na Bahia em 14 de Outubro de 1900.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN).

Será no texto "Os dois sexos", na segunda página de *O Feminista*, que encontraremos mais questões relevantes para os feminismos do período. Assinado por Edina Mendonça, sobre quem não há outras informações disponíveis no momento, esse texto afirmou que a sociedade era um resultado da cultura humana, por isso as desigualdades são os frutos do "egoísmo capitalista" e da "incompetência" (fica subentendido que essa incompetência parte dos homens para administrá-la). As mulheres, por outro lado, seriam competentes, o que gera medo nos homens, os quais tentam "atrapalhar a marcha evolutiva do progresso feminino" (*O Feminista*, nº. 1, fev. 1902, p. 2). Edina Mendonça defende-se, pois julga ser "bastante bonita", por isso, nada justificaria dizerem que sua revolta decorre da falta de um homem. Ela conclui dizendo:

Sou uma adepta fervorosa da emancipação, e caso me permitisse meu marido, não me limitaria a simplicidade desse escrito: faria conferências, escreveria a miúdo, embora não me sinta com forças superiores para a gloriosa empresa.

Eis o que penso, minha gentil Annete, de coração e com entusiasmo.

Nas palavras de Edina Mendonça vemos resquícios do que já foi chamado de “feminismo sob tutela”, pois, até onde poderia ir em nome do feminismo uma senhora casada? A preponderância da ortodoxia católica no Brasil é capaz de justificar essa condição. “As mulheres eram consideradas pelo clero como seres suscetíveis às tentações demoníacas, por isso deviam ficar sob a tutela do marido. Afinal, todas as mulheres descendiam de Eva, a culpada pela queda [...]” (Sandra Santos, 2012, p. 218).

Outro texto que segue o de Edina, cuja autoria não é possível ler, segue esta questão, fazendo críticas ao lugar das mulheres na legislação, porque em tudo precisam de autorização do marido, destituídas de direitos civis e políticos.

Há, nessa e em outras partes do periódico, a valorização dos países europeus e dos Estados Unidos como modelos a serem seguidos, característica já identificada na *Revista Alagoana*. Parte significativa da imprensa nacional, e nesse bojo também a feminista, cumpriu com o papel de “vitrine” da Modernidade. Como podemos visualizar nos impressos feministas de Maceió, por meio da imprensa são difundidos os ideais dos “novos tempos”.

O espaço urbano deveria ser um dos principais espaços de visibilidade, apresentando, como nas vitrines que surgiam nos novos centros urbanos, os sinais visíveis da civilização: saneamento, aparelhos urbanos, equipamentos tecnológicos; o comportamento de seus habitantes, as práticas e os hábitos alinhados à cultura burguesa. A imprensa produzida pelas elites cultas locais chamou a si a responsabilidade de ser “missionária” e “guardiã” da civilização: a ela caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos para que a cidade se modernizasse (Goodwin Júnior, 2007, p. 98).

Caberia às intelectuais brasileiras, escritoras, artistas e acadêmicas, que provinham da elite política e econômica do país, poucas em relação à população total de mulheres, fazer em seu país as “evoluções” de gênero que se processavam na Europa. Além de terem mais oportunidades e incentivos para frequentar escolas, até mesmo professoras/es particulares, nelas é o “bom-gosto” e o “refinamento” necessários para conduzir outras mulheres leitoras (Pinto, 2003), ainda que com uma liberdade de ação delimitada.

Seguindo um modelo de ação compartilhado com mulheres de outros estados e países, as periodistas feministas de Maceió reproduziram ideias sobre a origem e o rumo da sociedade compatíveis com teorias morais e filosóficas em voga entre os séculos XIX e XX.

O Feminista apresentou uma tendência que seria seguida pelas feministas de Alagoas nos anos seguintes, o viés da caridade ou do assistencialismo, condizentes com as doutrinas cristãs que muitas foram seguidoras. O texto “Para os pobres”, na última página de *O Feminista*, exalta a caridade como “o sol que fecunda a esterilidade da pobreza”. Parabeniza o *Gutenberg* por ter se “externado em prol dos pobres”, pedindo ao periódico que publique em suas colunas um chamado de doações em favor de “uma viúva e seis órfãos que acham-se no desamparo”, “invocando especialmente a mulher alagoana”.

Mais tarde, em 1951, ela reuniria os escritos do irmão no livro *Angelus*. Levando em conta que faleceu ainda jovem, Sebastião de Abreu teve considerável produção. O fato é que ser poeta não era considerado um trabalho ao qual é atribuído um salário. Mesmo que a leitura tenha encontrado espaço entre as classes ricas do estado, numa tentativa de copiar a civilidade e as luzes europeias, não é daí que retiraram suas fortunas, antes da exploração de pessoas e de recursos naturais.

3.3 *Rosal*

Desejamos é que se nos faça justiça. Queremos é a nossa independência. E havemos de consegui-la, espero.

Ride, não importa. Julgai-nos utopistas ou talvez, nada receando de nossa fraqueza, superficialidade e ignorância — causas que muito de propósito achais que não devemos remover — acreditais que o vosso domínio será para sempre absoluto.

Aguardemos o futuro (*O Rosal*, nº. 2, 31 ago. 1903, p. 2-3).

Em agosto de 1903 surgiu mais um periódico feminista em Maceió: *O Rosal*, “dedicado à mulher alagoana”. Desta folha bimensal pude acessar apenas a edição de número dois. Foi um órgão literário dirigido pelo escritor, poeta e jornalista Torquato Cabral⁵⁴, mas a sua redação tinha a assinatura de Rita Souza e também de seu pseudônimo, Rosália Sandoval, utilizado apenas em textos de natureza literária.

⁵⁴ CABRAL, Manoel Torquato de Godoi (Capela AL 26/2/1878 - Maceió AL 31/12/1907) Poeta, jornalista. Filho de Avelino Cabral e Luiza de Godói Cabral. Frequentou a escola primária, em sua cidade natal. Trabalhou no comércio em Pilar. Iniciou-se muito cedo no jornalismo, ainda no Pilar, na revista *Vigilante*, da qual era o seu principal redator. Por dificuldades econômicas viveu em andanças constantes entre Pilar e Capela, tendo, finalmente, se estabelecido em Maceió. Fundou, com Carlos Broad e José Avelino a revista *Alvorada*. Dirigiu, ainda, o *Almanaque Literário Alagoano*, com a colaboração de Craveiro Costa. Presidente da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio. Patrono da cadeira 4 da AAL. Colaborou em vários jornais da capital. Obras: Organizador, juntamente com Craveiro Costa, do *Indicador Geral do Estado de Alagoas*, Maceió, Tip. Commercial, 1902. *Almanaque Literário Alagoano para 1900*. Contendo Várias Indicações de Utilidade Pública e uma Escolhida Parte Literária. Organizado por T. Cabral - Primeiro Ano, Maceió, Tipografia Oriental, 1899; *Almanaque Literário Alagoano para 1901*, Diretor: T. Cabral, - Segundo Ano, Maceió, Tipografia Oriental, 1900. (*ABC das Alagoas*, v. 2, 2005, p. 502).

Rita de Souza Abreu nasceu em Maceió, segundo a obra *Literatura em Alagoas* (2005), de Simone Cavalcante. A mesma data estimada por Luciana Fonseca Oliveira (2000), autora da dissertação *Rosália Sandoval: histórias de um resgate*. Além de sua dissertação, a jornalista Luciana Fonseca, também dedicou outros textos à Rosália Sandoval, um deles publicado na obra *Retratos à margem* (2002), livro que está disponível entre as obras da Coleção Especial da Biblioteca Central da UFAL.

No meu trabalho de conclusão do curso de graduação, a pesquisa intitulada *Rosália Sandoval: a poetisa do Norte sob a égide do “espírito feminino”* (Maceió-AL, 1888-1953)⁵⁵, argumentei que o reconhecimento da escrita poética da alagoana Rosália Sandoval, pseudônimo de Rita de Souza Abreu, professora negra de Alagoas e protagonista do periodismo feminista de Maceió, foi condicionado à exaltação de características femininas em seus trabalhos. Como poetisa, jornalista e mulher solteira, Rosália Sandoval afastava-se da feminilidade, pois a escrita não era admitida como uma função, por natureza, feminina (Smith, 2003).

Por isso, para conquistar a atenção e o reconhecimento público, seus admiradores lembravam que só uma “mulher” poderia escrever daquela maneira, ainda que os versos simbolistas⁵⁶ da autora não fossem essencialmente diferentes da escrita masculina da época dentro desse mesmo movimento artístico, salvo talvez por ter abordado temas relacionados ao ambiente doméstico (Cavalcanti, 2005). Semelhante ao que Bonnie Smith (2003, p. 88) observou em relação à “história amadora”, feita por mulheres inglesas e americanas no século XIX,

Quando o texto das mulheres é tratado de maneira positiva, isso é feito sobretudo por críticos literários, que continuam a enfatizar a inspiração virtuosa, patriótica, religiosa e moral por trás dessas obras, conectando-as ao republicanismo e ao civismo, em um esforço para torná-las inteligíveis e valiosas por seu próprios méritos.

Em contraste com outras mulheres que participaram da imprensa de Maceió no século XX, foi possível reunir muitas fontes a respeito de Rosália Sandoval e alguns trabalhos já publicados sobre a escritora, significativos para a recuperação das memórias da intelectual alagoana. Luciana Fonseca é certamente quem colocou mais esforços na abertura desse

⁵⁵ Esse texto também foi publicado na edição 36, v. 13, n. 2, da *Revista Temporalidades* (UFMG). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/1809>. Acesso: 06 jan. 2024.

⁵⁶ O Simbolismo faz referência a um movimento literário que surgiu na França do século XIX. Em oposição a outras escolas, os textos simbolistas usam a linguagem para sugerir a realidade através de símbolos, metáforas, sinestésias, transitando entre inconsciência e subconsciência da mente humana (Simone Cavalcante, 2005, p. 45).

caminho de recuperação, porém, além de seus trabalhos já mencionados, houveram outras pesquisas que citam Rosália Sandoval. *Autoria Feminina no século XIX: Rosália Sandoval é uma delas*, artigo escrito por Maria do Rosário Pereira (2015).

O foco de sua análise são dois poemas de Rosália Sandoval publicados no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* em 1900. Diferente de Luciana Fonseca, que não teve acesso ao número de 2 de agosto do *Rosal*, Maria do Rosário Pereira (2015, p. 88) discute brevemente o posicionamento feminista da escritora, mas admite que boa parte de sua produção publicada em jornais “mostram um fazer literário nada engajado”. Portanto, o periódico *Rosal* é peça fundamental para uma dimensão mais ampliada do pensamento de sua editora.

As mulheres que fizeram parte e protagonizaram a imprensa feminina em Alagoas, não somente a feminista, foram majoritariamente mulheres brancas. Assim como a escrita, de um modo geral, essa ferramenta não foi acessada por mulheres que não puderam frequentar escolas. Se essas soubessem ler e escrever, outros obstáculos como a origem familiar, os recursos financeiros e os valores morais preconceituosos poderiam empurrá-las para o silenciamento de suas existências.

Figura 15: Rosália Sandoval.



Fonte: *Revista Heliopolis*.⁵⁷

⁵⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216968&pesq=&pagfis=588>. Acesso em: 20/01/2024.

Pensando em Rosália Sandoval em termos raciais, não poderia simplesmente apontá-la como uma mulher negra, como fizeram outras pesquisadoras. Analisando suas fotografias percebe-se que não era branca e nem retinta, questão crucial para o racismo no Brasil, que leva em conta o fenótipo. Na sociedade atual, poderíamos identificá-la como uma mulher parda e, desse modo, parte da população negra brasileira, termos raciais estabelecidos somente na segunda metade do século XX pelo IBGE.

A classificação populacional pelo termo “pardo/a” está presente no Brasil desde pelo menos 1872, quando foi realizado o primeiro Recenseamento Geral⁵⁸. Há nesse documento também a presença do termo “caboclo”, além de preto e branco. Ambas nomenclaturas, pardo e caboclo, servirão para distinguir, respectivamente, a miscigenação entre pessoas brancas com pretas e brancas com indígenas. Para Alagoas esse Censo mostrou que em sua população havia um total de 88.749 mil pessoas brancas, livres, entre homens e mulheres. Também livres, 200.199 pessoas pardas, 16.307 pessoas pretas e 6.364 pessoas caboclas. Entre homens e mulheres a divisão desses números é mais ou menos proporcional. Das pessoas escravizadas: pardas eram 10.603 e pretas 25.138. Nos censos seguintes seriam feitas alterações, o termo pardo seria retirado para dar lugar a mestiço. Entre 1900 e 1920, a raça foi desconsiderada nos levantamentos populacionais realizados, para ser retomada em 1940.

Não encontra-se registrada a autodeclaração racial de Rosália Sandoval, todavia, poderia ser lida como parda ou mestiça e, quiçá, ter ancestrais indígenas, característica própria da formação da população de Alagoas. Por isso, é importante observar que “longe de serem neutras e imparciais, as estatísticas são produzidas buscando conformar maneiras de perceber o mundo social, conferindo-lhe inteligibilidade” (Maria Gouvêa; Ana Paula Xavier, 2013, p. 109).

Filha do “capitão reformado do corpo de polícia” (*Orbe*, nº 58, mai. 1886, p. 1.), Rita Souza tivera mais dois irmãos, Emygdio José de Abreu e Rosalvo de Abreu. Com o irmão mais novo, entretanto, partilhava o gosto pelas letras. Sebastião de Abreu, poeta, foi reconhecido postumamente pela Academia Alagoana de Letras (AAL), tornado patrono da cadeira de número 25 dessa instituição, que por sua história evidencia o apagamento e a exclusão de mulheres escritoras de Alagoas, a exemplo de Rosália Sandoval, que não tomou espaço em nenhuma cadeira dessa instituição, ainda que tenha uma obra mais extensa que a de seu irmão.

⁵⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso: 22 jan. 2024.

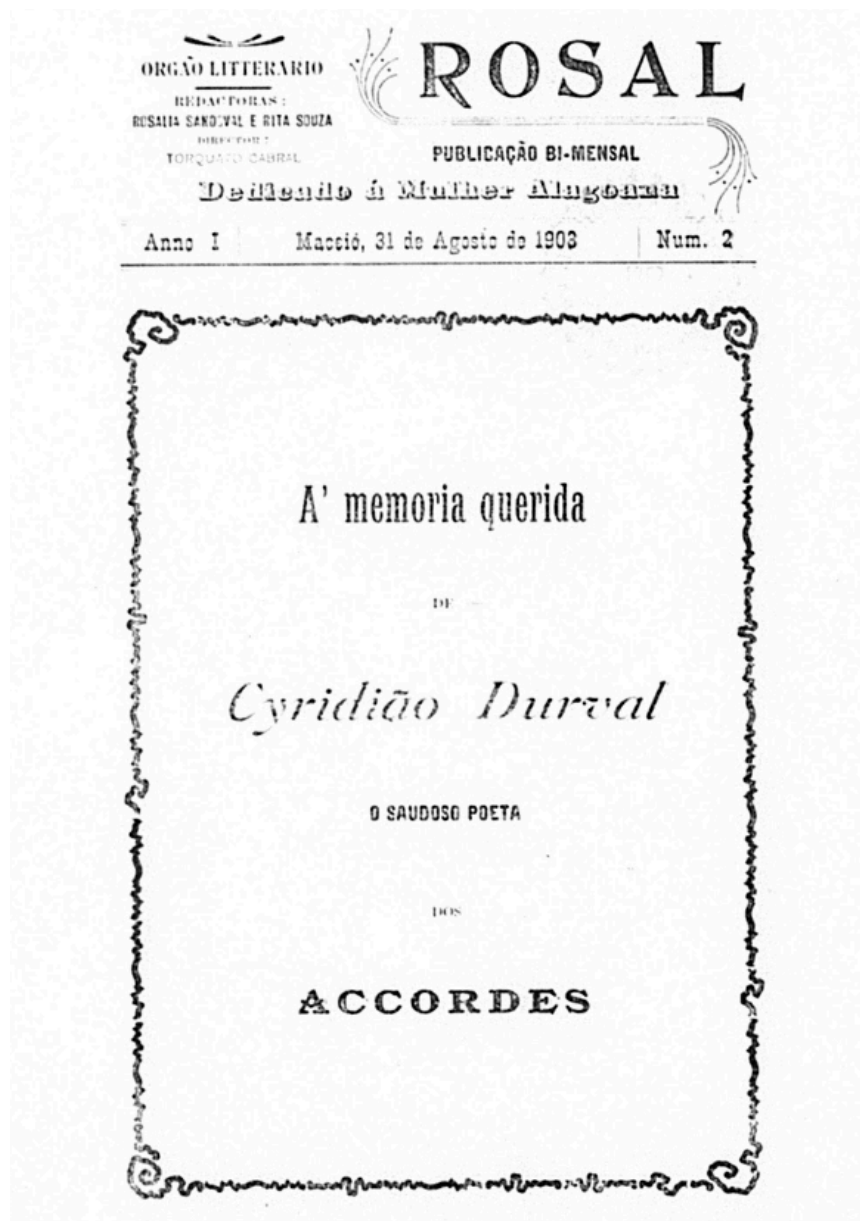
Torquato Cabral e Cyridião Durval, seus contemporâneos, já mencionados em outras partes deste trabalho, também foram homenageados pela AAL, fundada em 1919. Houve, portanto, o resgate da memória desses homens, mas nenhuma das mulheres escritoras do século XIX passou pelo mesmo tratamento. Hoje, assim como no passado, a maioria das pessoas ocupantes das cadeiras da AAL são os homens brancos.

Sebastião de Abreu morreu de forma precoce em 1909, vítima de uma pneumonia. Da poesia não conseguiu tirar seu sustento, assim como Rita Souza, que manteve as atividades como professora ao tempo que escrevia. Disso fez queixas em 1930, momento em que já tinha deixado Maceió. Em suas palavras, “Toda essa gente que trabalha, na minha terra, vive aí para um canto, como gente que para nada servisse. Sozinhos, dentro da sua produção artística [...]” (*Diário Carioca*, nº 832, mar. 1931, p. 6). Rita mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 1920, depois de realizar algumas visitas ao estado que abrigava a capital do Brasil (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, nº 108, abr. 1915, p. 2). Arrisete Costa (2015) lista a poetisa como participante do fenômeno da diáspora de intelectuais de Alagoas.

Contudo, antes de ir embora, Rita Souza trabalhou em Maceió e em outras cidades do estado como professora pública, dirigiu escolas particulares como o Partenon Alagoano e o colégio Auta de Souza (Maria das Graças Madeira, 2015). Contribuiu muito com a imprensa e teve poesias publicadas em diversos órgãos do Brasil, citando apenas os femininos teremos: *O Lyrio* (PE); *A Faceira* (RJ); *Vida Doméstica* (RJ); *Brasil Feminino* (RJ); *A Violeta* (MT).

A edição analisada de o *Rosal* prestou homenagem à memória do poeta alagoano Cyridião Durval, vítima da tuberculose em 1895. A lembrança ao poeta é feita “estampando-lhe o retrato e publicando-lhe a biografia, escrita em ligeiros traços”.

Figura 16: Segunda edição do *Rosal* (1903).



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Rita Souza, com o título “A nossa emancipação”, que reivindica direito ao voto e à educação. Dirigindo-se aos “anti-feministas”, discorre sobre as injustiças praticadas contra as mulheres, por julgarem-nas ineptas politicamente. Ela afirma que esta é na verdade a condição de muitos homens, rudes ou que agem com intenções ruins. A feministas cria uma síntese bastante significativa e simbólica dos esforços daquele período, ensaios de uma luta e do pressentimento de liberdade para as mulheres.

4. A PERSISTÊNCIA DO PATRIARCADO

Focada no presente e no uso da historiografia como ferramenta política, tentei reconhecer neste capítulo alguns dos problemas que ainda hoje, diferencialmente, afetam a vida das mulheres do estado de Alagoas, argumentando, com a ajuda do feminismo interseccional, que “o uso ou a ameaça de violência é central nas relações de poder que produzem desigualdades sociais” (Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, 2020, p. 76), enquanto processo interligado às tramas históricas e aos “dispositivos disciplinadores” de raça, gênero e sexualidade (Michel Foucault, 1998).

Em um primeiro momento, entretanto, quis falar sobre femininos, a compreensão que tenho deste campo e o porquê de reforçá-lo numa análise historiográfica sobre o estado de Alagoas. A interseccionalidade, em especial, ferramenta que auxilia na interpretação da multiplicidade das experiências femininas, pela não universalização de suas trajetórias, ajudou a perceber que, com algumas exceções, a exemplo de Rita de Souza Abreu, houve na imprensa feminina e feminista de Maceió, assim como em outras capitais, o protagonismo de mulheres brancas e o silenciamento de outras mulheridades à margem.

No Ocidente, a centralidade do pensamento de mulheres cis, brancas e heterossexuais, na elaboração da crítica feminista moderna, gerou no campo político conquistas consequentemente parciais (Thays Lima, 2022; bell hooks, 2020). Essa característica, observada nos discursos de escritoras da imprensa feminista, mostra os limites raciais, étnicos, sexuais e de classe na ampliação da cobertura de direitos para mulheres, caso da educação formal, da concorrência à empregos bem remunerados e aos cargos políticos.

Contudo, se o inter cruzamento de variados fatores as colocou em posições sociais diferentes, o que se refletia na possibilidade de cada uma poder contribuir para as concepções feministas do século XIX e XX, os estereótipos sexistas, proveniente do colonialismo europeu (Lélia Gonzalez, 2020), uniu seus corpos num patamar sempre inferior ao dos homens. Como descreve bell hooks (2020, p. 20), houve momentos, na história dos Estados Unidos, em que “líderes políticos negros reafirmaram valores patriarcais”, assim como os homens brancos “revelaram a profundidade de seu sexismo” aprovando o sufrágio de homens negros e condenando as mulheres brancas que reivindicavam direitos.

De maneira semelhante, em 1891, a primeira Constituição Republicana brasileira estabeleceu o sufrágio masculino sem discriminação racial. Outros empecilhos, no entanto, como o analfabetismo e a renda, continuariam criando barreiras à efetiva participação de

todos os homens no processo eleitoral. Para as mulheres, somente o Código Eleitoral de 1932 assegurou o seu direito ao voto, também com limitações: às casadas foi vetado exercer o direito sem autorização do marido, as viúvas e as solteiras deveriam ter renda, além da comprovação de serem alfabetizadas.

Pensando sobre isso, faço uma breve consideração sobre a violência patriarcal em Alagoas e como a sua constante ameaça de violência contra às mulheres impede que elas se movam mais livremente, seja na participação política ou na condução de suas vidas com autonomia e respeito.

4.1 Sobre feminismos

Uma episteme propriamente feminista surge em correspondência direta com a escrita política de mulheres no período moderno clássico, em fins do século XVIII. Deve, portanto, o seu desenvolvimento, às correntes do pensamento racional, associadas ao Iluminismo, que para Foucault (1999), romperam com a episteme clássica, renascentista, dos séculos anteriores. Contudo, nessa episteme moderna, foi o “homem”, branco, hétero e europeu, que ganhou centralidade, sujeito e objeto da produção de seu próprio conhecimento.

Ao tentar recuperar a história do movimento feminista e suas epistemes, algumas pesquisadoras feministas, a exemplo de Céli Pinto (2003), estruturaram as suas narrativas seguindo a ideia de “ondas”. Assim como a movimentação das ondas do mar, que pela combinação de diferentes fenômenos se propagam e também se retraem, os feminismos passariam por períodos de maior fluxo teórico e atenção política em torno de suas reivindicações (Sara Ahmed, 2022).

Essa estruturação é geralmente dividida em três “ondas”. O ponto de partida é o acima descrito, entre os séculos XIX e XX, com foco em questões relacionadas à igualdade jurídica e política das mulheres. A segunda “onda”, segundo a historiadora Joana Maria Pedro (2005, p. 79), surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, nesse momento, entre o foco dos discursos das mulheres estava o “direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres”. A terceira “onda”, a partir da década de 1990, é geralmente relacionada à emergência de discursos de mulheres não contempladas pela retórica feminista até aquele momento.

Com foco na experiência, a crítica desses anos apontou para a diversidade entre as mulheres e outros dispositivos utilizados para oprimi-las, que não poderiam ser resumidas à

divisão sexual, marcando assim, o fortalecimento de discursos feministas no Ocidentes que tomassem em perspectiva fatores ligados à raça, à sexualidade, às identidades de gênero e à estratificação em classes sociais.

Em vista do caráter universalista do enquadramento das ondas e a sua linearidade, como se fossem etapas fixadas, a luta e os pensamentos de mulheres do Sul, negras, indígenas, camponesas, etc., não foi tomada do ponto de vista do feminismo, principalmente por não ligarem-se à fatores de opressão exclusivamente da ordem do gênero ou estarem dispostas na temporalidade das “ondas” descritas acima.

Ao invés de investir no caminho das “ondas feministas”, ainda que admita sua utilidade explicativa das inflexões teóricas e práticas das feministas, nascidas na modernidade e em diante, prefiro pensá-lo, neste trabalho, como a historiadora Gerda Lerner (2022, p. 35) e outras feministas, para quem o feminismo é antes uma certa consciência: a “[...] percepção das mulheres de que pertencem a um grupo subordinado; de que elas sofreram injustiças como grupo; de que a condição de subordinação delas não é natural [...]”.

A partir dos registros históricos que reuniu, a historiadora Gerda Lerner observa que muito tempo antes do ingresso de mulheres em universidades, a crítica feminista de textos bíblicos resultou em teorias alternativas para a interpretação do mundo que não passassem pela inferiorização social das mulheres. Esse é um dos argumentos utilizados por ela para mostrar a reação feminista de mulheres que buscavam autonomia e o acesso à poderes espirituais, vetado a elas com base na interpretação bíblica masculina.

Segundo Lerner, está imbricada na consciência feminista o desejo de reparar injustiças, oferecendo outras visões de mundo que rebatam a lógica patriarcal. Apesar das limitações das fontes históricas para reforçar suas ideias, defende que “uma vez que existia o patriarcado, deve ter havido mulheres que pensavam em oposição a ele” (*ibid.* p. 34).

O surgimento do patriarcado⁵⁹, conforme Lerner (2019), remonta a 3100 e 600 anos a.C, no período neolítico. Seu desenvolvimento como estrutura de dominação masculina teria iniciado com o aparecimento das primeiras sociedades agrícolas, entre a Mesopotâmia e o Egito. A noção de propriedade privada e as teorias que justificavam a inferioridade das mulheres, que poderiam ser subjugadas, vendidas ou trocadas, legitimou os homens como naturais detentores do poder econômico e do prestígio social.

⁵⁹ A boliviana Julieta Paredes (2010) sustenta que houve um patriarcado pré-colonial, portanto, anterior às estruturas patriarcais européias, em diversas comunidades indígenas. O patriarcado, como sistema de dominação masculina, para a feminista indígena, já estava presente no território com especificidades culturais próprias.

A negação às mulheres de sua história reforçou a aceitação da ideologia do patriarcado e enfraqueceu a noção de valor próprio da mulher individualmente. A versão masculina da história, legitimada como a “verdade universal”, apresentou as mulheres como marginais à civilização e como vítimas do processo histórico (ibid., p. 304).

O nascimento localizado do patriarcado e a sua aparência hoje universal tem a ver com outro fenômeno que lhe é posterior, o colonialismo Ocidental. Oyèrónké Oyèwùmí (2021, p. 2013), socióloga nigeriana de origem iorubá, tensionou a validade das discussões feministas sobre o patriarcado em sociedades pré-coloniais. Para ela, assim como a ideia de “Mulher/mulheres”, devemos levar em conta a dimensão social e histórica da construção dos termos, localizados nas culturas ocidentais, removendo sua pretensão de universalidade.

Partindo dessas concepções, é possível situar, no caso das sociedades da América Latina, a herança histórica “das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas” (Lélia Gonzalez, 2022, p. 119). Além disso, no contato com outros povos, implantando a lógica de subjugação já utilizada com as mulheres de seu grupo, os homens ocidentais desenvolveram novas noções de inferiorização. A socióloga argentina María Lugones (2014, p. 936-937) defende que

As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e portanto não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas. Mesmo que nesse tempo a compreensão do sexo não fosse dimórfica, os animais eram diferenciados como machos e fêmeas, sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho. Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina.

Do encontro com a literatura feminista, acadêmica e não acadêmica, com as ativistas e os movimentos sociais que carregam essa bandeira, pude ampliar meus saberes a respeito das teorias e práticas feministas. A narrativa das “ondas”, por sua parcialidade, levaram-me a compreender que os discursos das feministas envolvidas na produção dos periódicos que analisei, relativos aos séculos XIX e XX, não correspondem à realidade de todas as mulheres que viveram naquele mesmo período, sendo necessário entender as muitas disparidades entre elas, criadas pelo “sistema moderno colonial de gênero”, modo como Lugones (2014) nomeia a interação entre colonialismo, raça e gênero na modernidade.

A crítica decolonial da qual Lugones é uma das representantes surgiu na segunda metade do século XX, em torno da questão central da “colonialidade do poder”, os efeitos causados pelo colonialismo e a permanência de suas estruturas na cultura, nas práticas políticas e econômicas de países independentes. Para Ochy Curiel (2019, p. 231-232),

antropóloga social e feminista afro-dominicana, apesar dos intelectuais Aimé Césaire e Frantz Fanon terem se constituído como referências nesses estudos, ele partiu de “lutas concretas pela descolonização e da luta contra o apartheid em África e Ásia, nos anos 50 e 60, da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e de um feminismo feito por mulheres racializadas desde os anos sessenta”. Ainda de acordo com Curiel, esses intelectuais desafiaram “o eurocentrismo do pensamento e das análises políticas”, mas não se preocuparam em pensar categorias como sexo e sexualidade.

Assim como a historiadora feminista Françoise Vergès (2020, p. 23), ciente de que houve um processo de “cooptação das lutas das mulheres pelo feminismo civilizatório”, insisti em reivindicar-me feminista por reconhecer a “emergência de um feminismo político decolonial amplo, transnacional e plural”. Com os feminismos, consonante com Ochy Curiel (2019), aprendi a “suspeitar de tudo”, os discursos feitos em nome dos feminismos não são uma exceção a essa regra.

A cientista política Luciana Ballestrin (2020, p. 4) marcou a tensão interna no campo dos feminismos nas últimas décadas propondo uma divisão. De um lado, ela colocou o que poderíamos chamar de “feminismo hegemônico do Primeiro Mundo ou Norte Global: elitista, ocidental, branco, universalista e etnocêntrico”. Do outro, os “feminismos subalternos”, pautados em questões geopolíticas, etnoraciais e culturais. Para ela,

A expressão “feminismos subalternos” é capaz de abarcar uma pluralidade constitutiva dos feminismos contemporâneos, auxiliando na compreensão do paradoxo da representação feminista. Por meio dela, é possível incluir movimentos amplos e específicos de mulheres e feministas (acadêmicas, ativistas, autônomas, partidárias), tais como o feminismo pós-colonial, terceiro-mundista, transcultural, fronteiriço, latino-americano, “do sul”, “de cor”, negro, indígena, comunitário, lésbico, islâmico (ibid., p. 4-5).

A divisão feita por Ballestrin ajuda a explicar que as ideias do periodismo feminista de Maceió, que em quase nada se diferencia da imprensa feminista de outras cidades, na transição entre os séculos XIX e XX, aproximam-se mais do “feminismo hegemônico”, associado às mulheres cisgêneras, de classe média ou da elite branca, do Norte Global ou Primeiro Mundo, que exerceu uma forte influência cultural sob a formação do movimento feminista brasileiro, a ponto de servi-lhe como modelo.

Segundo a filósofa feminista Silvia Federici (2018, p. 160), na contemporaneidade as ideias de mulheres, apontadas como representantes do “feminismo hegemônico”, foi capturada por organizações e instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do

Fundo Monetário Internacional (FMI), para “ensinar às mulheres das ‘colônias’ a desenvolver as ferramentas necessárias para se integrar à economia mundial”.

A perspectiva dessas feministas, preocupadas somente com a integração das mulheres ao mundo do trabalho e a sua igualdade jurídica, semelhante ao século XIX, pouco problematizou a exploração capitalista da força de trabalho e o epistemicídio nas culturas que foram imersas nos poderes da colonialidade, que anula e desqualifica seus conhecimentos num “processo persistente de produção da indigência cultural” (Sueli Carneiro, 2005, p. 97).

Entendo os feminismos como um campo fértil para a luta de todas as pessoas, desde que suas categorias não “neutralizem” outros problemas, como alertou a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (2022). Escrevendo no final da década de 1970, ela expôs a exclusão das mulheres negras de textos de feministas do Brasil e o “confinamento” da comunidade negra do país. A atualidade de sua produção encontra-se na solidez das hierarquizações raciais que modelam historicamente a distribuição e o acesso aos poderes. Concretamente, ela precariza a possibilidade do bem viver⁶⁰ para a população negra de nosso país.

O ingresso de feministas no ambiente acadêmico, espaço progressivamente ocupado por mulheres brancas no século XIX, reverberou na produção de fundamentos teóricos que permitiram leituras e interpretações feministas do mundo. De acordo com Margareth Rago, “os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista”, porém, isso só foi possível pela desuniversalização e dissonâncias dentro do próprio movimento feminista, pela escrita e pelo ativismo de mulheres que apresentaram outras experiências fora do padrão branco, cishétero e nortecêntrico.

Interesso-me pela crítica feminista contemporânea pela sua capacidade de metamorfose e de olhar a si mesma, admitindo inconsistências, fragilidades e a produção de saberes sempre parciais, situados (Donna Haraway, 2009). Como porvir e esperança, os

⁶⁰ O direito ao bem viver é uma categoria mobilizada por movimentos sociais da América Latina para contrapor o bem-estar individualista pregado nas sociedades capitalistas. No Brasil, é um chamado à luta feito pela Marcha das Mulheres Negras. Desde 2015, quando ocorreu a primeira marcha em Brasília-DF, esse movimento reúne mulheres brasileiras em torno dos temas da violência, do sexismo e do racismo, entre outros problemas que afetam de maneira acentuada as mulheres negras. O bem viver trata de uma visão coletiva e harmônica da sociedade. A jornalista negra brasileira Rosane da Silva Borges tem um interessante texto sobre o assunto, *Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e pelo bem viver!*, disponível no Portal Geledés: https://www.geledes.org.br/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-e-pelo-bem-viver/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwn9y1BhC2ARIsAG51Y-67to4H9zO25OcYWErHQMkrOPG66Rlo6os9AMtjcWo_lzeUzRfVb98aAi9aEALw_wcB. Acesso em: jul. 2024.

feminismos servem também para continuarmos ensaiando lutar, conectando nossas histórias para reagir contra os poderes que tentam objetificar nossos corpos.

4.2 Violência patriarcal

Heleieth Saffioti, socióloga feminista brasileira, escrevendo na segunda metade do século XX, insistiu na utilização da categoria patriarcado para explicar a relação entre homens e mulheres. A categoria sofreu duras críticas por ser tomada em muitos trabalhos feministas como um fenômeno universal, a-histórico. A adoção crescente de “gênero” como categoria de análise nas pesquisas humanas e sociais parecia poder substituir tranquilamente o uso do patriarcado, movimento que Heleieth Saffioti não tomou parte, sustentando que seria possível, então, delinear os limites e fronteiras históricas das relações patriarcais, cuja importância reside em poder destacar a exploração e dominação das mulheres.

Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado (Heleieth Saffioti, 2015, p. 110).

Observei em minha pesquisa, como parte da justificativa de sua produção, os números da violência contra as mulheres de Alagoas, para quiçá contribuir nessa dimensão de análise do enraizamento patriarcal entre nós. No ano de 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou o registro de casos de feminicídio no Brasil em 2022. Acompanhando a elevação das taxas nacionais, Alagoas teve 1,9 casos de feminicídio para cada 100 mil habitantes⁶¹. Desse modo, ele é o segundo colocado na ordem dos estados mais letais para mulheres do Nordeste, atrás apenas do Maranhão.

Os motivos mais comuns [do feminicídio] são: ódio, desprezo ou sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres; não aceitação do fim do relacionamento; ciúmes; menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher (Alagoas, 2022, p. 75).

⁶¹ Albuquerque, Tamara. Alagoas é o 2º estado mais violento para mulheres no Nordeste. *Jornal Extra*. 20 jul. 2023. Disponível em: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/07/93321-alagoas-e-o-2o-estado-mais-violento-para-mulheres-no-nordeste>. Acesso em: 14 ago. 2023.

É o que diz o *Mapa da violência contra a mulher em Alagoas*⁶², organizado pela Comissão Mulher Segura da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas. O *Mapa* está dividido em três partes: violência doméstica, estupro e feminicídio. Cada uma delas conta com a definição desses tipos de crime, os textos de lei em que são autuados, formas de prevenção (políticas públicas estratégicas para o enfrentamento) e os serviços de acolhimento às vítimas disponíveis em Alagoas. Além disso, o documento traz os dados numéricos dessas violências praticadas na capital e demais municípios em 2021, todavia, inclui apenas os crimes contra mulheres cisgêneras.

Dos crimes tipificados como violência doméstica foram 5.741 registros, “O município que mais teve incidência de violência doméstica foi Maceió, com 43% do número total de casos” (ibid., p. 20). Pela proporção de habitantes, a capital está em terceiro lugar entre as cidades com o maior número de registros da violência doméstica, sobretudo os bairros do Benedito Bentes, Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Jacintinho.

Ainda que o maior índice de denúncias aponte esses locais, bairros populares da capital, onde há um grande número de pessoas negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as violências aqui elencadas são difusas entre as classes. Segundo Andrea Pacheco de Mesquita (2016, p. 247), professora da Faculdade de Serviço Social da UFAL, a violência doméstica é “democrática”, pois acontece em todos os meios. Nela estão presentes as marcas da “lógica patriarcal e machista, colocando de um lado a mulher na condição de dominada e submissa, e de outro, o homem na condição de dominador e opressor”. A reprodução desses comportamentos revela o “processo de disciplinamento de gênero”, que utiliza “violência simbólica, física e sexual” para a subjugação feminina (ibid.).

É preciso que as pessoas vitimadas por essa violência, bem como a sociedade em geral, saibam que esse é um elemento estruturador das sociedades onde a lógica patriarcal foi infundida. O periódico *O Feminista*, em 1902, reproduziu em suas páginas uma crônica da literata feminista Júlia Lopes de Almeida, a qual trata de modo literário a violência contra as mulheres. O seu texto inicia com um tom de conto de fadas, analogia que a escritora deve ter buscado para fazer referência ao início de um relacionamento, ou assim foi a minha interpretação.

62

Disponível em:
<http://mulhersegura.seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Mapa-da-Viol%C3%Aancia-Contra-a-Mulher-Alagoas-2021.pdf>. Acesso: 14 ago. 2023.

Daqui a umas largas dezenas de anos quem for amigo de ler crônicas deste século XX, que desponta com aspirações de paz universal e bondade aperfeiçoadores do coração humano, poderá dizer que nestes dias houve um rei, que por amor da sua dama quebrou as mais rijas lanças (*O Feminista*, Maceió, nº. 1, 09 fev. 1902, p. 4).

O título da crônica, *Bruto!*, antecipa misteriosamente o tratamento dispensado à “dama” que, inicialmente, foi alvo de tanto amor. Não seria o único trabalho literário de Júlia Lopes de Almeida em que denunciou à violência contra as mulheres. Conforme Iaranda Jurema Ferreira Barbosa (2021, p. 4), doutora em Teoria da Literatura pela UFPE, as violências retratadas nas obras da escritora “vão além das questões puramente literárias e transpassam as fronteiras da ficção”.

Mesmo difusa, posicionalidades de classe, raça, sexualidade e escolaridade, entre outras, impactam diretamente na possibilidade de ser uma vítima, poder denunciar e sobreviver às violências. Um dos dados que exemplifica isso tem relação com os crimes de estupro em Maceió no ano de 2021. Cerca de 43% das ocorrências registradas tiveram por vítimas mulheres “vulneráveis”, total de 29 mulheres. Entre elas, 10 são “mulheres com distúrbio ou deficiência mental” (Alagoas, 2022, p. 65).

Principalmente para o estupro, a condição de vulnerabilidade da vítima parece chamar a atenção dos agressores, talvez pelo fato de imaginarem que terão mais êxito na configuração do crime (manipular/dominar) e depois no silenciamento da vítima, de modo que fiquem impunes. Na capital ainda foi registrado, em 2021, o maior número de ocorrências de estupro em Alagoas (45%). Ela está atrás apenas de Marechal Deodoro, considerando dados percentuais, onde essa prática criminosa esteve mais presente entre a população. O bairro Benedito Bentes aparece novamente concentrando uma boa quantidade dessas denúncias, contudo, 55% das ocorrências não revelam o local do crime, mostrando a fragilidade dos registros dessa e de outras violências praticadas contra as mulheres (Andrea Mesquita, 2016; Anne Lima, 2018).

A socióloga Anne Caroline Fidelis de Lima (2018, p. 62) explica, em sua dissertação de mestrado, que “Apesar do surgimento da denominação ‘*feminicide*’ ter se dado inicialmente por uma pesquisadora europeia em 1976, foi na América do Sul que o conceito se alargou”, em vista do desaparecimento e assassinato de mulheres no México. Para Anne Lima, esteve em questão nesse contexto histórico, em território mexicano, a persistência da “forma”, “método” e “vitimização feminina”. As conceituações criadas para problematizar este e outros tipos de violência contra mulheres, suas especificidades e motivações sexistas,

criaram um campo específico na década de 1970. As pesquisadoras feministas que desejavam levar adiante essas investigações uniram-se no campo da criminologia feminista.

Ainda de acordo com essa socióloga, as problematizações feitas sobre o padrão de violência voltado contra mulheres permitiu “desnaturalizar a violência doméstica” e “desestabilizar a ideia de sacralização do lar”. Tornar relações de “âmbito privado” também políticas é uma conhecida pauta dos discursos feministas chamados de “segunda onda”. Na década de 1960, a criminologia feminista trouxe “à tona a necessidade de intervenção do Estado” para criminalizar o “comportamento violento no âmbito familiar” (ibid., p. 72).

O feminicídio é, em muitos casos, o destino final de mulheres que sofrem violência doméstica, mas somente se tornou termo do Código Penal brasileiro em 2015, através da Lei nº 13.104. Além de integrar o feminicídio ao rol dos crimes hediondos, que possuem elevação da pena, a lei tipificou-o como “homicídio qualificado” praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, podendo envolver “violência doméstica e familiar” e o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Brasil, 2015).

Segundo o *Mapa da violência contra a mulher em Alagoas*, “muitas dessas mortes poderiam ser evitadas se a violência contra as mulheres não fosse banalizada e tolerada”, conduta que parte das instituições e de grande parte da sociedade de nosso estado (Alagoas, 2022, p. 77). Em 2021, 24 mulheres foram assassinadas em crimes de feminicídio em Alagoas, desse total, 25% na cidade de Maceió. Em razão proporcional, somente o município de São José da Laje ultrapassa esse número, com 13% das mortes.

O perfil das mulheres vítimas de feminicídio inclui serem menores de 18 anos. Assim como nos crimes de estupro e violência doméstica praticados em 2021, mulheres negras (somatório de pardas e pretas) foram mais que 50% das vítimas. Taxa que não se altera muito em relação aos anos anteriores, apontando a necessidade do estudo dos dados mencionados ser feito numa perspectiva interseccional, para a elaboração das políticas públicas (Lélia Gonzalez, 2021; Kimberlé Crenshaw, 2020), que serão ineficazes ao desprezar os intercruzamentos de gênero, raça, sexualidade e classe que constituem nosso meio, sobretudo na capital.

Sobre os dados mencionados até agora, cabe observar a crítica de Letícia Nascimento (2021, p. 176), porque “os órgãos oficiais de pesquisa não incluem dados concretos sobre as violências sofridas por travestis e transexuais”, ficando a cargo de movimentos sociais a realização de levantamento dos casos de transfeminicídio e outras violências contra pessoas não cisgêneras ocorridos no país. É por materiais estatísticos produzidos pela Associação

Nacional de Travestis e Transexuais — ANTRA, e/ou o Instituto Brasileiro Trans de Educação — IBTE, que poderemos obter tais informações.

Performances femininas em corpos de transexuais e travestis aproximam esse grupo do rebaixamento social vivenciado por mulheres cisgêneras. Voltando-se à Leticia Nascimento, sabemos que “além do ódio ao feminino, junta-se a aversão ao fato dessas corporalidades romperem com os seus supostos destinos sociais em um viés naturalizante” (ibid., p. 174). Assim como no caso das mulheres cisgêneras, os intercruzamentos de classe e raça definem a maioria das vítimas de violência transfóbica.

De acordo com Lélia Gonzalez (2022, p. 127),

É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento.

Contudo, por nosso cenário recente, vemos que o patriarcado, dia a dia, continua colecionando vitórias sob as lutas históricas das mulheres, com raízes e ramificações poderosas em Alagoas. Foi nesse estado que o projeto Escola Livre⁶³, numa variação do Escola Sem Partido, teve sua primeira aprovação no Brasil, em abril de 2016 pelo legislativo estadual⁶⁴. Não fosse por sua inconstitucionalidade e consequente revogação⁶⁵, estaria sendo utilizado como ferramenta para cercear o ensino crítico nas escolas públicas.

É na escola pública, não obstante suas insuficiências crônicas em incutir uma formação crítica e comprometida com a participação política democrática, que estudantes convivem lado a lado com a pluralidade e acessam saberes sobre a condição desigual dos indivíduos em sociedade, aprendem seu lugar no mundo e suas ferramentas de reação contra a precariedade.

⁶³ Em síntese, os projetos baseados no “Escola Livre” prevêm que docentes não podem opinar sobre diversos temas em sala de aula, mantendo uma suposta “neutralidade” política, religiosa e ideológica.

⁶⁴ Alagoas aprova “Lei da Mordaca”, que proíbe professores de opinar em sala de aula. *União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES*. 29 abr. 2016. Disponível em: <https://ubes.org.br/2016/alagoas-aprova-lei-da-mordaca-que-proibe-professores-de-opinar-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

⁶⁵ AMORIM, Felipe; OLIVEIRAS, Marcelo. STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional. *UOL*. 21 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contr-lei-de-alagoas-inspirada-n-o-escola-sem-partido.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Na contramão dos discursos conservadores, sinalizados por projetos políticos como o “Escola Livre”, que tenciona manter a centralidade e a universalização da experiência da raça branca e do masculino (cisheteronormativo) nas narrativas históricas, proponho seguir uma prática feminista comprometida com a desuniversalização do sujeito masculino, heterossexual e branco na produção e no ensino de história em Alagoas.

4.3 Política: uma difícil inserção

Andrea Pacheco de Mesquita (2013), discutiu a participação de mulheres na política alagoana a partir da noção de “arquétipo viril”, um modelo que centraliza no homem a autoridade sob os rumos do passado e do presente de nossa sociedade. Todavia, esse arquétipo tem outras dimensões implicadas a ele, por isso não pode ser resumido ao sexismo, ele produz também margens étnicas, etárias, de raça e de classe.

A participação das mulheres cisgêneras em diversos cargos administrativos do estado de Alagoas, número crescente desde a redemocratização do Brasil, parece ter possibilitado a criação de projetos, secretarias, delegacias, conselhos, fóruns e conferências. Espaços com o objetivo de conhecer a “condição das mulheres”, mas que deveriam também ser propositivos, uma vez que dariam forma a projetos e ações com selo do poder público.

Em 2002, a agente policial e sindicalista negra Vanda Menezes recebeu o convite do governador Ronaldo Lessa (PSB) para inaugurar a Secretaria da Mulher do Estado de Alagoas, atualmente Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos - SEMUDH, onde permaneceu até 2006⁶⁶. Ela já havia integrado a criação da Associação Cultural Zumbi⁶⁷ em 1979. Foi também a primeira mulher negra Secretária da União Brasileira de Mulheres — UBM, associação fundada em 1988 em São Paulo. Entre outras atuações, em 2002, foi presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina durante seis meses.

Apenas em 1932 a legislação brasileira garantiu o direito às mulheres de votar e de serem candidatas. Um pouco antes, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte modificou sua Lei Eleitoral retirando a “limitação de sexo” que impedia a participação de mulheres nas eleições. Um registro fotográfico permite que conheçamos algumas das primeiras eleitoras brasileiras daquele estado.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/vanda-maria-menezes-barbosa-1960/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁶⁷ Sobre esta Associação, recomendo o artigo *Um Movimento Negro em Alagoas: A Associação Cultural Zumbi (1979-1992)*, do historiador Jefferson Santos da Silva (2013, p. 10). O autor defende que a Associação Cultural Zumbi privilegiou a “afirmação cultural da luta negra em detrimento de uma postura política reivindicatória”. Disponível em: <https://inegalagoas.files.wordpress.com/2013/07/artigo-kule-kule-pdf.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Figura 17: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal (RN), 1928.



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.

Nesse estado uma mulher conseguiu ser eleita pela primeira vez no Brasil e em toda a América Latina: Luiza Alzira Teixeira Soriano (1896-1963) ocupou o cargo de prefeita da cidade de Lages em 1929⁶⁸. Alguns anos depois teríamos também a nossa pioneira. Maria José Salgado Lages (1907-2003) foi eleita deputada estadual de Alagoas em 1934, pelo Partido Republicano (PR). Lily Lages, como era conhecida, nasceu em Maceió em 1907, era branca e da classe alta da cidade, isso a permitiu estudar em escolas de Maceió e do Recife. Em 1931, obteve o diploma de médica pela Faculdade de Medicina da Bahia e logo se tornaria “a primeira mulher titular de uma cátedra em curso de Medicina no Brasil”, na mesma faculdade em que estudou (Enaura Rosa e Silva; Edilma Bonfim, 2007, p. 195).

Figura 18: Fotografia de Lily Lages em cerimônia de posse como deputada da Assembleia Legislativa de Alagoas, 26 de maio de 1935.

⁶⁸ s/a. Alzira Soriano: A primeira prefeita mulher do Brasil. *Mulheres de Luta*. 24 jul. 2021. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/alzira-soriano/>. Acesso em: 19 ago. 2023.



Fonte: Fundo Federação Brasileira para o Progresso Feminino.⁶⁹

Em 1932, Lily Lages fundou junto a outras mulheres a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (FAPF), “em cerimônia solene [...], no Salão Nobre do Instituto Histórico. Nessa sessão, foi eleita presidenta da organização [...]” (Schuma Schumacher, 2004, p. 100). O surgimento da FAPF é geralmente apontado como o marco inicial da presença do movimento feminista em Alagoas⁷⁰.

A obra *Dicionário Mulheres de Alagoas*, por exemplo, aponta que em Maceió “a adesão ao movimento feminista segue paralela à história desse movimento a nível nacional” (Enaura Rosa e Silva; Edilma Bonfim, 2007, p. 47), especificamente pela apropriação das

⁶⁹

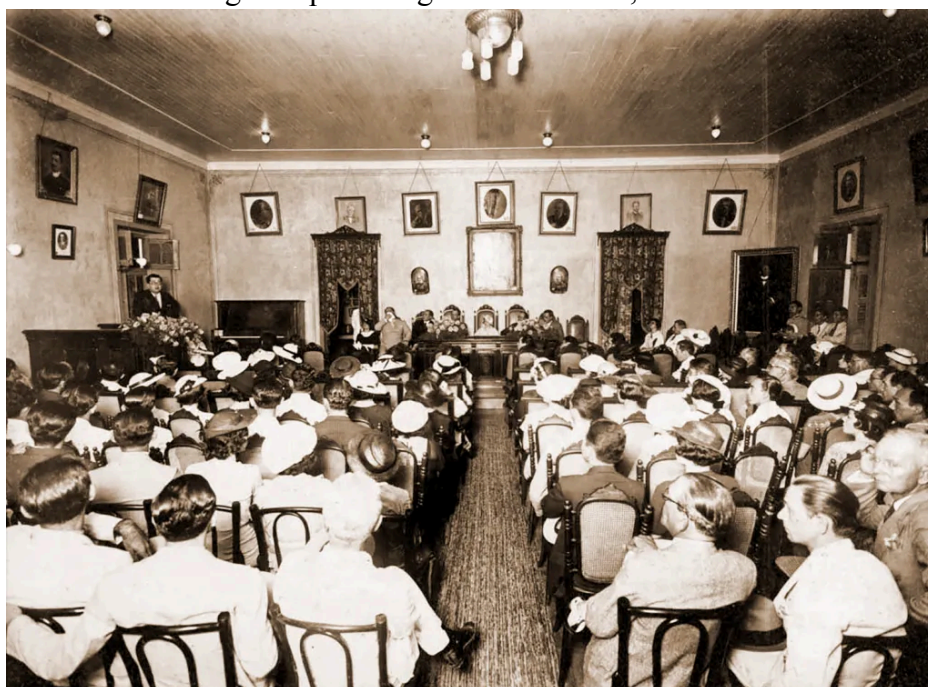
Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/serie-mulheres-e-o-arquivo-lily-lages. Acesso em: 22 ago. 2023.

⁷⁰ Essa afirmação é, no entanto, questionável, não pela existência dos periódicos feministas, pois eles não sinalizam propriamente um movimento. Entretanto, existiu na cidade de Maceió, anterior à criação da FAPF, o Grupo Feminista Operário, totalmente desconhecido da bibliografia que consultei. Na realidade, até o presente momento, só encontrei uma referência ao Grupo, numa edição de maio de 1910 do jornal *Gutenberg*. A notícia dada pelo jornal refere-se à programação da solenidade do 1º de maio, “consagrado ao operariado Universal”, organizada pelo tal Grupo Feminista Operário (1º de maio. *Gutenberg*, nº 92, mai. 1910, p. 2). É possível que esse grupo tenha originado-se da “Seção feminina da União Operária Alagoana”, presente pelo menos desde 1905 em Maceió. Isaura Lemos foi sua primeira secretária (Salão Azul. *Gutenberg*, nº 167, ago. 1905, p. 3).

ideias e métodos defendidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada no Rio de Janeiro em 1922 e liderada pela feminista Bertha Lutz (1894-1976).

Ainda segundo essa obra, os grupos de mulheres formados sob influência dessa perspectiva tinham como foco ações assistencialistas e a defesa de direitos como a educação e o voto. Enquanto médica e parlamentar, Lily Lages teve uma atuação bastante correspondente com esses ideais, defendeu o acesso à saúde, o cuidado com as gestantes e as crianças.

Figura 5: Fotografia do professor Arthur Ramos professando conferência na Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, em 1934.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Na fotografia notamos a presença de um público de gênero misto, mas as senhoras parecem estar em maior número. Os trajés, as cadeiras enfileiradas, todas lotadas, assim como a mesa solene, à frente das/os convidadas/os, demonstram o ar de formalidade da reunião. Além do palestrante, mais cinco homens ocupam a mesa central, ao lado de duas mulheres. O centro da mesa é provavelmente ocupado pela presidenta da FAPF, Lily Lages, e no seu canto direito a secretária Linda Mascarenhas, professora e atriz de Maceió.

Algumas aproximações podem ser feitas entre ela e Alzira Soriano, também Bertha Lutz, que em 1962 visitou Maceió e falou à FAPF, desde 1938 presidida por Linda Mascarenhas. Elas todas descendiam de famílias com recursos econômicos e algum renome social, entretanto, ao adentrarem o campo da disputa política eleitoral destacaram-se pelo pioneirismo. Lutz encorajou a candidatura de mulheres, ao mesmo tempo em que contribuiu

para a criação das Federações pelo país, integrando ações nacionais e internacionais compatíveis com suas propostas. A historiadora Thays de Souza Lima analisou criticamente a origem elitista das mulheres que obtiveram protagonismo nas Federações, e questionou o alcance de suas ações, em vista do

[...] caráter liberal presente nos discursos, uma vez que separava as questões de cunho público das de cunho privado, desconsiderava outras formas de dominação e sujeição que as demais mulheres podiam sofrer. Lily Lages, bem como suas companheiras de outras Federações, foi exitosa na conquista de direitos políticos e incentivos sociais. Contudo, apesar dos esforços, as mudanças propostas pelas feministas liberais não eram suficientes para abranger mulheres de outros estratos da sociedade. (Thays Lima, 2022, p. 265).

Apenas em 1974, quando vigorava o regime de exceção da ditadura civil-militar e o bipartidarismo, outra mulher seria eleita para o mesmo cargo político ocupado por Lily Lages, mas há poucas informações sobre Luíza Evangelista da Silva, filiada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De todo modo, a inserção mais consistente das mulheres na cena eleitoral do estado só se deu a partir da década de 1990, de lá para cá, ao menos uma mulher foi eleita nos pleitos para deputada estadual. O mesmo não pode ser dito para o cargo de deputada federal⁷¹.

A primeira a exercer função de deputada federal foi Josefa Santos Cunha, mais conhecida como Ceci Cunha, filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). De “família humilde”, “cortava palma para o gado do pai não morrer na seca, fato comum na região em que morava”, município de Feira Grande, agreste alagoano (Enaura Rosa e Silva; Edilma Bonfim, 2007, p. 77). Conseguiu se formar no curso de medicina com especialidade em obstetrícia. Entre 1988 e 1994 foi vereadora da cidade de Arapiraca (AL). No final do mandato de vereadora foi eleita deputada federal. Conseguiu ser diplomada novamente para o mesmo cargo em 1998, porém, tragicamente, no mesmo dia de sua diplomação, homens armados invadiram a sua casa e assassinaram-na⁷². As pessoas da família de Ceci Cunha que testemunharam essa ação violenta tiveram o mesmo destino da deputada, que nem chegou a

⁷¹ Quanto aos municípios, para o cargo de vereadora houveram candidaturas vitoriosas desde 1958. A maioria das mulheres que foram eleitas para esse cargo, entre 1965 e 1976, integravam a Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Este levantamento pode ser encontrado na obra *Gogó de Emas*, entre as páginas 109 e 111.

⁷² Há 24 anos, deputada Ceci Cunha e familiares eram assassinados por deputado. *Aventuras na História*. 16 out 2022. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/ha-24-anos-deputada-ceci-cunha-e-familiares-eram-assassinados-por-deputado.phtml>. Acesso em: 27 jun. 2023.

tomar posse. Talvane Albuquerque, candidato derrotado nas eleições e suplente do cargo de Ceci Cunha, foi quem encomendou o crime⁷³.

Ceci Cunha chegou a ser candidata a vice-governadora em 1998, mas não prosseguiu com a candidatura. Médica e professora da UFAL, Ângela Maria Moreira Mendonça Canuto, à época filiada ao Partido Democrático Brasileiro (PDT), foi a primeira candidata ao cargo de governadora em 1994. Segundo Andrea Mesquita e Ana Alice Alcântara (2013, p. 6), “Mesmo não ganhando as eleições, a candidatura desta mulher significou uma ruptura com a noção de um espaço exclusivamente masculino”. Depois dessa tentativa, outras mulheres foram candidatas, entretanto, nenhuma chegou a ocupar a função de governadora de Alagoas até o momento.

A terceira deputada estadual eleita foi Selma Bandeira (1944-1986), no ano de 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB. Bandeira nasceu na cidade de Delmiro Gouveia, sertão de Alagoas. Ainda jovem, começou a militância política no movimento estudantil integrando a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA), posteriormente, participou da União Brasileira dos Estudantes (UNE) quando era aluna do curso de medicina da UFAL.

Em 1966, Selma Bandeira esteve presente na criação do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi perseguida pela polícia do regime civil-militar e em 1978 tornou-se uma das últimas lideranças do partido a ser presa. A Lei da Anistia — nº 6.683 —, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 1979, possibilitou que Bandeira saísse do *Presídio Feminino Bom Pastor*, no Recife, onde ficou encarcerada por 1 ano e 3 meses. Antes de ser presa teve familiares capturados e torturados pela polícia do regime para que entregassem o seu paradeiro.

Durante o mandato de deputada, Selma incentivou “a reforma agrária, a expansão do saneamento no estado, melhorias na política de saúde e, em particular, a recuperação do Hospital Universitário, que estava em situação crítica” (Schuma Schumacher, 2004, p. 111). Bandeira morreu em um acidente de carro em 1986, quando fazia campanha para as eleições daquele ano. Disputava o cargo de deputada federal. Ao seu lado morreu "Noraci Pedrosa, sua companheira na luta pelos direitos da mulher" (*Ibid.*).

⁷³ Talvane Albuquerque perdeu o mandato de Deputado Federal na legislatura 1999-2003, acusado por esse crime, conhecido como “chacina da Gruta”. Sua condenação, no entanto, só ocorreu em janeiro de 2012, com pena de mais de 100 anos de prisão. Em outubro de 2021, ele deixou a prisão pela progressão da pena para o regime semiaberto.

A historiadora feminista Ana Paula Palamartchuk (2023, p. 113) revela que entre os anos de 1975 e 1985, final do regime da ditadura civil-militar no Brasil, os movimentos sociais tiveram um crescimento esponencial, “destacam-se muitas organizações de mulheres e organizações abertamente autoidentificadas como feministas”. Ela conta também que conseguiu mapear ao menos 275 organizações atuantes no país. Na década de 1980, surgiram as organizações formadas por mulheres e feministas alagoanas, das quais Selma Bandeira e Noraci Pedrosa fizeram parte. Segundo o *Dicionário Mulheres de Alagoas* (2007), entre as organizações que tiveram uma postura talvez mais crítica, quanto ao lugar tradicionalmente atribuído às mulheres cisgêneras, estão a UMMA – União das Mulheres de Maceió (1982), o CEMA – Centro da Mulher Alagoana (1985) e o Pró-Mulher.

A UMMA, organização estudada pela historiadora Adrícia Bonfim (2022), surgiu depois da realização do *I Encontro das Mulheres Alagoanas*, em 1982, evento que reuniu mulheres de diversas partes do estado. Bonfim, ao listar as reivindicações desse grupo, demonstra que as questões de cunho racial e de classe não estavam fora de suas preocupações, em especial, por essas mulheres serem capazes de visualizar as violências sofridas por mulheres cisgêneras trabalhadoras domésticas e do campo. No entanto, a maioria de suas integrantes foram “mulheres da classe média ligadas à universidade” (Adrícia Bonfim, 2022, p. 44).

A UMMA promoveu diversos eventos e ações levando as mulheres alagoanas a discutirem sua condição de exploração e de desigualdade, atrelando as discussões sobre os direitos das mulheres a pautas regionais e nacionais: direitos trabalhistas, sexualidade, educação, saúde, moradia, creches e ainda a violência contra a mulher e eleições diretas, que resultaram em reivindicações por delegacias da mulher e representações parlamentares. (*Ibid.*, p. 56).

Uma parlamentar de destaque na década de 1990 foi Heloísa Helena, enfermeira, professora da UFAL e primeira senadora eleita por Alagoas, em 1998. Ela já havia sido vice-prefeita de Maceió (1993-1995) e deputada estadual (1995-1999). Quando era vice-prefeita pelo Partido dos Trabalhadores - PT

[...] foi sancionado o projeto de lei 4.182 criando o Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF). Elaborado pela vereadora Terezinha Ramires, cujo mandato era comprometido com as causas feministas, o projeto encontrou boa receptividade por parte do prefeito Ronaldo Lessa, que era do PSB, partido identificado com a esquerda [...]. (Schuma Schumacher, 2004, p. 145).

Ainda na década de 1990, Kátia Born, a única mulher que já ocupou o cargo de prefeita da cidade de Maceió, branca e lésbica, foi eleita. Com dois mandatos consecutivos, permaneceu na administração da capital até 2004.

A participação de Katia Born na política alagoana remonta à época do seu avô, tido na sua cidade de origem, Viçosa, como comunista. Essa vinculação à esquerda marcou sua militância na faculdade de odontologia, quando participa das reuniões do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Alagoas e se estendeu por toda sua trajetória política, inicialmente vinculada ao MDB, partido pelo qual foi eleita vereadora em 1982. Posteriormente seria eleita a primeira prefeita de Maceió, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), no qual permaneceria até o ano passado [2017], a partir de quando se filiaria ao Partido Democrático Brasileiro (PDT). (Patrícia Costa, Ulisses Rafael, Izabela Nascimento, 2019, p. 152).

Atualmente, Kátia Born é Secretária da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas. As realizações de sua administração como prefeita são pouco conhecidas, embora seja lembrada por um acontecimento em particular⁷⁴, revisitado pelas pessoas de Maceió através da oralidade e nem sempre de acordo com os fatos. Pelo que pude perceber desde que cheguei à cidade, a história tornou-se uma anedota satírica sobre a classe política e a corrida eleitoral de Maceió.

Em 2020, Carolina Sanches e Michelle Farias, numa matéria para o *GI Alagoas*, fizeram um balanço da participação de mulheres na política eleitoral do estado e concluíram que ela ainda é bastante pequena⁷⁵. Da matéria em questão, destaco a entrevista de uma mulher negra, Fátima Santiago. A ex-vereadora de Maceió, de naturalidade cabo-verdiana⁷⁶, diz que “Se a mulher normalmente já tem uma jornada dupla, trabalhando e cuidando do lar, uma parlamentar, [...] passa a ter uma jornada tripla, o que muitas vezes acaba afetando o cotidiano junto à família”.

Para mulheres pobres de Alagoas ingressarem na política eleitoral é quase impossível, porque ficam divididas entre os trabalhos assalariados ou autônomos e os trabalhos não pagos

⁷⁴ Entrevista. Kátia Born fala sobre o Riacho Salgadinho. *Maceió Antiga*. 24 out. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/MaceioAntiga/videos/k%C3%A1tia-born-fala-sobre-o-riacho-salgadinho/468183274141720/>. Acesso: 22 ago. 2023.

⁷⁵ Sanches, Carolina; Farias, Michelle. Participação feminina na política ainda é pequena em Alagoas. *GI Alagoas*. 08 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/03/08/participacao-feminina-na-politica-ainda-e-pequena-em-alagoas.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2023.

⁷⁶ A vinda de Santiago para o Brasil insere-se no contexto dos conflitos pela descolonização e libertação de países africanos (especialmente Cabo Verde, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau) contra o Império Colonial Português. Santiago estabeleceu-se em Alagoas, formou-se médica ginecologista pela UFAL e exerceu o cargo de vereadora de Maceió por cinco mandatos consecutivos.

realizados em casa, tarefas injustamente relegadas exclusivamente às mulheres e que beneficiam todas as pessoas que habitam no mesmo lugar. Não para por aí.

Voltando-se a um evento recente que comprova outros obstáculos da atuação de mulheres na política alagoana, temos uma disputa entre a vereadora de Maceió Teca Nelma (PSD) e o deputado estadual Antônio Albuquerque, do Republicanos⁷⁷. A jovem vereadora de 24 anos, branca e feminista, reagiu ao ouvir Antônio Albuquerque dizer que somente quem defendesse os costumes cristãos, a família e a moral, poderia “ter a ousadia de se tornar representante do povo”⁷⁸. “Pode sim!”, desabafou a vereadora, que participava da inauguração do comitê da campanha de Rui Palmeira (PSDB) ao governo de Alagoas. Depois de abrir discordância com o deputado, foi acusada por ele de ser contra a família. Ao tentar rebater a acusação sua voz ficou abafada pelos gritos de Albuquerque, cercado de seguranças.

A acusação do deputado está amarrada, historicamente, aos valores patriarcais em Alagoas. Nos capítulos anteriores, pelo uso de fontes da imprensa alagoana, demonstrei que as ações feministas, há pouco mais de um século atrás, geraram o mesmo tipo de comentário. Um tipo de pecha colocada sobre as mulheres e estendida a outros grupos, a fim de que sejam deslegitimadas as suas lutas. O apelo desses antifeministas é justamente à família patriarcal, nuclear e cisheterossexual da qual são representantes, em que seus poderes são constantemente afirmados.

⁷⁷ Até 2020, o Republicanos chamava-se Partido Republicano Brasileiro (PRB). Breno Martins discorre sobre as características desse partido, desde sua fundação em 2003, até a mudança de nome. Ele afirma que “a sua organização partidária continua sendo controlada por líderes religiosos da Igreja Universal (principalmente bispos e pastores). Contudo, atualmente, o partido Republicanos busca, também, ter a adesão de elites políticas locais, principalmente nos estados do Nordeste (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Piauí), onde, até mesmo, parentes de políticos locais tradicionais com mandatos assumiram a presidência estadual do partido.” (Martins, 2021, p. 51).

⁷⁸ Eufemea. Deputado ataca vereadora Teca Nelma em evento e diz que ela “não respeita a família e não gosta de Deus”. *Cada Minuto*. 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www.eufemea.com/2022/08/deputado-ataca-vereadora-teca-nelma-em-evento-e-diz-que-ela-odeia-a-familia-e-nao-acredita-em-deus/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa feminina e feminista, ao longo do século XIX e início do XX, não apresentou unicidade nas posições políticas adotadas, alguns impressos conscientemente evitaram dispor sobre política, pois o assunto não foi considerado do interesse de suas leitoras. Outros temas, todavia, mantiveram alguma regularidade na composição dos jornais: literatura, educação, moda, religião, prendas domésticas, preocupações relacionadas ao casamento e a família, foram especialmente abordadas (Dulcília Buitoni, 1981).

Partindo necessariamente de uma compreensão binária dos corpos humanos, anatômica e vista como natural, essas folhas atribuíram certos comportamentos, aptidões, interesses e missões ao corpo das mulheres brasileiras. Nos discursos mobilizados por elas encontramos “performatividades de gênero”, pois revelam modos de produção do corpo feminino e sua significação cultural, que dizem respeito ao contexto histórico em que circularam.

No período do qual tratei, eram poucas as pessoas alfabetizadas, dentre elas, nem todas poderiam economicamente ser assinantes de jornais. Isso é suficiente para imaginar que não houvesse um grande público consumidor dos periódicos feministas em Maceió, assim como em toda Alagoas. Contudo, argumento que eles foram, a partir de 1887, disseminadores de esperanças no arrefecimento dos poderes do patriarcado, não só por sua existência material, mas também pelas performances de suas produtoras, no dia a dia da cidade (Adrienne Rich, 2012; Arenato Santos, Ildney Cavalcanti, 2019).

Cada um ao seu próprio modo, os discursos dos periódicos destinados às mulheres apontam para diferentes “enquadramentos” do feminino, idealizados com base no catolicismo, nos discursos iluministas e feministas, nas imagens que ostentavam o “progresso civilizacional”, na arquitetura, nos “bens e serviços” ofertados pelo ambiente urbano, a educação sendo um deles.

Entretanto, sobretudo na imprensa feminista, a escrita das mulheres não se mostrou totalmente fiel às normas de gênero ou aceitou essa força cultural como inescapável. Dito de outro modo e com a ajuda de Michel Foucault (2013, p. 105): “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. As mulheres que se arriscaram no campo das letras e do jornalismo no século XIX, inclusive em Maceió, encontraram maneiras de sobreviver ao mesmo tempo que iam conquistando novos espaços e experimentando liberdades.

As teorias revolucionárias burguesas do século XVIII, ao menos em seus ideais de liberdade e igualdade, mais a concepção de um movimento internacional de feministas, determinadas a lutar pela mudança da sociedade através de seu trabalho intelectual e político, eis as concepções que ajudam a resumir, grosso modo, o entusiasmo das periodistas feministas de Maceió.

Enquanto professoras, a imprensa foi apenas um dos instrumentos que utilizaram para proclamar esta visão. Se foram poucas no comando de seus próprios jornais, na docência não é possível dizer o mesmo. O discurso de Violanta Fernandes de Sá Viana, estudantes do colégio Oito de Janeiro, em que diz querer “vencer os óbices antepostos aos direitos das mulheres à igualdade intelectual com os homens; regenerar a raça humana, mediante a regeneração da mulher” (*O Orbe*, nº. 141, 20 dez. 1882, p. 2), prova que as ideias defendidas pelo periodismo feminista já tinham anos antes ingressado na educação de meninas e jovens da cidade.

Ainda que as condições das mulheres letradas, que se tornavam escritoras, fosse diversas, em vista também dos efeitos da lógica patriarcal e o seu inter cruzamento com outros fatores, essa condição, segundo Laila Silva (2021, p. 72) “não foi algo que as separou ou as impediu de publicar em jornais feministas, pelo contrário, as reuniu em torno de pautas comuns ao movimento político e social do feminismo nascente”. Elas construíram redes de solidariedade, por meio da imprensa, contestatórias da desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito ao acesso à escolarização e às decisões políticas. Dessa maneira, a ação política das mulheres por meio do periodismo feminino e feminista, revela o desejo que tinham de que as suas ideias fossem reconhecidas na arena das decisões públicas, resistindo aos discursos regulatórios patriarcais que advogavam sua exclusão.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- ALAGOAS. Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP/AL. Comissão de Articulação de Políticas de Segurança Pública para Prevenção da Violência Contra a Mulher (Comissão Mulher Segura). *Mapa da Violência Contra a Mulher em Alagoas 2021*. Maceió, 2022.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940)*. São Paulo, Intermeios, 2013.
- _____. Existir, resistir, dissentir. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso. *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil* [recurso eletrônico]. Maceió : Edufal, 2023.
- COELHO, Catarina Alves. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. A tradução utópico-feminista de Nísia Floresta. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa em Estudos da Tradução do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo – USP, 2019
- ARAS, Lina Maria Brandão; Simone Ramos Marinho. A imprensa feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). *Historiæ*, Rio Grande, 3 (2): 96-115, 2012.
- ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. 2008. 419 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, v.28, n.3, Florianópolis, p. 1-14, 2020.
- BANDEIRA, Ana Paula. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. *Vozes e Diálogos*, Itajaí, v. 14, n. 02, jul./dez. 2015.
- BARBOSA, Marialva. Por uma história cultural da imprensa brasileira. *Lumina*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2008.
- BARROS, Elinaldo. *Panorama do cinema alagoano*. Maceió: SERGASA, 1983.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. v. 1 e 2.
- BEDIA, Rosa Cobo. Mary Wollstonecraft: un caso de feminismo ilustrado. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº. 48, 1989, p. 213-217.

bell hooks. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução Bhuvi Libanio. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

BENTO, Cida. *O Pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNABÉ-SÁNCHEZ, Estefanía; POZZER, Katia Maria Paim. *Eu Enheduanna*. Revista Enunciação, Rio de Janeiro: PPGFIL-UFRRJ, 2023. Vol. 8, n. 2, 2023, p. 1-21.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. *Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, v. 1, n. 1, 2015, p. 198-210.

BONFIM, Adrícia Carla Santos. *União das Mulheres de Maceió (UMMa): uma abordagem interseccional das lutas das mulheres cisgêneras na abertura Maceió/AL (1970-1980)*. 2023. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

BRANDÃO, Izabel; ALVES, Ivia (org.). *Retratos à margem: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950)*. Maceió: EDUFAL, 2002.

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Arapiraca: EDUAL. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BUITONI, Dulcília Helena S. *Mulher de Papel: A representação da mulher na imprensa feminina Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016.

CASADEI, Eliza. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. *Revista ALTERJOR*, São Paulo, ano 02, v. 01, ed. 03, jan.--jun. de 2011.

CAVALCANTE, Simone. *Literatura em Alagoas: Ensino Médio e vestibular*. Maceió: Grafmarques, 2005.

CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Trad. Natália Guerellus e Raísa França Bastos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Arrisete C. L. *Maceió Medúscica: uma interpretação histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura – 1930/40*. Maceió: EDUFAL, 2015.

COSTA, Craveiro. *Cem Anos de Jornalismo*, (Memória Histórica Sobre o Jornalismo Alagoano) *Revista do IHGAL*, v. 15. ano 58, 1931, Maceió: Livraria Machado, p.78-130.

COSTA, P. R. S. M.; RAFAEL, U. N.; NASCIMENTO, I. G. Que o Brasil seja melhor: Kátia Born e a construção de pautas de gênero e sexualidades na política alagoana. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 150–183, 2019.

COSTA, Simone. A (des)construção do feminismo no discurso católico no início do século XX. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372962972_ARQUIVO_A_DES_CONSTRUCAODOFEMINISMONODISCURSOCATOLICONOINICIODOSECULOXX.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (org.). *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. — 1a ed. — Curitiba: Appris, 2020.

CRUZ, Itan. *A serviço de Sua Alteza Imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da princesa Isabel (1849-1931)*. Niterói. 2018. 207 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso (UFOP). *Revista de Teoria da História* – V. 22, N. 02, dez. 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÉGUES JR., Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. In: COSTA, Craveiro. *Maceió*. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1981. p. 197-219.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil. Século XIX* - Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil. Século XX* - Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

_____. *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. vol. 1 .

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São. Paulo: Elefante, 2018.

FERREIRA BARBOSA, Iaranda Jurema. A ânsia eterna, a violência, o silenciamento e o grotesco em *Os Porcos*, de Julia Lopes de Almeida. *Revista Relações Sociais (Reves)*, v. 4, p. 13001-13013, 2021.

FIGUEIRA JÚNIOR, Oseas Batista. *A ordem médica sobre o alagadiço: higienismo e epidemias na Alagoas Oitocentista (1850-1882)*. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

FIORI, Luis Eduardo. *Juana Inés de la Cruz: Literatura e emancipação*. 2013. 267f. Tese de Doutorado em Letras – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARZONI, Lericce. Feminismo e racismo no romance *A Intrusa* de Julia Lopes de Almeida. *Grafia*, v. 11, p. 44-60, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOODWIN JUNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 97-117, dez. 2007.

HAHNER, June Edith. Mulheres da elite: honra e distinção familiar. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 5, p. 7-41, 2009.

LEÃO, Tharcila Maria Soares. *A história da paisagem da praça Dom Pedro II em Maceió*. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) — Centro de Artes e

Comunicação, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo, Cultrix, 2019.

_____. *A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriacado*. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LIMA, Anne Caroline Fidelis de. *Estudo configuracional dos assassinatos cometidos contra mulheres na cidade de Maceió, Alagoas*. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

LIMA, Sandra. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 221-240, dez. 2007.

LIMA, Thays de Souza. Concepções de cidadania nos discursos da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (1927-1932): alcance e limites. In: VEIGA, Ana Maria; BANDEIRA, Andréa; VASCONCELOS, Vania N. Pereira (orgs). *Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos*. Salvador: EDUFBA. 2022, p. 255-267.

LUCIANO, Paula. *Traços Palimpsésticos na 3ª Bienal da Bahia: Movimentos Culturais Trans-históricos*. 2021. 439 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), 320, 2014.

MADEIRA, Maria das Graças L.. Magistério e literatura em periódicos alagoanos da década de 1880: as composições poéticas de Alcina Leite e Maria Lucia Romariz. In: SILVA, E.O.C., SANTOS, I.G. and ALBUQUERQUE, S.L., orgs. *A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 63-78. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d2cmj/pdf/silva-9788575114834-05.pdf>. Acesso: 24 jan. 2024.

MARTINS, Breno Ramos Guimarães. A relação igreja e partido no Brasil: o caso da Igreja Universal com o Partido Republicanos. *Revista Populus*, Salvador, n. 10, p. 33-59, jun. 2021.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. Melindrosas e almofadinhas: relações de gênero no Recife dos anos 1920. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 93–120, 2010. DOI: 10.5965/2175180302022010093. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1958>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MESQUITA, Andrea Pacheco. A violência contra a mulher em Maceió: o perfil dos agressores. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 247-265. Bahianas collection, vol. 19.

_____; COSTA, Ana Alice de Alcântara. Percorrendo a história das mulheres em Alagoas: discutindo o arquétipo viril da política. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos*. anais eletrônicos [recurso eletrônico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.23- 43.

MOURA, Antonio Joaquim de. *Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica à Província das Alagoas no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Berthe e Haring, 1844.

MIÑOSO, Yuderkys E. “Fazendo uma genealogia da experiência; o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org.) *Pensamento Feminista Hoje: perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 225-233, 2003.

_____. Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, p. 149-162, jan. 1996.

_____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

NASCIMENTO, Cecília; OLIVEIRA, Bernardo. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007, p. 429-457.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Programa Nacional de apoio à pesquisa, 2009.

OLIVEIRA, Luciana Fonseca. Rosália Sandoval. In: BRANDÃO, Izabel; ALVES, Ivya (org.). *Retratos à margem: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950)*. Maceió: EDUFAL, 2002. p. 41-67.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso (orgs.).

(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil [recurso eletrônico]. Edufal, 2023. p. 112-139.

PAREDES, Julieta. *Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PEDRO, Maria Joana. *Mulheres honestas e mulheres faladas: Uma questão de Classe*. Florianópolis: Editora Da UFSC, 1994.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005

PEREIRA, Maria do Rosário A.. Autoria feminina no século XIX: Rosália Sandoval. *Interdisciplinar*, Ano X, v. 23, jul./Dez., 2015, p. 79-90.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Práticas feministas em novos modos de subjetivação. *Maracanan - Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFRJ*, IV, 2008, p. 13-35.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

RAMALHO, Rossana Luiza de Lemos. BERQUÓ, Laura Taddei Alves Pereira Pinto. A mulher nas constituições brasileiras: estudo histórico das árduas conquistas femininas nas constituições do Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 07, p. 125-147. Dezembro de 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, 5, p. 17-44, 2010.

RODRIGUES, Mariana Silva. Século XIX, a escrita feminina em jornais, suas transformações e perspectivas... como o conto de Maria Lúcia. *Revista Anômalas*, Catalão–GO, v. 1, n. 2, p.93-109, jul./dez. 2021.

ROSA e SILVA, Enaura Q.; BOMFIM, Edilma A.. *Dicionário Mulheres de Alagoas - ontem e hoje*. Maceió: EDUFAL, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. – 2ª ed. – Expressão popular: Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2015.

SANT'ANA. Moacir Medeiros de. *História da Imprensa em Alagoas 1831-1981*. Arquivo Público de Alagoas, Maceió, 1987.

SANTOS, Arenato da Silva; CAVALCANTI, Ildney. Imagens de esperança e utopia: as trilhas utópicas de Perséfone em "Segundo porto agora é das alegrias", de Izabel Brandão. In: Santos, Arenato; Cavalcanti, Ildney. (Org.). *Utopismos Alagoanos: de ilhas, cidades e viajantes*. 1ed. Maceió: Edufal, 2019, v. 1, p. 135-155.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *As mariposas pousam ao entardecer*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SANTOS, Sandra Puhl dos. As teorias feministas e a evolução das relações de gênero na sociedade. *Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.*, Ponta Grossa, 20 (2): 213-233, jul/dez. 2012.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *Labrys. Estudos Feministas*, v. 11, 2007, p. 35.

SCHUMAHER, Schuma. *Gogó de Emas*: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

SCOTT, Ana Silvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scote-Experiencia.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. – 3ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc, 2003.

SODÓ, Roberta dos Santos. Rosália Sandoval: a poetisa do Norte sob a égide do “espírito feminino” (Maceió-AL, 1888-1953). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2021, p. 431-454.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, núm. 54, dez., 2007, p. 281-300,

SOUSA, Carlos Erick Brito de. A permissão à palavra impressa: condições de circulação dos primeiros jornais no Brasil e no Maranhão. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 11, n. 20: (51-57) jan-jun 2010.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. *Saeculum–Revista de História*, João Pessoa, n. 34, p. 123-142, 2016.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Maceió: Edufal, 2009.

TRINDADE, Camila Padilha. A mulher e a imprensa no início do século xx: a representação das mulheres na folha da noite de 1921 até 1925.

SILVA, Ana Valéria dos Santos. *Entre invisibilidade e protagonismo: participação política de Maninha Xukuru Kariri no movimento indígena (1966-2006)*. 2024. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SILVA, Laila Thaís Correa e. *Dos projetos literários dos "homens de letras" à literatura combativa das mulheres de letras: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX*. 2021. 1 recurso online (356 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1642157>. Acesso em: 21 jul. 2024.

VEIGA, Ana Maria; BANDEIRA, Andréa; VASCONCELOS, Vania N. Pereira (orgs). *Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos*. Salvador: EDUFBA. 2022.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU, 2020.

ANEXO

Tabela 1: Impressos femininos por ordem alfabética dos estados brasileiros em que foram produzidos.⁷⁹

	Periódico	Cidade	Ano	Estado
1.	A Alvorada: Órgão dedicado à defesa e educação da mulher	Penedo	1910	AL
2.	A Flor: Órgão dedicado ao belo sexo	Penedo	1909	AL
3.	Almanach Litterario Alagoano das Senhoras	Maceió	1888-1889	AL
4.	Almanack Alagoano das Senhoras	Maceió	1902-1904	AL
5.	A Palavra: Dedicada à instrução e recreio da mulher	Penedo	1889-1898	AL
6.	O Beija Flor: Jornal joco-sério e noticioso	Maceió	1869-1870	AL
7.	O Feminista: Órgão de propaganda da emancipação da mulher	Maceió	1902	AL
8.	O Gênio: Periódico literário de educação e recreio dedicado às senhoras alagoanas	Maceió	1889	AL
9.	O Rosal: Revista literária consagrada à mulher alagoana	Maceió	1903	AL
10.	Revista Alagoana: Periódico científico e literário de propaganda da educação da mulher	Maceió	1887	AL
11.	O Colibri: Órgão dedicado ao belo sexo	Manaus	1888	AM
12.	O Abolicionista do Amazonas	Manaus	1884	AM
13.	A Aurora	Salvador	1866-1867	BA
14.	A Chrysalida: Periódico dedicado ao belo sexo	Salvador	1879	BA
15.	A Flor: Jornal noticioso, independente e literário	Feira de Santana	1921-1933	BA
16.	A Grinalda: Periódico literário e recreativo	Cachoeira	1869-1870	BA
17.	A Nova Sempre-Viva: Periódico crítico, cristoso e recreativo	Salvador	1867	BA
18.	Espelho das Bellas: Periódico literário e recreativo	Maragogipe	1860-1861	BA
19.	Ideal: Periódico instrutivo, semanal, dedicado ao belo sexo e propriedade de uma associação	-	1879	BA
20.	Jardim Recreativo: Periódico dedicado ao belo sexo	-	1879	BA
21.	O Beija-Flor: Órgão literário e poético dedicado	Salvador	1881	BA

⁷⁹ A maior parte das informações desta tabela foram retiradas do *site* da **Hemeroteca Digital** da BN, outras das referências bibliográficas, sobretudo, *Imprensa feminina e feminista no Brasil - Século XIX - Dicionário ilustrado*, de Constância Lima Duarte (2016).

	ao belo sexo			
22.	O Boulevard: Jornal para senhoras	Conde D'Eu	1870	BA
23.	O Despertador das Brasileiras	Salvador	1830-1831	BA
24.	O Ramalhete: Periódico Semanal e literário, dedicado ao belo sexo	Salvador	1887	BA
25.	Única Revista Feminina: Literatura, Arte, Elegância, Sociologia	Salvador	1925-1953	BA
26.	Recreio das Senhoras: Jornal poético, literário e instrutivo	Salvador	1861	BA
27.	Revista das Senhoras	Cachoeira	1881-1885	BA
28.	Pyrilampo: Folha literária e recreativa, dedicada ao belo sexo	Maragogipe	1887-1889	BA
29.	Lirio: Publicação recreativa, dedicada ao belo sexo cearense	Fortaleza	1875	CE
30.	A Brisa: Jornal literário, recreativo e noticioso	Fortaleza	1875	CE
31.	O Bond: Jornal das moças	Fortaleza	1890-1891	CE
32.	Orvalho	Fortaleza	1888	CE
33.	A Rosa: Jornal literário	Cidade de Goiás	1907-1908	GO
34.	Chrysalida: Publicação mensal - redação de meninas	Caxias	1883-1884	MA
35.	O Jardim das Maranhenses: Literário, crítico, moral e recreativo	São Luís	1861-1862	MA
36.	A Violeta: Órgão do Grêmio Literário "Julia Lopes"	Cuiabá	1918-1950	MT
37.	A Bonina: Órgão dedicado às damas	Oliveira	1891	MG
38.	A Borboleta: Órgão literário dedicado ao belo sexo	Sabará	1902	MG
39.	A Camelia: Semanário dedicado ao belo sexo	Mar de Espanha	1898	MG
40.	A Pátria Mineira: Órgão da ideia republicana	São João del-Rei	1889	MG
41.	A Perola: Revista humorística, literária, dedicada ao belo sexo	Oliveira	1895-1896	MG
42.	O Bandolim	Juiz de Fora	1895	MG
43.	O Bandolim: Dedicado ao belo sexo	Barbacena	1889-1890	MG
44.	O Bandolim: Órgão dedicado às damas	Oliveira	1891	MG
45.	O Beija-Flor: Órgão escolástico. Periódico instrutivo e noticioso	Viçosa	1897	MG
46.	O Domingo	São João	1885-1886	MG

del-Rei				
47.	O Leque: Órgão dedicado ao belo sexo, literário e noticioso	Rio Branco	1897	MG
48.	O Lyrio: Folha literária, humorística e noticiosa	Cataguases	1898	MG
49.	O Melro: Propriedade de um grupo de moças	Araguari	1915-1920	MG
50.	O Mentor das Brasileiras	São João del-Rei	1928-1932	MG
51.	O Mimo: dedicado ao belo sexo	Jaguari	1897	MG
52.	O Sexo Feminino: Semanário dedicado aos interesses da mulher	Campanha	1873-1874	MG
53.	O Anjo do Lar: Revista mensal internacional do Órgão Auxiliar dos Asilos Internacionais Protetores da Infância	Belém	1898	PA
54.	O Beija-Flor	Belém	1850	PA
55.	Revista Familiar: Periódico dedicado às famílias	Belém	1883	PA
56.	A Borboleta: Jornal recreativo, jovial e poético	João Pessoa	1860	PB
57.	A Mocinha: Folha dedicada às moças	Curitiba	1888	PR
58.	O Jasmim: Periódico literário e recreativo	Curitiba	1857	PR
59.	Senhorita	Curitiba	1920	PR
60.	A Bonina: Periódico literário e recreativo	Recife	1854	PE
61.	A Camélia: Periódico recreativo	Recife	1854	PE
62.	A Esmeralda: Periódico dedicado às pernambucanas	Recife	1850	PE
63.	A Grinalda: Periódico dedicado às damas	Recife	1849-1850	PE
64.	A Madressilva: Folha literária especialmente dedicada às senhoras	Recife	1869-1870	PE
65.	A Marqueza do Norte: Periódico feminino - político	Recife	1866-1867	PE
66.	A Mulher	Recife	1875	PE
67.	A Rosa: Periódico crítico e científico	Recife	1890-1893	PE
68.	Ave Libertas: Órgão de divulgação da Sociedade Ave Libertas	Recife	1885	PE
69.	Espelho das Bellas: Periódico literário e recreativo - debaixo dos auspícios do belo sexo	Recife	1841-1843	PE
70.	Espelho das Brasileiras (1831)	Recife	1831	PE
71.	Estrela das Bellas: Periódico recreativo	Recife	1856	PE
72.	Jornal das Damas: Periódico de instrução e recreio	Recife	1862	PE
73.	Jornal de variedades	Recife	1835	PE

74.	Maria: Revista das filhas de Maria	Olinda	1913-1969	PE
75.	O Beija-Flor: Periódico literário dedicado às distintas brasileiras	Recife	1883	PE
76.	O Beija-Flor: Revista semanal instrutiva e noticiosa	Recife	1880	PE
77.	O Bello Sexo: Periodico literário e recreativo	Recife	1850-1851	PE
78.	O Brinco das Damas	Recife	1849	PE
79.	O Lyrio: Revista mensal	Recife	1902-1903	PE
80.	O Jardim das Damas: Periódico de instrução e recreio dedicado ao belo sexo	Recife	1852	PE
81.	O Jasmim: Periodico dedicado ao belo Sexo	Recife	1850	PE
82.	O Monitor das Famílias: Periódico de instrução e recreio dedicado ao belo sexo	Recife	1859-1861	PE
83.	O Myosotis: Jornal das famílias	Recife	1875	PE
84.	O Recreio das Bellas: Periódico literário	Recife	1849-1850	PE
85.	Phalena: Revista literária e ilustrada dedicada às senhoras	Recife	1877	PE
86.	Relator de Novelas	Recife	1837	PE
87.	A Borboleta: mimo ao belo sexo	Teresina	1888	PI
88.	A Abelha: Folha literária e recreativa	Rio de Janeiro	1901	RJ
89.	A Borboleta: Periódico literário	Rio de Janeiro	1857	RJ
90.	A Estação: Jornal de moda parisiense dedicado às senhoras brasileiras	Rio de Janeiro	1879-1904	RJ
91.	A Faceira: culto à mulher	Rio de Janeiro	1911-1918	RJ
92.	A Família: Jornal literário dedicado à educação da mãe de família	Rio de Janeiro	1889-1897	RJ
93.	A Filha de Timandro, ou A Brasileira Patriota	Rio de Janeiro	1849	RJ
94.	A Filha Única da Mulher do Simplicio	Rio de Janeiro	1832	RJ
95.	A Grinalda: Revista semanal literária e recreativa	Rio de Janeiro	1861	RJ
96.	A Mai de Família: Jornal científico, literário e ilustrado. Educação da infância e higiene da família	Rio de Janeiro	1879-1888	RJ
97.	A Marmota na Corte/ A Marmota Fluminense/ A Marmota	Rio de Janeiro	1849-1864	RJ
98.	A Mineira no Rio de Janeiro: Jornal político, e literário	Rio de Janeiro	1833	RJ
99.	A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada	Rio de Janeiro	1832-1846	RJ
100.	Anuario das Senhoras	Rio de Janeiro	1934-1958	RJ

101.	A Primavera: Revista semanal de literatura, modas, indústria e artes	Rio de Janeiro	1861	RJ
102.	Archivo das Famílias	Rio de Janeiro	1881	RJ
103.	A Rosa: Jornal crítico, literário e recreativo	Rio de Janeiro	1883	RJ
104.	A Vida Elegante: o jornal das senhoras	Rio de Janeiro	1909	RJ
105.	A Violeta Fluminense: Folha critica e literária dedicada ao belo sexo	Rio de Janeiro	1857-1858	RJ
106.	A Violeta: orgam leterário dedicado ao belo sexo	Rio de Janeiro	1900	RJ
107.	Bello Sexo: Periodico religioso, de instrução e recreio, noticioso e critico moderado	Rio de Janeiro	1862	RJ
108.	Bibliotheca das Senhoras: Jornal semanal dedicado à publicação de romances nacionais e estrangeiros	Rio de Janeiro	1874	RJ
109.	Brasil Feminino	Rio de Janeiro	1933	RJ
110.	Echo das Damas: Órgão dos interesses da mulher. Crítico, recreativo, científico, literário e noticioso	Rio de Janeiro	1879-1888	RJ
111.	Espelho Fluminense ou Novo Gabinete de Leitura?: Modas, poesias, charadas, etc.	Rio de Janeiro	1843	RJ
112.	Figaro-Chroniqueur: Journal critique, comique, satyrique, anedotique, récréatif e amusant	Rio de Janeiro	1859	RJ
113.	Consultório da Mulher	Rio de Janeiro	1917	RJ
114.	Correio das Modas, Jornal Critico e Litterario: Das modas, bailes, teatros, etc	Rio de Janeiro	1839-1840	RJ
115.	Futuro das Moças: Semanário ilustrado	Rio de Janeiro	1914-1918	RJ
116.	Jornal das Famílias	Rio de Janeiro	1863-1878	RJ
117.	Jornal das Moças: Revista quinzenal ilustrada	Rio de Janeiro	1914-1919	RJ
118.	Lyra de Apollo: Periódico lítero-musical	Rio de Janeiro	1869-1875	RJ
119.	Novelista Brasileiro ou Armazém de Novelas Escolhidas	Rio de Janeiro	1851	RJ
120.	Novo Correio das Modas: Novelas, poesias, viagens, recordações históricas, anedotas e charadas	Rio de Janeiro	1852-1854	RJ
121.	Novo Gabinete de Leitura	Rio de Janeiro	1850	RJ
122.	O Badolim: Quarteto dedicado ao belo sexo do Congresso do Cattete	Rio de Janeiro	1889	RJ
123.	O Beija-Flor	Rio de Janeiro	1849-1850	RJ
124.	O Beijo: Jornal literário, artístico e recreativo dedicado a belo sexo	Rio de Janeiro	1896	RJ
125.	O Beijo: Publicação semanal de modinhas, recitativos, lundus e poesias diversas, dedicada ao	Rio de Janeiro	1881	RJ

	belo sexo			
126.	O Bisbilhoteiro: Periódico dedicado ao belo sexo	Rio de Janeiro	1888-1889	RJ
127.	O Cherubim: Periódico Semanal Dedicado ao Belo Sexo	Rio de Janeiro	1885 -1887	RJ
128.	O Colibri: Jornal hebdomadario dedicado ao belo sexo	Rio de Janeiro	1870	RJ
129.	O Copacabana: Orgão literario, comercial, noticioso e recreativo dedicado ao belo sexo de Copacabana	Rio de Janeiro	1907-1912	RJ
130.	O Correio Familiar: Órgão recreativo e noticioso	Rio de Janeiro	1886	RJ
131.	O Correio das Damas: Jornal de literatura e de modas	Lisboa/Rio de Janeiro	1836-1852	RJ
132.	O Domingo: Jornal literário e recreativo	Rio de Janeiro	1873-1875	RJ
133.	O Espelho Diamantino: Periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas dedicado às senhoras brasileiras	Rio de Janeiro	1827-1828	RJ
134.	O Espelho: Revista semanal de literatura, modas, indústria e artes	Rio de Janeiro	1859-1860	RJ
135.	O Guanumby: Dedicado ao belo sexo Carmense	Rio de Janeiro	1908-1909	RJ
136.	O Jornal das Senhoras	Rio de Janeiro	1852	RJ
137.	O Mimo: Revista literária dedicada ao belo sexo	Rio de Janeiro	1895-1896	RJ
138.	O Momento Feminino: um jornal para o seu lar	Rio de Janeiro	1947-1956	RJ
139.	O Onze de Outubro: Comemorativo do primeiro aniversário da inauguração das aulas do sexo feminino	Rio de Janeiro	1882- 1884	RJ
140.	O Quinze de Novembro do Sexo Feminino	Rio de Janeiro	1889-1890	RJ
141.	O Recreio da Mocidade: Órgão das morenas dengosas	Rio de Janeiro	1896-1899	RJ
142.	O Recreio: Periódico literário e científico dedicado ao belo sexo	Rio de Janeiro	1892	RJ
143.	O Sexo Feminino	Rio de Janeiro	1875-1877	RJ
144.	O Sexo Feminino	Rio de Janeiro	1887-1889	RJ
145.	O Sexo: organ imparcial, crítico e literário consagrado ao belo sexo da Capital da República	Rio de Janeiro	1900	RJ
146.	O Sorriso: Jornal científico, literário e recreativo dedicado às moças do brasil	Rio de Janeiro	1880-1882	RJ
147.	Recreio das Moças: Órgão do belo sexo	Rio de Janeiro	1876-1877	RJ
148.	Recreio da Tarde: Jornal de poesias, romances, charadas, notícias, etc.	Angra dos Reis	1880	RJ
149.	Recreio do Bello-Sexo: Modas, literatura, belas	Rio de Janeiro	1852-1856	RJ

artes e teatro

150.	República das Moças	Rio de Janeiro	1879	RJ
151.	Senhorita X!	Rio de Janeiro	1932	RJ
152.	Verdadeira Mãe do Simplício ou A infeliz Viúva Peregrina	Rio de Janeiro	1831	RJ
153.	Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher	Rio de Janeiro	1920-1962	RJ
154.	Voz da Verdade	Rio de Janeiro	1885	RJ
155.	O Iris: Periodico bimensal dedicado a causa do progresso do sexo feminino	Natal	1889-1890	RN
156.	Primavera: Pequeno jornal literário e recreativo	Açu	1875	RN
157.	Belona Irada Contra os Sectários de Momo	Porto Alegre	1833-1834	RS
158.	Corymbo: Publicação semanal	Rio Grande	1884-1944	RS
159.	Idade D'Ouro	Porto Alegre	1833	RS
160.	Escrínio: Hebdomadário literário, ilustrativo e noticioso	/Porto Alegre	1898-1910	RS
161.	Violeta: Periódico literário, instrutivo e recreativo e folha de propriedade, redação e público essencialmente feminina	Rio Grande	1878-1879	RS
162.	Magnólia	Laguna	1905	SC
163.	O Jasmin: Dedicado ao belo sexo	Laguna	1901-1902	SC
164.	Penna, Agulha e Colher: Jornal de donas e donzelas	Florianópolis	1917-1919	SC
165.	A Camélia: Órgão da Sociedade de Noites Recreativas	São Paulo	1890	SP
166.	A Família: Jornal literário dedicado a educação da mãe e família	São Paulo	1888-1889	SP
167.	A Mensageira: Revista literária dedicada à mulher brasileira	São Paulo	1897-1900	SP
168.	A Perola: Folha literária bimensal dedicada ao belo sexo	São Paulo	1899	SP
169.	A Sensitiva: Jornal literário e recreativo consagrado ao belo sexo	Bananal	1881	SP
170.	Ave Maria: Dedicada à Imaculada Virgem Mãe de Deus	São Paulo	1898	SP
171.	A Violeta: Dames et Fleurs	São Paulo	1849	SP
172.	A Violeta: Folha literária dedicada ao belo sexo	São Paulo	1887	SP
173.	Brasil Moda	São Paulo	1914-1926	SP
174.	Cecy: Porta-voz da Sociedade Pérola Brasileira	São Paulo	1898	SP
175.	Jornal das Damas	São Paulo	1890	SP

176.	Manual das Brasileiras	São Paulo	1830	SP
177.	O Amor: Órgão literário	São Paulo	1898	SP
178.	O Echo da Moda	São Paulo	1918-1926	SP
179.	Álbum das Meninas: Revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras'	São Paulo	1898-1901	SP
180.	O Leque: Órgão literário dedicado ao belo sexo	São Paulo	1886-1887	SP
181.	O Lírio: Jornal de variedade	São Paulo	1960	SP
182.	O Mensageiro do Lar	São Paulo	1909-1942	SP
183.	O Porvir: Órgão político, literário e recreativo dedicado ao belo sexo	Campinas	1877	SP
184.	O Ramilhete: Órgão dedicado ao belo sexo	São Paulo	1898-1901	SP
185.	Revista Feminina	São Paulo	1914-1926	SP
186.	A Borboleta: Periódico literário e recreativo	Aracaju	1859	SE
187.	A Tulipa: Consagrado ao belo sexo	Estância	1879-1880	SE
188.	O Leque: Órgão das moças	Aracaju	1890	SE
189.	Renovação	Aracaju	1930-1934	SE
190.	Almanach das Senhoras	Brasil e Portugal	1871-1927	BR/PT
191.	A Mulher: Periódico ilustrado de literatura e belas artes consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira	1881-1883	Nova York	EUA